



# DPE RS

Prova Comentada

# APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 27/04/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a **Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 2 questões passíveis de recurso e/ou que deve ser anulada, por apresentar duas alternativas corretas, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 57 e 80.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking da **DPE-RS** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/8726027f-8da7-4aed-bb02-e0d31df56336>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/ce277356-06ff-48d9-9d1c-112cb0b9c914>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



**Estratégia Carreira Jurídica - YouTube**

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

# PROVA COMENTADA – DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

Os mitos existem para esconder a realidade. Por isso mesmo, eles revelam a realidade íntima de uma sociedade ou de uma civilização. Como se poderia, no Brasil colonial ou imperial, acreditar que a escravidão seria, aqui, por causa de nossa “índole cristã”, mais humana, suave e dócil que em outros lugares? Ou, então, propagava-se, no ocaso do século XIX no próprio país no qual o partido republicano preparava-se para trair simultaneamente a ideologia e a utopia republicanas, aliando-se aos interesses dos fazendeiros contra os escravos, que a ordem social nascente seria democrática? Por fim, como ficar indiferente ao drama humano intrínseco à Abolição, que largou a massa dos ex-escravos, dos libertos e das ingênuas à própria sorte, como se fossem um simples bagaço do antigo sistema de produção?

Entretanto, a ideia da democracia racial não só se aninhou. Ela se tornou um mores, como dizem alguns sociólogos, algo intocável, a pedra de toque da “contribuição brasileira” ao progresso civilizatório da Humanidade.

Ora, a revolução social vinculada à desagregação da produção escravista e da ordem social correspondente não se fazia para toda a sociedade brasileira. Seus limites históricos eram fechados, embora seus dinamismos históricos fossem abertos e duráveis. Naqueles limites, não cabiam nem o escravo e o liberto, nem o negro ou o branco pobre como categorias sociais. Tratava-se de uma revolução das elites, pelas elites e para as elites, no plano racial, de uma revolução do BRANCO para o BRANCO, ainda que se tenha de entender essa noção em sentido etnológico e sociológico.

Colocando-se a ideia de democracia racial dentro desse vasto pano de fundo, ela expressa algo muito claro: um meio de evasão dos estamentos dominantes de uma classe social diante de obrigações e responsabilidades intransferíveis e inarredáveis. Daí a necessidade do mito. A falsa consciência oculta a realidade e simplifica as coisas. Todo o complexo de padrões de comportamento e valores de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto, em proveito dos estamentos dominantes da raça branca, embora em prejuízo fatal da nação.

As elites e as classes privilegiadas não precisavam levar a revolução social à esfera das relações raciais, na qual a democracia germinaria espontaneamente.

(Adaptado de: FERNANDES, Florestan. Um mito revelado. In: Significado do protesto negro. São Paulo: Cortez Editora, 1989, p. 13-14)

**QUESTÃO 01.** Para a coerente leitura do texto, uma noção adequada de mito é a que o considera

a) representação arquetípica de fatos ou personagens históricos, amplificados pelo imaginário coletivo.

- b) narrativa atemporal e a-histórica que fornece orientação ética para ações humanas.**
- c) narrativa fantástica com o objetivo de explicar a existência do que foge ao alcance da racionalidade.**
- d) representação fictícia de um acontecimento, com vistas a justificar as condutas adotadas.**
- e) enredo de caráter alegórico, com a pretensão de justificar costumes e tradições.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda interpretação de texto.

A alternativa A está incorreta. O texto não trata o mito como um arquétipo, tampouco como algo ligado a personagens históricos ou ao imaginário coletivo. O texto trata o mito como um instrumento social utilizado para esconder a realidade.

A alternativa B está incorreta. Segundo o texto, o mito não fornece orientação ética para a ação humana, pelo contrário, o autor ressalta o mito como historicamente situado – no caso, no Brasil pós-escravidão –, usado para ocultar a realidade social e evitar obrigações com a população negra.

A alternativa C está incorreta. Essa definição diz respeito ao sentido cosmogônico ou religioso, como nas mitologias gregas ou indígenas. No texto, o mito é visto como um instrumento criado pelas elites para justificar desigualdades raciais.

A alternativa D está correta. Conforme o texto: “Os mitos existem para esconder a realidade. Por isso mesmo, eles revelam a realidade íntima de uma sociedade ou de uma civilização. [...] Daí a necessidade do mito. A falsa consciência oculta a realidade e simplifica as coisas.”

A alternativa E está incorreta. O mito não é tratado como alegoria literária no texto. Na verdade, é visto como um instrumento social de ocultação da realidade.

### **QUESTÃO 02. A partir da noção de mito, procura-se esclarecer**

- a) sua influência em relação aos agentes políticos de então, como o partido republicano e as elites, uma vez que a “democracia racial” impede qualquer ação reparatória de sua parte.**
- b) como a complexidade da narrativa falseia uma realidade bastante clara, levando as elites à inação política, característica presente até hoje nas classes dominantes do país.**
- c) como se engendraram princípios definidores da igualdade de raças, que passaram a consolidar um traço distintivo da realidade social brasileira.**
- d) a diferença entre categorias como negro e branco pobre, realidades falsamente confundidas sob a aparência de igualdade racial até os dias de hoje.**

**e) sua motivação, na busca por preservar os privilégios e a imagem harmônica da elite política e econômica, atribuindo aos libertos a total responsabilidade por seu futuro.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda interpretação de texto.

A alternativa A está incorreta. O texto não diz que a democracia racial impediu ações reparatórias. Na verdade, o texto trata da utilização do mito para ocultar as desigualdades.

A alternativa B está incorreta. Não há complexidade na narrativa falseada, e sim uma simplificação, conforme o texto: "(...) A falsa consciência oculta a realidade e simplifica as coisas (...)". Além disso, o texto não menciona que essa característica está presente até o dia de hoje, uma vez que trata somente de uma análise histórica sobre o tema da desigualdade racial.

A alternativa C está incorreta. O texto não diz que houve a consolidação da igualdade racial, na verdade há um mito que oculta a desigualdade existente.

A alternativa D está incorreta. O mito não é tratado como instrumento de classificação social no texto. Realmente, há menção das diferenças entre categorias como negro e branco pobre, todavia esse não é o esclarecimento buscado ao se fazer a definição de mito no texto, por isso não responde a questão.

A alternativa E está correta. O texto afirma que o mito representou a fuga das responsabilidades sociais por parte das elites. Segundo o texto: "Colocando-se a ideia de democracia racial dentro desse vasto pano de fundo, ela expressa algo muito claro: um meio de evasão dos estamentos dominantes de uma classe social diante de obrigações e responsabilidades intransferíveis e inarredáveis."

**QUESTÃO 03. A frase "As elites e as classes privilegiadas não precisavam levar a revolução social à esfera das relações raciais, na qual a democracia germinaria espontaneamente..." (último parágrafo), em consonância com o texto,**

**a) fornece uma explicação para os desdobramentos sociais da abolição, pautada pela crença na utopia social e pelos ideais democráticos do partido republicano.**

**b) expressa um desdobramento natural do mito, segundo seus próprios idealizadores, diversamente da opinião do autor do texto, o que se evidencia com o tempo verbal de "germinaria".**

**c) refere, em caráter hipotético, com o verbo "germinaria" no futuro do pretérito, às expectativas em relação à abolição da escravatura, que por si só desencadearia o processo democrático.**

**d) reflete como um traço da cultura brasileira daria origem, independentemente da movimentação das elites, à democracia racial.**

**e) mostra como a estratificação social tenderia a diminuir naturalmente, a despeito de políticas de reparação histórica, por um mecanismo de autorregulação característico de nossa realidade.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda interpretação de texto.

A alternativa A está incorreta. O trecho, na verdade, traz uma crítica à inércia elitista e à crença ilusória de democracia espontânea, não se tratando de utopia social, e sim de uma irresponsabilidade social da elite. Outrossim, o texto aduz que o partido republicano traiu o próprio ideal democrático ao apoiar a ideia da democracia espontânea.

A alternativa B está correta. O mito abordado no texto afirma que a democracia racial iria se instalar automaticamente, sem a necessidade de influência das elites e classes privilegiadas. Essa crença tirou a responsabilidade sobre a desigualdade racial. Ou seja, segundo os seus idealizadores (elites e classes privilegiadas), não precisaria de interferência para que a democracia racial fosse instalada, pois seria um desdobramento natural. Não é essa, porém, a opinião do autor do texto, que identifica isso como uma verdadeira fuga de responsabilidade social. Ademais, o verbo “germinaria” no futuro do pretérito indica que uma ação que seria realizada no futuro em relação a um ponto de referência passado, mas não chegou a acontecer, como no caso do texto, em que a democracia racial não aconteceu espontaneamente como as elites quiseram fazer acreditar.

A alternativa C está incorreta. Na verdade, segundo o texto, o mito de que a abolição da escravatura, por si só, desencadearia o processo democrático era uma farsa para fugir da responsabilidade social pela democracia racial e não uma expectativa de isso realmente pudesse ocorrer.

A alternativa D está incorreta. O trecho não defende que cultura brasileira daria origem à democracia racial. Pelo contrário, critica essa ideia, afirmando que ela é ilusória.

A alternativa E está incorreta. Essa não é a ideia defendida no trecho. Na verdade, o texto afasta totalmente a ideia de que existe um mecanismo natural de autorregulação que resolveria desigualdades.

### QUESTÃO 04. Considere as seguintes afirmações acerca do 2º parágrafo:

**I. O trecho “...não só se alargou. Ela se tornou...” manteria a coerência e a correção se escrito “não apenas se alargou. Como também se tornou.”**

**II. As aspas em “contribuição brasileira” prestam-se a demarcar uma opinião não compartilhada pelo autor, à semelhança do que ocorre com “índole afável” (1º parágrafo).**

**III. Em “Ela se tornou um mores, como dizem alguns sociólogos...”, a vírgula pode ser substituída por dois-pontos, pois a ela se segue uma explicação do que o autor entende por “mores”.**

**Está correto o que consta de:**

**a) I e II apenas.**

b) I apenas.

c) I, II e III.

d) II e III apenas.

e) I e III apenas.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão exige uma análise gramatical e interpretativa do 2º parágrafo do texto, com foco na reescrita com paralelismo sintático e coesão, uso de aspas como recurso de distanciamento crítico e pontuação.

O item I está correto, uma vez que substitui a expressão “não apenas” por “não só... mas também”, equivalente do ponto de vista sintático e semântico, como ideia aditiva. O item II também está correto, pois as aspas de fato indicam que o autor se distancia das ideias de que haveria uma índole ou uma contribuição brasileira que levariam à democracia racial, sem interferência das elites, tratando-se de um **distanciamento crítico** do autor em relação à ideia expressa. Por outro lado, o item III está incorreto, pois não é possível substituir a vírgula por dois pontos nesse caso, tendo em vista que o trecho “(...) como dizem alguns sociólogos (...)” se refere a uma intercalação e não a uma explicação.

**QUESTÃO 05.** Com as devidas alterações, o trecho “Daí a necessidade do mito. A falsa consciência oculta a realidade e simplifica as coisas. Todo o complexo de privilégios, padrões de comportamento e valores de uma ordem social arcaica podia manter-se...” compõe um único período, mantendo a coerência e, em linhas gerais, o sentido original, em:

a) Daí a necessidade do mito, ainda que a falsa consciência oculte a realidade e simplifique as coisas, enquanto todo o complexo de privilégios, padrões de comportamento e valores de uma ordem social arcaica pudesse manter-se intacto...

b) Daí a necessidade do mito, de tal modo que a falsa consciência oculte a realidade e simplifique as coisas, uma vez que todo o complexo de privilégios, padrões de comportamento e valores de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto...

c) Daí a necessidade do mito, porquanto a falsa consciência oculta a realidade e simplifica as coisas, de maneira que todo o complexo de privilégios, padrões de comportamento e valores de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto...

d) Daí a necessidade do mito, conquanto a falsa consciência oculte a realidade e simplifique as coisas, porquanto todo o complexo de privilégios, padrões de comportamento e valores de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto...

e) Daí a necessidade do mito, para que a falsa consciência oculte a realidade e simplifique as coisas, embora todo o complexo de privilégios, padrões de comportamento e valores de uma ordem social arcaica pudesse manter-se intacto...

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão exige a reescrita de período composto com manutenção da coerência textual e das relações de sentido.

A alternativa A está incorreta. O termo “enquanto” apresentou uma quebra lógica no sentido do texto.

A alternativa B está incorreta. A expressão “de tal modo que” traz uma relação causal inexistente no sentido do trecho.

A alternativa C está correta. O uso do “porquanto” tem relação causal, de modo que se adequa a relação entre as frases, uma vez que “a necessidade do mito” se justifica na falsa consciência que oculta a realidade e simplifica as coisas. Ademais, a expressão “de maneira que” tem valor consecutivo e também se adequa a relação entre as frases, visto que como consequência do uso do mito, segundo o autor, “todo o complexo de privilégios, padrões de comportamento e valores de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto.”

A alternativa D está incorreta. A expressão “conquanto” altera o sentido do trecho, pois tem sentido concessivo.

A alternativa E está incorreta. A expressão “para que” altera o sentido do trecho, pois tem sentido de finalidade.

## QUESTÃO 06. Está coerente e gramaticalmente correta a seguinte frase:

**a) Por fim, aos negros libertos não se davam o subsídio a que veio favorecer o trabalhador branco estrangeiro, como seria de esperar-se com a abolição da escravatura.**

**b) Cabem às camadas populares revitalizar a demanda, para que ao Brasil se abandone a mentalidade do século XIX.**

**c) Exige séria reflexão política a tenacidade do mito e a importância de suas funções para a estabilidade da ordem.**

**d) Logo, descobriu-se que a imigração à disposição dos fazendeiros e do crescimento econômico punham reservas de mão de obra, a custos baixos.**

**e) Existia, por um lado, um dilema que, por outro, era uma área sombria – dos quais, assim, enfrentar-se-ia as mazelas do trabalho produtivo.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão exige o julgamento da frase que esteja coerente e gramaticalmente correta.

A alternativa A está incorreta. O verbo “davam” está no plural, mas o objeto direto “o subsídio” está no singular, o correto seria: “não se dava o subsídio”.

A alternativa B está incorreta. A expressão “ao Brasil se abandone” está incorreto, seria mais adequado “para que o Brasil abandone”. A redação do trecho não está clara e dificulta a compreensão da frase.

A alternativa C está correta. A frase está coerente e obedece a norma culta.

A alternativa D está incorreta. Há erro de concordância verbal, uma vez que o sujeito é “a imigração”, singular, mas o verbo está no plural: “punham”.

A alternativa E está incorreta. A expressão “dos quais” está no plural, destoando do antecedente “um dilema”, que está no singular.

**Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 10.**

**Todas as sociedades definem implicitamente uma legitimidade da dor que se antecipa a circunstâncias sociais, culturais ou físicas tidas como difíceis. Uma experiência acumulada do corpo leva seus membros a uma expectativa do sofrimento natural imputável a esses fatos.**

**A intervenção cirúrgica ou dentária, as sequelas de ferimento etc. são precedidas pelo comentário do experiente dos que já passaram pela mesma situação e se apressam em dar sua impressão ou seu conselho. O médico pode sugerir a intensidade da dor pela qual o paciente passará. Cada experiência, cada doença, cada lesão é associada a uma margem difusa de sofrimento. A sociedade indica simbolicamente os limites do lícito e, fazendo isso, esforça-se por dissuadir dos possíveis excessos. A expressão individual da dor penetra no cerne de formas ritualizadas, alimentando a expectativa de suas testemunhas.**

**Quando um sofrimento exibido parece desproporcional em relação à causa e ultrapassa o limite tradicional, descobre-se de complacência ou de julgamento. A reputação do ator está então em jogo. Nos casos em que é obrigatório aguentar o sofrimento com firmeza, o homem oprimido pela dor e que não corresponde à expectativa dos outros através de sua propensão à queixa e às lágrimas, expõe-se à reprovação muda ou à exortação para que se comporte melhor. Essa dissonância em relação à situação natural provoca atitudes opostas àquelas desejadas pelo doente: a compaixão dá lugar ao constrangimento ou à incompreensão.**

**Inversamente, quando a ritualização da dor pede a dramatização, compreende-se mal quem interioriza seu sofrimento e não diz nada a ninguém. Se a queixa tem valor de linguagem que confirma aos próximos o benefício de sua presença à cabeceira do doente, sua descrição parece negar a compaixão demonstrada em seu favor. Impenetrável apesar da dor que se supõe estar sentindo, o doente parece afirmar a insignificância daqueles que se apinham ao seu lado. Sua aparente capacidade para assumir sozinho e em silêncio sua prova frustra a família, que espera servir a queixa para prodigalizar consolo e apoio.**

A dor tem ritos que não são transgredidos sem o risco de indispor ou de ofender as pessoas de boa vontade. Mesmo no horror do que está sentindo, o homem sofredor segue o caminho que as tradições lhe traçam.

(Adaptação de: LE BRETON, David. Antropologia da dor. São Paulo: FAPESP, 1999. p. 110-111)

**QUESTÃO 07. De acordo com o texto,**

a) a experiência do sofrimento, independentemente de sua natureza, é culturalmente regulada e, por isso mesmo, submetida a critérios éticos de valoração.

b) a ritualização da dor é uma forma de minimizá-la, tornando-a suportável em contextos de exacerbação, ou simbólica, em contextos de sofrimento psicológico, garantindo assim sua adequação social.

c) é quando se ultrapassam os limites aceitos para a expressão da dor, que ela passa a ser considerada de natureza anormal, a ponto de comparar-se a pessoa que a experimenta a um ator.

d) o sofrimento, por mais que esteja associado a limites difusos, é culturalmente ritualizado, como uma prática que transcende seus aspectos físicos, a fim de servir de parâmetro para a experiência do próximo.

e) ainda que a experiência da dor seja parte incomunicável da subjetividade de cada um, seu regramento social se mantém pela chave tanto para a prática médica, como para os cuidados familiares.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda a interpretação do texto.

A alternativa A está correta. O texto mostra que todas as sociedades definem limites simbólicos e formas ritualizadas para a manifestação da dor, o que demonstra que o sofrimento é regulado culturalmente.

A alternativa B está incorreta. Não é esse o papel da ritualização. O texto defende que o objetivo da ritualização é controlar socialmente sua expressão e preservar expectativas coletivas.

A alternativa C está incorreta. O texto não menciona que o sofrimento passa a ser considerado anormal, de modo que essa afirmação extrapola o texto, sendo que a questão não pede a inferência.

A alternativa D está incorreta. Essa alternativa extrapola o texto, pois não se afirma que o sofrimento ritualizado serve de “parâmetro” para a experiência do próximo.

A alternativa E está incorreta. A alternativa extrapola o texto ao mencionar a prática médica e os cuidados familiares como campos de aplicação direta do “regramento social da dor”.

**QUESTÃO 08. Considere as seguintes afirmativas acerca da estruturação do texto.**

**I. O 2º parágrafo esclarece, mediante exemplos, a regra geral exposta na introdução do texto (1º parágrafo) e, com a expressão “possíveis excessos”, anuncia o assunto dos dois parágrafos seguintes.**

**II. Após apresentar a tese inicial e desenvolvê-la no 2º e 3º parágrafos, o termo “Inversamente”, no 4º parágrafo, introduz uma perspectiva oposta, necessária para a objeção à tese inicial, apresentada no mesmo parágrafo.**

**III. As hipóteses contrárias à ritualização da dor (3º e 4º parágrafos) são retomadas, ao fim, pelo segmento de valor concessivo “Mesmo no horror do que está sentindo”, mas refutadas pelo segmento seguinte “o homem sofredor segue o caminho que as tradições lhe traçam.”**

**Está correto o que consta de:**

**a) II e III apenas.**

**b) I, II e III.**

**c) II apenas.**

**d) I e III apenas.**

**e) I apenas.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a estruturação do texto dissertativo.

O item I está correto, uma vez que o 2º parágrafo traz exemplo do que foi dito no 1º parágrafo, veja: “A intervenção cirúrgica ou dentária, as sequelas de ferimento etc. são precedidas pelo comentário do experiente dos que já passaram pela mesma situação e se apressam em dar sua impressão ou seu conselho.” Ademais, o termo “possíveis excessos”, anuncia o tema do parágrafo seguinte, que inicia assim: “Quando um sofrimento exibido parece desproporcional em relação à causa e ultrapassa o limite tradicional, descobre-se de complacência ou de julgamento.” Por outro lado, o item II está incorreto, pois o termo “Inversamente”, no 4º parágrafo, não traz uma perspectiva oposta, e sim complementa as ideias trazidas no texto, trazendo outra forma de julgamento social, veja: “Inversamente, quando a ritualização da dor pede a dramatização, compreende-se mal quem interioriza seu sofrimento e não diz nada a ninguém. Se a queixa tem valor de linguagem que confirma aos próximos o benefício de sua presença à cabeceira do doente, sua descrição parece negar a compaixão demonstrada em seu favor.”. Por sua vez, o item III também está incorreto, tendo em vista que o trecho “Mesmo no horror...” não retoma ou refuta hipóteses, apenas reafirma a tese de que, mesmo diante da dor extrema, as pessoas seguem as normas culturais.

**QUESTÃO 09. ...alimentando a expectativa de suas testemunhas. (2º parágrafo)**

...à expectativa dos outros através de sua propensão à queixa e às lágrimas... (3º parágrafo)

impenetrável apesar da dor que se supõe... (4º parágrafo)

Os termos sublinhados acima referem-se no contexto, respectivamente, a:

- a) formas ritualizadas – dor – doente
- b) expressão individual da dor – homem – doente
- c) formas ritualizadas – dor – queixa
- d) formas ritualizadas – homem – queixa
- e) expressão individual da dor – dor – queixa

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre referência no texto.

No primeiro trecho, “suas” se refere a “expressão individual da dor” no 2º parágrafo, veja: “A expressão individual da dor penetra no cerne de formas ritualizadas, alimentando a expectativa de suas testemunhas.”. No segundo trecho, “sua” se refere a “homem” no 3º parágrafo, observe: “Nos casos em que é obrigatório aguentar o sofrimento com firmeza, o homem oprimido pela dor e que não corresponde à expectativa dos outros através de sua propensão à queixa e às lágrimas, expõe-se à reprovação muda ou à exortação para que se comporte melhor.” Por sua vez, no terceiro trecho “impenetrável” se refere a “doente” no 4º parágrafo, a seguir: “Impenetrável apesar da dor que se supõe estar sentindo, o doente parece afirmar a insignificância daqueles que se apinham ao seu lado.”

**QUESTÃO 10.** Se a queixa tem valor de linguagem que confirma aos próximos o benefício de sua presença à cabeceira do doente, sua descrição parece negar a compaixão demonstrada em seu favor.

Uma redação alternativa para a frase acima, que mantém a coerência e, em linhas gerais, seu sentido, encontra-se em:

- a) Uma vez que se exima de queixar-se, o silêncio do doente passa a desempenhar o papel de linguagem que assevera o conforto a ele dispensado pela presença dos que lhe são próximos.
- b) Caso o lamento seja válido como linguagem que assevere o bem proporcionado pelos que estão junto ao doente, seu comportamento será avesso à compaixão que lhe oferecem.
- c) O doente, ao abster-se do lamento, que discursivamente valida o benefício proporcionado pelos que estão ao pé de seu leito, parece rejeitar a compaixão que lhe demonstram.

**d) A queixa do doente, desde que passe a ter um valor discursivo, confirma seu apreço pelos familiares; caso contrário, volta-se contra suas demonstrações de compaixão.**

**e) O discernimento do doente, em termos discursivos, no momento de compaixão demonstrada em prol de sua situação, assevera o benefício do acolhimento das pessoas próximas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre

A alternativa A está incorreta. Há uma contradição com o trecho, uma vez que o silêncio não é visto como linguagem que valida o benefício, pelo contrário, o silêncio nega essa compaixão.

A alternativa B está incorreta. O trecho “caso o lamento seja válido... o comportamento será avesso à compaixão” não faz sentido dentro da lógica do texto, pois, na verdade, o lamento valida a compaixão.

A alternativa C está correta. A frase mantém o sentido original e a coerência.

A alternativa D está incorreta. O trecho do enunciado não fala da queixa ter como objetivo demonstrar apreço pelos familiares.

A alternativa E está incorreta. O trecho do enunciado não fala do discernimento do doente, sendo que a alternativa não mantém a coerência.

**QUESTÃO 11. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a Defensoria Pública, é constitucional a**

**a) previsão legal que veda a atuação da Defensoria Pública na assistência jurídica a pessoas jurídicas.**

**b) Constituição Estadual ao estabelecer que o servidor público processado, civil ou criminalmente, em razão de ato praticado no exercício regular de suas funções, terá direito à assistência exercida pela Defensoria Pública, independentemente de comprovação de renda.**

**c) previsão legal de que o membro da Defensoria Pública deve estar inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil para desempenhar as suas funções institucionais.**

**d) previsão legal que estabelece a prerrogativa da Defensoria Pública de requisitar de autoridades e agentes públicos certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à sua atuação.**

**e) previsão legal que impõe a obrigatoriedade de convênio a ser firmado entre a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil, para a prestação da assistência jurídica integral e gratuita onde não houver Defensoria Pública.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema “Defensoria Pública”.

A alternativa A está incorreta. O STF, no julgamento da ADI 4636/DF, firmou entendimento de que é constitucional a atuação da Defensoria Pública em favor de pessoas jurídicas. Nesse sentido: “A Defensoria Pública pode sim prestar assistência jurídica às pessoas jurídicas, desde que preencham os requisitos constitucionais (ADI 4636/DF)”.

A alternativa B está incorreta. No julgamento da ADI 3022/RS, o STF declarou inconstitucional norma estadual que atribuía à Defensoria Pública o dever de assistir judicialmente servidores públicos processados civil ou criminalmente sem exigência de demonstração de hipossuficiência, por extrapolar as atribuições constitucionais da Defensoria Pública previstas no art. 134 da CF/88, que são voltadas à população necessitada. Confira-se: “AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. RITO DO ART. 12 DA LEI 9.868 . ART. 45 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. ALÍNEA A DO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR 9.230/1991 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL . ATRIBUIÇÃO, À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, DA DEFESA DE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS PROCESSADOS CIVIL OU CRIMINALMENTE EM RAZÃO DE ATO PRATICADO NO EXERCÍCIO REGULAR DE SUAS FUNÇÕES. OFENSA AO ART. 134 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1 . Norma estadual que atribui à Defensoria Pública do estado a defesa judicial de servidores públicos estaduais processados civil ou criminalmente em razão do regular exercício do cargo extrapola o modelo da Constituição Federal (art. 134), o qual restringe as atribuições da Defensoria Pública à assistência jurídica a que se refere o art. 5º, LXXIV. 2 . Declaração da inconstitucionalidade da expressão "bem como assistir, judicialmente, aos servidores estaduais processados por ato praticado em razão do exercício de suas atribuições funcionais", contida na alínea a do Anexo II da Lei Complementar estadual 10.194/1994, também do estado do Rio Grande do Sul. Proposta acolhida, nos termos do art. 27 da Lei 9.868, para que declaração de inconstitucionalidade tenha efeitos a partir de 31 de dezembro de 2004. 3. Rejeitada a alegação de inconstitucionalidade do art. 45 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul . 4. Ação julgada parcialmente procedente. (STF - ADI: 3022 RS, Relator.: JOAQUIM BARBOSA, Data de Julgamento: 02/08/2004, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 04/03/2005)”.

A alternativa C está incorreta. A exigência de inscrição do Defensor Público nos quadros da OAB foi julgada inconstitucional pelo STF no RE 1240999/SP, sob a sistemática da repercussão geral (Tema 1.042): “É inconstitucional a exigência de inscrição do Defensor Público nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (RE 1240999/SP)”.

A alternativa D está correta. Conforme os julgamentos das ADIs 6852/DF e 6862/PR, o STF reconheceu como constitucional a prerrogativa da Defensoria Pública de requisitar documentos e informações necessárias ao exercício de sua função institucional. Tal prerrogativa decorre do princípio da efetividade da assistência jurídica integral e gratuita, prevista no art. 134 da CF/88. Vejamos: “A Defensoria Pública detém a prerrogativa de requisitar, de quaisquer autoridades públicas e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à sua atuação (ADI 6852/DF e ADI 6862/PR)”.

A alternativa E está incorreta. No julgamento da ADI 4163/SP, o STF declarou inconstitucional norma estadual que impunha à Defensoria Pública a obrigatoriedade de firmar convênio exclusivo com a OAB para prestação de assistência jurídica. Assim: “É inconstitucional a legislação do Estado de São Paulo que prevê a celebração de convênio exclusivo e obrigatório entre a Defensoria Pública de SP e a OAB-SP. Esta previsão ofende a autonomia funcional, administrativa e financeira da Defensoria Pública estabelecida no art. 134, § 2º, da CF/88. Somente é possível a prestação, pelo Poder Público, de

assistência jurídica à população carente por não Defensores Públicos em caso de situação excepcional e temporária (ADI 4163/SP)".

**QUESTÃO 12. Uma Medida Provisória está em tramitação há 60 dias na Câmara dos Deputados. Na data de hoje, três votações relevantes constam na ordem do dia: uma Proposta de Emenda à Constituição e dois Projetos de Lei, um que altera o Código de Processo Civil e outro que modifica o Código Civil. Nesse caso,**

- a) os parlamentares podem apresentar Emendas às Medidas Provisórias, sendo que o contrabando legislativo é vedado regimentalmente, mas não inconstitucional.**
- b) aprovada na Câmara dos Deputados, a Medida Provisória deverá ser enviada imediatamente para o Senado Federal para votação, cuja pauta ficará trancada conforme previsto na Constituição.**
- c) a Medida Provisória está trancando a votação de todas as matérias que estão na ordem do dia, incluindo a Proposta de Emenda à Constituição e os dois Projetos de Lei, pois ela se encontra em regime de urgência.**
- d) a Medida Provisória está trancando apenas aquelas espécies normativas que podem ser objeto de Medidas Provisórias, ou seja, a modificação do Código de Processo Civil.**
- e) se a Medida Provisória for aprovada sem Emendas, deve ser enviada ao Presidente da República para a sua promulgação.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema processo legislativo.

A alternativa A está incorreta. Embora os parlamentares possam apresentar emendas à MP, o chamado "contrabando legislativo" – isto é, a inserção de matérias estranhas ao objeto original da Medida Provisória durante sua tramitação – é considerado inconstitucional pelo STF. Vejamos: "É incompatível com a Constituição a apresentação de emendas sem relação de pertinência temática com medida provisória submetida à sua apreciação (ADI 5127/DF).

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 62, § 6º, da Constituição Federal, se a Medida Provisória (MP) não for apreciada no prazo de 45 dias, ela passa a tramitar em regime de urgência, trancando a pauta da Casa onde estiver até sua votação. Se aprovada pela Câmara, a MP é encaminhada ao Senado, onde também trancará a pauta do Senado se não for votada no prazo. Nesse sentido: "Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. [...] § 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando".

A alternativa C está incorreta. É verdade que a MP tranca a pauta das demais deliberações legislativas da Casa onde estiver, conforme o art. 62, § 6º, CF/88. Porém, isso não se aplica às Propostas de Emenda à Constituição (PECs), que seguem rito especial (art. 60, CF) e não são sobrestadas por MP. Nestes termos: “O regime de urgência previsto no art. 62, § 6º, da Constituição da República – que impõe o sobrestamento das deliberações legislativas das Casas do Congresso Nacional – incide, tão-somente, sobre aquelas matérias que se mostram passíveis de regramento por medida provisória, excluídos, em consequência, do bloqueio procedimental imposto por mencionado preceito constitucional as propostas de emenda à Constituição e os projetos de lei complementar, de decreto legislativo, de resolução e, até mesmo, tratando-se de projetos de lei ordinária, aqueles que veiculam temas pré-excluídos do âmbito de incidência das medidas provisórias ( CF, art. 62, § 1º, I, II e IV) - (MS: 27931)”.

A alternativa D está incorreta. O trancamento da pauta por MP atinge todas as deliberações legislativas ordinárias, independentemente do tema da MP ou da matéria em tramitação, salvo as exceções expressas na Constituição (como as PECs).

A alternativa E está incorreta. Mesmo quando a MP é aprovada sem alterações, o texto precisa ser enviado à sanção presidencial, pois o resultado do processo legislativo é uma lei de conversão. Assim: “Art. 62 [...] § 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.”

**QUESTÃO 13. A respeito do direito à educação e da proteção à criança e ao adolescente, é correto afirmar:**

**a) O Poder Público tem obrigação de garantir vagas em creches e pré-escolas para crianças com até cinco anos de idade, tratando-se o fornecimento da vaga de direito fundamental, de modo que o Poder Judiciário pode impor à Administração Pública a efetivação da matrícula de crianças em estabelecimento de educação infantil, sem que haja violação ao princípio constitucional da separação dos poderes.**

**b) Conforme julgamento do Supremo Tribunal Federal, é possível, em atenção à proteção integral, a apreensão de crianças e adolescentes em situação de rua, independentemente da existência de flagrante de ato infracional ou de cumprimento de mandado de apreensão.**

**c) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, são constitucionais normas municipais que proíbam o ensino sobre gênero e orientação sexual em escolas.**

**d) A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo autorizado, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, o ensino domiciliar independentemente de regulamentação por lei.**

**e) Compete privativamente à União legislar sobre a proteção à infância e à juventude.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema direitos e garantias fundamentais destinados à criança e ao adolescente.

A alternativa A está correta. O direito à educação infantil é um direito fundamental de prestação positiva, assegurado diretamente pela Constituição (art. 6º e art. 208, IV, CF/88). Segundo o STF, trata-se de norma de eficácia plena e aplicabilidade imediata, cabendo ao Judiciário determinar ao Poder Público a oferta de vagas em creches e pré-escolas, sem violar a separação dos poderes, quando houver omissão estatal. Assim: “1. A educação básica em todas as suas fases — educação infantil, ensino fundamental e ensino médio — constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3. O Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica (RE 1008166/SC)”.

A alternativa B está incorreta. Segundo o STF, na ADI 3446/DF, são constitucionais os dispositivos do ECA que proíbem o recolhimento compulsório de crianças e adolescentes, mesmo que estejam perambulando nas ruas.

A alternativa C está incorreta. O STF entende que leis municipais que proíbem o ensino de temas relacionados a gênero ou orientação sexual violam a Constituição, pois atentam contra a liberdade de ensino, a gestão democrática do ensino público e o pluralismo de ideias. Assim: “Municípios não possuem competência para editar lei proibindo a divulgação de material com referência a “ideologia de gênero” nas escolas municipais (ADPF 457)”.

A alternativa D está incorreta. O STF já reconheceu que a educação domiciliar (homeschooling) não é vedada pela Constituição, mas também não é permitida sem regulamentação legal específica. Vejamos: “Não é possível, atualmente, o ensino domiciliar (homeschooling) como meio lícito de cumprimento, pela família, do dever de prover educação. Não há, na CF/88, uma vedação absoluta ao ensino domiciliar. A CF/88, apesar de não o prever expressamente, não proíbe o ensino domiciliar. No entanto, o ensino domiciliar não pode ser atualmente exercido porque não há legislação que regule os preceitos e as regras aplicáveis a essa modalidade de ensino. Assim, o ensino domiciliar somente pode ser implementado no Brasil após uma regulamentação por meio de lei na qual sejam previstos mecanismos de avaliação e fiscalização, devendo essa lei respeitar os mandamentos constitucionais que tratam sobre educação (RE 888815/RS)”.

A alternativa E está incorreta. A competência para legislar sobre proteção à infância e juventude é concorrente, nos termos do art. 24, XV, da CF/88: “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] XV - proteção à infância e à juventude”.

#### **QUESTÃO 14. Sobre as formas de controle de constitucionalidade, é correto afirmar:**

**a) Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, impondo estabelecer rol de legitimados análogos àqueles relacionados para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade, por se tratar de norma de reprodução obrigatória.**

**b) Em controle concentrado de constitucionalidade, compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.**

c) O controle prévio ou preventivo de constitucionalidade é aquele exercido no curso do processo legislativo, seja pelo próprio Poder Legislativo, através das comissões de constituição e justiça, seja pelo chefe do Poder Executivo, através do veto, não podendo ser exercido pelo Poder Judiciário.

d) O controle difuso de constitucionalidade pode ser realizado por qualquer juiz ou tribunal do Poder Judiciário, no exercício da sua jurisdição, submetendo-se os tribunais à regra da reserva de plenário, que exige o voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal ou do seu órgão especial para a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.

e) O controle concentrado de constitucionalidade, em nível federal, é exercido pelo Supremo Tribunal Federal, através da ação direta de inconstitucionalidade, da ação declaratória de constitucionalidade, da arguição de descumprimento de preceito fundamental, da ação direta de inconstitucionalidade por omissão e da representação interventiva, tendo por objeto de controle leis e atos normativos federais e estaduais, de modo que não se admite qualquer dessas ações em face de lei ou ato normativo municipal.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. O art. 125, § 2º, da CF/88, realmente autoriza os Estados a instituírem o controle concentrado de constitucionalidade em face da Constituição Estadual, mas não exige que o rol de legitimados seja idêntico ao da Constituição Federal. Nesse sentido: “Art. 125 [...] § 2º Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão”.

A alternativa B está incorreta. A ação declaratória de constitucionalidade (ADC) só pode ter como objeto lei ou ato normativo federal, e não estadual. Confira-se: “Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: [...] a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal”.

A alternativa C está incorreta. Embora, em regra, o controle preventivo de constitucionalidade seja feito pelo Poder Legislativo (por meio das comissões) e pelo Executivo (pelo veto), o Poder Judiciário também pode exercer controle preventivo, de forma excepcional, como quando julga mandado de segurança impetrado por parlamentar com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de leis e emendas constitucionais que não se compatibiliza com o processo legislativo constitucional. Vejamos: “CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTROLE PREVENTIVO DE CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DE PROJETO DE LEI. INVIABILIDADE . 1. Não se admite, no sistema brasileiro, o controle jurisdicional de constitucionalidade material de projetos de lei (controle preventivo de normas em curso de formação). O que a jurisprudência do STF tem admitido, como exceção, é a legitimidade do parlamentar - e somente do parlamentar - para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo ( MS 24.667, Pleno, Min . Carlos Velloso, DJ de 23.04.04). Nessas excepcionais situações, em que o vício de inconstitucionalidade está diretamente relacionado a aspectos formais e procedimentais da atuação

legislativa, a impetração de segurança é admissível, segundo a jurisprudência do STF, porque visa a corrigir vício já efetivamente concretizado no próprio curso do processo de formação da norma, antes mesmo e independentemente de sua final aprovação ou não (MS: 32033 DF)”.

A alternativa D está correta. O controle difuso de constitucionalidade (ou controle incidental) pode ser exercido por qualquer juiz ou tribunal no âmbito de um caso concreto. No entanto, os tribunais devem observar o que prevê o art. 97 da Constituição Federal, segundo o qual somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão declarar a inconstitucionalidade de uma norma. Esse requisito é conhecido como cláusula de reserva de plenário, e o STF a considera de observância obrigatória mesmo em controle incidental. Assim: “Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público”.

A alternativa E está incorreta. O controle concentrado de constitucionalidade, no âmbito federal, é de competência do Supremo Tribunal Federal, por meio das ações direta de inconstitucionalidade (ADI), declaratória de constitucionalidade (ADC), arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) e ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO). Contudo, chamada representação de inconstitucionalidade — expressão utilizada nos Estados para designar a ação direta em face de constituições estaduais — não é de competência do STF, mas sim dos Tribunais de Justiça locais, conforme prevê o art. 125, § 2º, da Constituição Federal. Vejamos: “Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal” e “Art. 1º, Lei nº 9.882. A arguição prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público”.

#### **QUESTÃO 15. Sobre o Processo Legislativo de Emendas Constitucionais e Proposta de Emenda à Constituição:**

**a) Se a matéria da Proposta de Emenda à Constituição for rejeitada em 18 de março de 2025, só poderá ser apresentada na nova sessão legislativa, que terá início em 12 de agosto de 2025.**

**b) A promulgação da Emenda Constitucional é realizada pela Mesa do Congresso Nacional.**

**c) Uma Emenda Constitucional que contenha norma dependente de regulamentação legislativa só entrará em vigor após a promulgação da legislação correspondente.**

**d) Se a Proposta de Emenda à Constituição for aprovada na Casa Iniciadora e receber emendas modificativas na Casa Revisora, retornará à Casa Iniciadora, que poderá transformar as Emendas da Casa Revisora em uma Proposta de Emenda à Constituição Paralela.**

**e) Se a Casa Iniciadora não aprovar as emendas parlamentares modificativas efetuadas na Proposta de Emenda Constitucional pela Casa Revisora, a proposta inicial da Casa Iniciadora não prevalece.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema processo legislativo.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 60, § 5º, da Constituição Federal: “Art. 60 [...] § 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa”. A nova proposta somente poderá ser apresentada na próxima sessão legislativa, ou seja, a partir de 2026.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 60, § 3º, da Constituição Federal, a emenda constitucional será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em conjunto. Assim: “Art. 60 [...] § 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem”.

A alternativa C está incorreta. As emendas constitucionais entram em vigor na data de sua promulgação, salvo disposição expressa em sentido diverso no próprio texto da emenda.

O fato de uma norma depender de regulamentação legislativa para sua efetiva aplicação não impede sua vigência. Nesse caso, ela será considerada norma constitucional de eficácia limitada, mas vigente desde sua promulgação.

A alternativa D está incorreta. Não há previsão constitucional de “PEC paralela” como consequência direta da rejeição de emendas pela Casa Iniciadora.

A alternativa E está correta. De acordo com o processo legislativo das propostas de emenda à Constituição (PEC), a proposta precisa ser aprovada em dois turnos em cada Casa do Congresso Nacional, com quórum qualificado de 3/5 dos votos dos respectivos membros, conforme art. 60, § 2º, da CF/88. Vejamos: “Art. 60 [...] § 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros”. Se a PEC for aprovada na Casa Iniciadora e, ao ser analisada pela Casa Revisora, receber emendas, ela retorna à Casa Iniciadora para nova deliberação apenas sobre essas alterações. Caso a Casa Iniciadora rejeite as emendas feitas, não há promulgação da proposta modificada, e prevalece o texto original aprovado por ela, desde que este tenha sido aprovado também pela Casa Revisora, nos dois turnos, sem alterações. No entanto, se não houver aprovação do mesmo texto pelas duas Casas, a proposta não é promulgada, pois não houve consenso sobre um texto único, conforme exigido pela Constituição Federal. Portanto, quando a Casa Iniciadora rejeita as alterações feitas pela Casa Revisora, e não há aprovação mútua de um texto idêntico nas duas Casas, a proposta como um todo não se consuma.

**QUESTÃO 16. Yuri, médico, quer prestar concurso para o Departamento de Saúde da Guarda Municipal do município de Antares. No entanto, a lei municipal estabelece um limite de idade máxima para a inscrição, que ele, infelizmente, já havia ultrapassado. Yuri contrata um advogado para levar o seu caso à Justiça e sustentar a inconstitucionalidade dessa lei perante a Constituição Federal. A sentença de primeiro grau lhe é desfavorável, seu advogado recorre ao Tribunal de Justiça, e a causa é distribuída a uma das Câmaras de Direito Público que julgam a**

**matéria. O Ministério Público opinou pela inconstitucionalidade da norma e pela reforma da sentença. Nessa situação,**

**a) a Câmara de Direito Público pode decidir, originariamente, sobre a inconstitucionalidade da lei municipal de Antares.**

**b) pela teoria dos motivos determinantes, caso o órgão especial ou Tribunal Pleno já tenha decidido a inconstitucionalidade de uma norma de idêntico teor, não será necessário suscitar novamente o incidente de inconstitucionalidade.**

**c) se a Câmara se inclinar pela constitucionalidade da norma, não poderá julgar a causa devido à arguição de inconstitucionalidade realizada pelo autor.**

**d) o órgão fracionário não poderá suscitar o incidente de inconstitucionalidade, pois se trata de declaração de inconstitucionalidade de norma municipal frente à Constituição Federal.**

**e) se tramitar no Supremo Tribunal Federal uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental questionando a norma, tal situação, por si só, é suficiente para determinar a paralisação do julgamento.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. Os órgãos fracionários dos tribunais (como as Câmaras) não têm competência para declarar, originariamente, a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos. Assim: “Súmula vinculante 10-STF: Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta a sua incidência no todo ou em parte”.

A alternativa B está correta. Se o Tribunal Pleno ou o Órgão Especial já declarou inconstitucional norma idêntica, o órgão fracionário pode aplicar essa decisão sem necessidade de suscitar novo incidente de inconstitucionalidade, conforme art. 949, parágrafo único do CPC. Vejamos: “Parágrafo único. Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário ou ao órgão especial a arguição de inconstitucionalidade quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão”.

A alternativa C está incorreta. O simples fato de o autor suscitar a inconstitucionalidade não impede o julgamento pela Câmara, se ela entender que a norma é constitucional. O incidente de inconstitucionalidade só será suscitado se o órgão fracionário tiver que afastar a aplicação da norma por considerá-la inconstitucional. Assim: “Art. 948. Arguida, em controle difuso, a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público, o relator, após ouvir o Ministério Público e as partes, submeterá a questão à turma ou à câmara à qual competir o conhecimento do processo”. Ainda: “Art. 949. Se a arguição for: I - rejeitada, prosseguirá o julgamento; II - acolhida, a questão será submetida ao plenário do tribunal ou ao seu órgão especial, onde houver”.

A alternativa D está incorreta. Nada impede que o incidente de inconstitucionalidade seja suscitado em face de norma municipal frente à Constituição Federal.

A alternativa E está incorreta. A mera existência de ADPF no STF não suspende automaticamente o julgamento de processos individuais. A suspensão só ocorre se houver concessão de medida cautelar ou decisão expressa do STF, o que depende de manifestação jurisdicional específica. Nos termos da Lei nº 9.882: "Art. 5º O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental. [...] § 3º A liminar poderá consistir na determinação de que juízes e tribunais suspendam o andamento de processo ou os efeitos de decisões judiciais, ou de qualquer outra medida que apresente relação com a matéria objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, salvo se decorrentes da coisa julgada".

#### **QUESTÃO 17. Quanto ao direito de igualdade é INCORRETO:**

**a) Cláusulas de barreira em concurso público, desde que baseadas em critérios objetivos e meritórios, não violam o princípio da isonomia.**

**b) O STF entendeu que a tese da legítima defesa da honra viola a igualdade e a dignidade da pessoa humana.**

**c) O STF, em decisão cautelar na ADPF 527, determinou que presas transexuais femininas cumpram pena em estabelecimento próprio e reservado, separado de todos os demais presos.**

**d) Desde a Constituição de 1946 o STF destacou que o princípio da igualdade perante a lei era também aplicável ao legislador.**

**e) No julgamento da ADI 5668, o STF decidiu que escolas públicas e privadas têm a obrigação de combater discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual.**

#### **Comentários**

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata do tema direito de igualdade.

A alternativa A está correta. O Supremo Tribunal Federal considera constitucionais as cláusulas de barreira, quando previstas em editais de concurso público, desde que baseadas em critérios objetivos e meritórios. Confira-se: "É constitucional a regra denominada "cláusula de barreira", inserida em edital de concurso público, que limita o número de candidatos participantes de cada fase da disputa, com o intuito de selecionar apenas os concorrentes mais bem classificados para prosseguir no certame ( RE 635739/AL)".

A alternativa B está correta. A tese da "legítima defesa da honra" foi considerada inconstitucional pelo STF no julgamento da ADPF 779/DF, pois contraria os princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), igualdade de gênero (art. 5º, I) e proteção à vida (art. 5º, caput, da CF/88). Vejamos: "É inconstitucional o uso da tese da "legítima defesa da honra" em crimes de feminicídio ou de agressão contra mulheres, seja no curso do processo penal (fase pré-processual ou processual), seja no âmbito de julgamento no Tribunal do Júri. Essa tese é inconstitucional por contrariar os princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF/88), da proteção à vida (art. 5º, "caput", CF/88) e da igualdade de gênero (art. 5º, I, CF/88) - (ADPF 779/DF)".

A alternativa C está incorreta. Segundo o STF: “É dever do Judiciário indagar à pessoa autodeclarada parte da população transexual acerca da preferência pela custódia em unidade feminina, masculina ou específica, se houver, e, na unidade escolhida, preferência pela detenção no convívio geral ou em alas ou celas específicas (HC 861.817-SC)”.

A alternativa D está correta. Desde a Constituição de 1946, o STF já reconhecia que o princípio da igualdade formal previsto na Carta também se aplicava ao legislador, que não poderia editar normas que criem distinções arbitrárias ou desproporcionais entre os destinatários da lei.

A alternativa E está correta. No julgamento da ADI 5.668/DF, o STF decidiu que é constitucional a obrigação das escolas públicas e privadas de combater o bullying, a violência e discriminações motivadas por gênero, identidade de gênero e orientação sexual, conforme previsto nas diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência nas Escolas. Assim: “As escolas públicas e particulares têm a obrigação de coibir o bullying e as discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual, bem como as de cunho machista (contra meninas cisgêneras e transgêneras) e homotransfóbicas (contra homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais), em geral (ADI 5.668/DF)”.

#### **QUESTÃO 18. Segundo o entendimento consolidado do STF, sobre liberdade religiosa:**

**a) Reconheceu a imunidade tributária de templos religiosos, incluindo templos de qualquer culto, como é o caso da Maçonaria.**

**b) A invocação de Deus no preâmbulo da Constituição é uma norma de reprodução obrigatória na Constituição Estadual de todos os Estados, mesmo que o efeito dependa da crença de cada pessoa, pois não impõe qualquer obrigação religiosa.**

**c) O ensino religioso de matrícula facultativa em escolas públicas e a obrigatoriedade de livros sagrados nas escolas são compatíveis com a Constituição.**

**d) A lei de proteção de animais que permite o sacrifício ritual de animais em cultos de matriz africana sem crueldade excessiva foi declarada constitucional.**

**e) No julgamento da omissão legislativa sobre o crime de homofobia, decidiu que a criminalização abrange e limita o exercício da liberdade religiosa.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema direito à liberdade religiosa.

A alternativa A está incorreta. O STF não reconhece a Maçonaria como “templo de qualquer culto” para fins de imunidade tributária prevista no art. 150, VI, “b”, da CF/88. No julgamento do RE 562.351/RS, a 1ª Turma do STF concluiu que a Maçonaria não exerce atividades religiosas em sentido estrito, sendo, portanto, inaplicável a imunidade tributária conferida a templos religiosos ou instituições de assistência social.

A alternativa B está incorreta. A invocação de Deus no preâmbulo da Constituição Federal não tem força normativa, ou seja, não obriga sua reprodução nas Constituições Estaduais. Segundo o STF: “A invocação a Deus, presente no preâmbulo da CF/88, reflete um sentimento religioso. Isso não faz, contudo, que o Brasil deixe de ser um Estado laico. O Brasil é um Estado laico, ou seja, um Estado em que há liberdade de consciência e de crença, onde ninguém é privado de direitos por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica. A invocação da proteção de Deus contida no preâmbulo da CF/88 não se trata de norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual, não tendo força normativa. Se a Constituição estadual não tiver esta expressão, não há qualquer inconstitucionalidade nisso (ADI 2076)”.

A alternativa C está incorreta. O ensino religioso confessional é constitucional quando oferecido de forma facultativa, igualitária entre crenças e sem imposição de dogmas específicos, conforme a ADI 4.439/DF. No entanto, a obrigatoriedade de livros sagrados (como a Bíblia) em escolas públicas viola a laicidade do Estado e a liberdade religiosa. Vejamos: “O Estado, observado o binômio Laicidade do Estado (art. 19, I) / Consagração da Liberdade religiosa (art. 5º, VI) e o princípio da igualdade (art. 5º, caput), deverá atuar na regulamentação do cumprimento do preceito constitucional previsto no art. 210, §1º, autorizando na rede pública, em igualdade de condições, o oferecimento de ensino confessional das diversas crenças, mediante requisitos formais e objetivos previamente fixados pelo Ministério da Educação. Dessa maneira, será permitido aos alunos que voluntariamente se matricularem o pleno exercício de seu direito subjetivo ao ensino religioso como disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, ministrada de acordo com os princípios de sua confissão religiosa, por integrantes da mesma, devidamente credenciados e, preferencialmente, sem qualquer ônus para o Poder Público (ADI 4439/DF)”.Ademais: “A imposição legal de manutenção de exemplares de Bíblias em escolas e bibliotecas públicas estaduais configura contrariedade à laicidade estatal e à liberdade religiosa consagrada pela Constituição da República de 1988 (ADI 5258/AM)”.

A alternativa D está correta. No RE 494.601/RS, com repercussão geral (Tema 524), o STF decidiu que é constitucional a prática de sacrifícios rituais de animais em cultos religiosos de matriz africana, desde que sem crueldade excessiva. Assim: “É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana (RE 494601/RS)”.

A alternativa E está incorreta. No julgamento da ADO 26/DF e MI 4.733/DF, o STF decidiu que a homotransfobia configura crime de racismo, diante da omissão legislativa inconstitucional do Congresso Nacional. Contudo, a Corte foi clara ao afirmar que essa criminalização não restringe a liberdade religiosa, desde que a manifestação de crença não configure discurso de ódio ou incitação à violência. Confira-se: “A repressão penal à prática da homotransfobia não alcança nem restringe ou limita o exercício da liberdade religiosa [...] - (ADO 26/DF)”.

#### **QUESTÃO 19. Sobre o direito à inviolabilidade do domicílio:**

**a) É um direito fundamental promocional contra o Estado e, por esta razão, gera um dever de proteção por parte do Estado.**

**b) O STJ entende ser cabível a autorização judicial para busca e apreensão coletiva em residências em locais de moradia popular, como favelas, onde os endereços são irregulares e a identificação precisa dos moradores é dificultada.**

**c) A proteção abrange apenas a residência, mas não locais de trabalho e outros espaços privados onde a pessoa exerce sua vida privada, nem mesmo quartos de hotéis.**

**d) A entrada em domicílio sem mandado e sem consentimento pode ser feita à noite quando amparada em razões que se concretizaram com a busca e apreensão.**

**e) O consentimento do morador, devidamente comprovado, voluntário e livre de constrangimento, valida o ingresso dos agentes de segurança sem ordem judicial.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema direito à inviolabilidade do domicílio. O direito à inviolabilidade do domicílio foi tratado pela Constituição Federal, nestes termos: “Art. 5º XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”.

A alternativa A está incorreta. O direito à inviolabilidade do domicílio tem caráter negativo, ou seja, é uma garantia de abstenção contra o Estado. Não se trata de um direito fundamental promocional, que exigiria atuação positiva do Estado (como educação ou saúde).

A alternativa B está incorreta. O STJ não admite autorizações judiciais genéricas ou coletivas para busca e apreensão domiciliar, mesmo em áreas de moradia informal como favelas. Nesse sentido: “[...] 2. Caso em que a busca e apreensão domiciliar, ainda que não individualizada, fez-se necessária para subsidiar as investigações decorrentes dos incessantes confrontos nos morros do Rio de Janeiro, entre a polícia e traficantes, que, fortemente armados, não poupam esforços para a permanência e o controle das práticas ilícitas relacionadas com a comercialização de armas e de drogas, incluídas as freqüentes ameaças aos cidadãos residentes nas localidades e os ataques violentos contra agentes policiais. 3 . A autorização judicial da busca e apreensão nas residências situadas em áreas específicas, escorada em circunstâncias concretas, não encerra grave ofensa à garantia constitucional da inviolabilidade domiciliar. Apesar de preocupante a mitigação desse preceito, existe um objetivo maior a ser alcançado, que é a proteção dos moradores da região, com a cessação da conduta de traficantes que os sujeitam a regras ilegítimas estabelecidas por organizações criminosas [...] (HC: 435934 RJ)”.

A alternativa C está incorreta. O conceito de “casa” para fins constitucionais inclui não apenas residências permanentes, mas também locais onde a pessoa exerce sua vida privada. Vejamos: “O quarto de hotel constitui espaço privado que, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, é qualificado juridicamente como “casa” (desde que ocupado) para fins de tutela constitucional da inviolabilidade domiciliar (HC 659.527-SP)”.

A alternativa D está incorreta. A entrada em domicílio sem mandado judicial, à noite, só é admitida nas hipóteses expressamente previstas na Constituição Federal, quais sejam: com o consentimento do morador, em caso de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro. A Constituição estabelece que a determinação judicial autoriza o ingresso apenas durante o dia, conforme o art. 5º, XI, da CF/88.

A alternativa E está correta. O ingresso de agentes públicos em domicílio sem mandado judicial é válido quando houver consentimento livre, voluntário e informado do morador. Inclusive, o STJ se manifestou a respeito: “A prova da legalidade e da voluntariedade do consentimento para o ingresso na residência

do suspeito incumbe, em caso de dúvida, ao Estado, e deve ser registrada em áudio-vídeo e preservada tal prova enquanto durar o processo (STJ. 6ª Turma. AgRg no HC 821.494-MG).

**QUESTÃO 20. Conforme o Tema 1234/STF (Leading Case: RE 1366243) a competência para processar e julgar um pedido de medicamento registrado na ANVISA é da Justiça Federal se**

**a) estiver ou não incorporado ao SUS e o valor anual do tratamento for igual ou superior a 210 salários mínimos.**

**b) não estiver incorporado ao SUS e o valor anual do tratamento for superior a 300 salários mínimos.**

**c) não estiver incorporado à assistência farmacêutica do SUS.**

**d) estiver incorporado à assistência farmacêutica do SUS e o valor anual do tratamento for superior a 300 salários mínimos.**

**e) estiver incorporado ao SUS, independentemente do valor do tratamento, caso esteja em falta e for de aquisição centralizada pela União (Grupo 1A de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF).**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema direito à saúde.

A questão exigiu o conhecimento do Tema 1234/STF (Leading Case: RE 1366243), segundo o qual “[...] I. COMPETÊNCIA 1) Para fins de fixação de competência, as demandas relativas a medicamentos não incorporados na política pública do SUS, mas com registro na ANVISA, tramitarão perante a Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal, quando o valor do tratamento anual específico do fármaco ou do princípio ativo, com base no Preço Máximo de Venda do Governo (PMVG – situado na alíquota zero), divulgado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED - Lei 10.742/2003), for igual ou superior ao valor de 210 salários mínimos, na forma do art. 292 do CPC. 1.1) Existindo mais de um medicamento do mesmo princípio ativo e não sendo solicitado um fármaco específico, considera-se, para efeito de competência, aquele listado no menor valor na lista CMED (PMVG, situado na alíquota zero). 1.2) No caso de inexistir valor fixado na lista CMED, considera-se o valor do tratamento anual do medicamento solicitado na demanda, podendo o magistrado, em caso de impugnação pela parte requerida, solicitar auxílio à CMED, na forma do art. 7º da Lei 10.742/2003. 1.3) No caso de cumulação de pedidos, para fins de competência, será considerado apenas o valor do (s) medicamento (s) não incorporado (s) que deverá(ão) ser somado (s), independentemente da existência de cumulação alternativa de outros pedidos envolvendo obrigação de fazer, pagar ou de entregar coisa certa. II. DEFINIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO INCORPORADOS 2.1) Consideram-se medicamentos não incorporados aqueles que não constam na política pública do SUS; medicamentos previstos nos PCDTs para outras finalidades; medicamentos sem registro na ANVISA; e medicamentos off label sem PCDT ou que não integrem listas do componente básico. 2.1.1) Conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal na tese fixada no tema 500 da sistemática da repercussão geral, é mantida a competência da Justiça Federal em relação às ações que demandem fornecimento de medicamentos sem registro na

Anvisa, as quais deverão necessariamente ser propostas em face da União, observadas as especificidades já definidas no aludido tema. (RE: 1366243 SC).

A alternativa A está correta. Segundo o STF, a Justiça Federal é competente para processar e julgar ações que envolvem pedido de medicamento com registro na ANVISA, mas não incorporado à política pública do SUS, desde que o valor anual do tratamento atinja ou ultrapasse 210 salários-mínimos, conforme estabelecido no art. 292 do CPC (RE: 1366243 SC).

A alternativa B está incorreta. O valor definido pelo STF é de 210 salários-mínimos e não 300.

A alternativa C está incorreta. O critério isolado da não incorporação não determina a competência federal. É preciso também observar o valor do tratamento anual.

A alternativa D está incorreta. O STF tratou de medicamentos não incorporados ao SUS.

A alternativa E está incorreta. Essa hipótese diz respeito à responsabilidade solidária entre os entes federativos na execução da política de saúde, não ao critério fixado pelo STF para definir a competência com base no valor anual do tratamento.

**QUESTÃO 21. O aclamado filme "Ainda Estou Aqui" retrata a história de Eunice Paiva, advogada brasileira, símbolo da luta pelos direitos humanos dos desaparecidos durante a ditadura militar, e seus familiares.**

**Considerando a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas e a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e do Supremo Tribunal Federal sobre o tema:**

**a) Prevê-se mandado de tipificação do delito de desaparecimento forçado de pessoas no âmbito dos ordenamentos jurídicos internos, estando o ordenamento jurídico brasileiro adequado a tal mandado.**

**b) No julgamento do Caso Gomes Lund e outros vs Brasil, a Corte Interamericana de Direitos Humanos entendeu pela responsabilidade do Estado brasileiro pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de pessoas no contexto da repressão à Guerrilha do Araguaia, ressaltando a impossibilidade de responsabilização dos agentes que perpetraram tais condutas, ante a prescrição dos delitos.**

**c) A prática generalizada do desaparecimento forçado de pessoas é um problema com que lidaram diversos Estados americanos durante os regimes ditatoriais por que passaram, razão pela qual, quando da elaboração da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, os Estados-partes entenderam pela impossibilidade de formulação de reservas.**

**d) Entende-se por desaparecimento forçado a privação de liberdade de uma ou mais pessoas, seja de que forma for, praticada por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas que atuem com autorização, apoio ou consentimento do Estado, seguida de falta de informação ou da**

**recusa a reconhecer a privação de liberdade ou a informar sobre o paradeiro da pessoa, impedindo assim o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes.**

**e) O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 153, conferiu interpretação conforme a Constituição para que a Lei de Anistia fosse interpretada no sentido de excluir os agentes da ditadura militar dos seus efeitos, em conformidade com o entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos no julgamento do Caso Gomes Lund e outros vs Brasil.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoa.

A alternativa A está incorreta. O ordenamento jurídico brasileiro ainda não possui uma tipificação específica para o crime de desaparecimento forçado, embora condutas relacionadas possam ser enquadradas em outros tipos penais. Com isso, o Brasil ainda não cumpre o disposto no artigo III da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas. Inclusive, o Conselho Nacional de Justiça chama atenção para a ausência de tipificação do crime de desaparecimento forçado no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, explica a associada técnica de internacionalização no Programa Fazendo Justiça, Bruna Nowak: “O Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em três ocasiões por não prever o desaparecimento forçado como crime em sua legislação.”

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, não ressaltou a impossibilidade de responsabilização devido à prescrição. Pelo contrário, a Corte entendeu que a Lei de Anistia brasileira era incompatível com as obrigações internacionais do Brasil de investigar e punir crimes de lesa-humanidade, como o desaparecimento forçado, que são imprescritíveis.

A alternativa C está incorreta. A Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas não estabeleceu a impossibilidade de formulação de reservas. Alguns Estados Partes, ao ratificarem a Convenção, apresentaram reservas a determinados artigos.

A alternativa D está incorreta. Ela reproduz, de forma precisa, a definição de desaparecimento forçado de pessoas estabelecida no artigo II da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas. Vejamos: “Para os efeitos desta Convenção, entende-se por desaparecimento forçado a privação de liberdade de uma pessoa ou mais pessoas, seja de que forma for, praticada por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas que atuem com autorização, apoio ou consentimento do Estado, seguida de falta de informação ou da recusa a reconhecer a privação de liberdade ou a informar sobre o paradeiro da pessoa, impedindo assim o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes.”

A alternativa E está incorreta. O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da ADPF 153 em 2010, decidiu pela constitucionalidade da Lei de Anistia e entendeu que ela abrange tanto os agentes do Estado quanto os militantes políticos.

**QUESTÃO 22. Sobre a extensão da garantia judicial do direito de defesa, consagrado no artigo 8 da Convenção Americana de Direitos Humanos:**

**a) De acordo com a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o direito a ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado não se limita à mera formalidade processual, devendo o defensor atuar de maneira diligente para proteger as garantias processuais do acusado e assim evitar que seus direitos sejam violados.**

**b) O direito a recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior, previsto pelo artigo 8.2.h da Convenção Americana de Direitos Humanos, também é consagrado pela Constituição de 1988, que prevê de forma expressa a garantia do duplo grau de jurisdição.**

**c) A Convenção Americana de Direitos Humanos consagra o direito da pessoa acusada de ser assistida por um defensor proporcionado pelo Estado, condicionado o direito à assistência jurídica gratuita no processo penal à incapacidade financeira para constituição de advogado particular.**

**d) A Corte Interamericana de Direitos Humanos entendeu no julgamento do Caso Ruano Torres e outros vs El Salvador, que a garantia judicial do direito de defesa se estende desde a apresentação de denúncia formal até a condenação.**

**e) A independência funcional dos órgãos que exercem a defesa pública não permite a fixação, pela jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, de hipóteses em que se considera violado o direito de defesa, cabendo o estabelecimento de parâmetros sobre o que se considera uma defesa diligente aos órgãos internos de controle da atuação do defensor público, como as corregedorias.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre direito de defesa.

A alternativa A está correta. A mera presença formal de um defensor que não atua de maneira eficaz não satisfaz as exigências da Convenção Americana, sendo o direito à defesa efetiva vai além da simples nomeação de um defensor público. Requer que este defensor atue de forma diligente, competente e zelosa na proteção dos direitos do acusado, apresentando recursos adequados, contraditando as provas da acusação e buscando a melhor defesa possível dentro dos limites éticos e legais. Nos termos do art. 2, “Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas: a) direito do acusado de ser assistido gratuitamente por tradutor ou intérprete, se não compreender ou não falar o idioma do júízo ou tribunal; b) comunicação prévia e pormenorizada ao acusado da acusação formulada; c) concessão ao acusado do tempo e dos meios adequados para a preparação de sua defesa;”

A alternativa B está incorreta. Embora a Constituição Federal de 1988 assegure amplamente o direito de defesa e preveja diversos recursos que, na prática, estabelecem um sistema de duplo grau de jurisdição, ela não consagra de forma expressa e genérica a garantia do duplo grau de jurisdição para todas as matérias penais. Existem exceções e nuances no sistema recursal brasileiro. O que ocorre é considerar tal princípio como estando implícito.

A alternativa C está incorreta. O direito à assistência jurídica gratuita não está condicionado à falta de meios financeiros para contratar um advogado particular, conforme a própria Convenção, em seu artigo 2, “e”. Vejamos: “direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, remunerado ou não, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei

A alternativa D está incorreta. A garantia judicial do direito de defesa não se limita apenas à fase posterior à denúncia formal e se estende por todo o processo penal.

A alternativa E está incorreta. A Corte tem o papel de interpretar e aplicar a Convenção Americana, definindo os padrões mínimos de proteção dos direitos humanos, incluindo o direito à defesa. Embora os órgãos internos de controle, como as corregedorias, tenham um papel importante na fiscalização da atuação dos defensores públicos, a Corte IDH possui a competência para analisar casos concretos e determinar se houve violação da Convenção, estabelecendo assim precedentes sobre o que configura uma defesa adequada.

**QUESTÃO 23. Na seara dos direitos humanos, o controle de convencionalidade consiste na análise da compatibilidade dos atos internos**

**a) comissivos ou omissivos em face das normas internacionais de direitos humanos, exercida por órgãos criados por tratados internacionais, pelos tribunais constitucionais e, de modo geral, por todos os juízes e órgãos vinculados à administração da justiça.**

**b) omissivos em face das normas internacionais de direitos humanos, exercida por órgãos criados por tratados internacionais e pelo tribunal superior a que a Constituição do Estado atribua tal controle.**

**c) comissivos ou omissivos em face das normas internacionais de direitos humanos, exercida por órgãos criados por tratados internacionais e pelo tribunal superior a que a Constituição do Estado atribua tal controle.**

**d) comissivos ou omissivos em face das normas internacionais de direitos humanos, exercida exclusivamente por órgãos criados por tratados internacionais.**

**e) comissivos, apenas, em face das normas internacionais de direitos humanos, exercida por órgãos criados por tratados internacionais, pelos tribunais constitucionais e, de modo geral, por todos os juízes e órgãos vinculados à administração da justiça.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre controle de convencionalidade.

A alternativa A está correta. O controle de convencionalidade abrange a análise da compatibilidade de atos comissivos (ações) e omissivos (falhas em agir) dos poderes públicos internos com as normas internacionais de direitos humanos.

A alternativa B está incorreta. Como mencionado na alternativa correta, o controle abrange tanto ações quanto omissões estatais. Além disso, limita indevidamente os órgãos responsáveis pelo controle, excluindo os juízes de instâncias inferiores e outros órgãos da administração da justiça. Logo, o controle de convencionalidade não se restringe apenas a atos omissivos.

A alternativa C está incorreta. A afirmativa está incompleta, pois, os tribunais constitucionais e, principalmente, dos juízes de todas as instâncias na realizam esse controle.

A alternativa D está incorreta, por restringir o exercício do controle de convencionalidade exclusivamente a órgãos internacionais.

A alternativa E está incorreta, por limitar o controle de convencionalidade apenas a atos comissivos (ações). Como já discutido, o controle abrange também as omissões estatais que possam violar normas internacionais de direitos humanos.

**QUESTÃO 24. Sobre a legislação protetiva das pessoas com deficiência, é correto afirmar que:**

**a) De acordo com a Lei nº 10.216/2001, deve ser priorizada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares.**

**b) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.**

**c) A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem, devendo as instituições de ensino priorizar a criação de turmas especializadas para as pessoas com deficiência, em que se vejam atendidas suas necessidades.**

**d) Aplica-se às instituições privadas de ensino o dever de inclusão das pessoas com deficiência, devendo eventuais cobranças adicionais em suas mensalidades, anuidades e matrículas serem devidamente justificadas.**

**e) A pessoa com deficiência tem direito a receber benefício de prestação continuada, no valor de um salário mínimo mensal, independentemente de sua capacidade econômica para prover a própria manutenção e de tê-la provida por sua família.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda sobre a proteção das pessoas com deficiência.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 4º da Lei 10.216/2001, a internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

Ou seja, a internação é vista como medida de último recurso, em situações de crise e quando outras alternativas terapêuticas se mostrarem insuficientes.

A alternativa B está correta. Trata-se de definição de deficiência em consonância com o Artigo 1º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

A alternativa C está incorreta. A legislação atual, em linha com os princípios da inclusão, prioriza a educação em classes comuns com o apoio de serviços e recursos especializados, e não a criação de turmas especializadas como regra.

A alternativa D está incorreta. Lei Brasileira de Inclusão proíbe expressamente a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em mensalidades, anuidades e matrículas de estudantes com deficiência nas instituições privadas de ensino regular, sendo crime punível com reclusão e multa; “Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa: I - recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência;”

A alternativa E está incorreta. A concessão do BPC depende da comprovação da condição de miserabilidade ou baixa renda do beneficiário e de sua família. Vejamos a previsão do art.2, e, da Lei 8.742/93: “e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)”

#### **QUESTÃO 25. Quanto à discriminação é correto afirmar:**

**a) A teoria da antidiscriminação não permite que se faça qualquer diferenciação em matéria de gênero.**

**b) A discriminação associada ocorre quando dois critérios de discriminação, como raça e sexo, se combinam.**

**c) A cláusula de que ninguém pode ser discriminado por convicção política faz parte expressa do Bloco de Constitucionalidade brasileiro.**

**d) O conceito de discriminação interseccional refere-se à situação em que uma pessoa é discriminada com base em mais de uma característica protegida, como raça e gênero, de forma independente.**

**e) Para verificar a ocorrência da discriminação indireta, é fundamental examinar se os efeitos buscados na formulação do ato normativo ocorreram.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a discriminação.

A alternativa A está incorreta. A teoria da antidiscriminação não proíbe toda e qualquer diferenciação com base no gênero. Ela busca combater as diferenciações injustas e arbitrárias que resultam em tratamento desigual e desvantajoso para um dos gêneros, perpetuando estereótipos e desigualdades históricas. Respondendo, na ordem interna, à violência praticada pela ditadura militar que se estabeleceu no período da Guerra Fria (LOPES, 2000), a proibição de discriminação ordenada pelo princípio da igualdade, no direito brasileiro (MELLO, 2012) e no direito internacional (COMPARATO, 2015), almeja afastar toda e qualquer diferenciação injusta, em especiais práticas e regimes de subordinação contra indivíduos e grupos histórica e socialmente injustiçados e vítimas de preconceito.

A alternativa B está incorreta. A discriminação associada ocorre quando uma pessoa é discriminada devido à sua associação com um indivíduo ou grupo protegido. Por exemplo, discriminar um funcionário porque seu filho tem uma deficiência.

A alternativa C está correta. O artigo 5º, inciso VIII, da Constituição Federal de 1988 estabelece que "ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei"

A alternativa D está incorreta. O conceito de interseccionalidade enfatiza que as diferentes categorias de identidade (como raça, gênero, classe, orientação sexual, deficiência, etc.) interagem e se sobrepõem, criando formas únicas e complexas de discriminação que não podem ser compreendidas pela análise de cada categoria isoladamente.

A alternativa E está incorreta. A discriminação indireta se configura quando uma disposição aparentemente neutra coloca pessoas pertencentes a um grupo protegido em desvantagem particular em relação a outras pessoas. Vejamos a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, em seu artigo 2: "2. Discriminação racial indireta é aquela que ocorre, em qualquer esfera da vida pública ou privada, quando um dispositivo, prática ou critério aparentemente neutro tem a capacidade de acarretar uma desvantagem particular para pessoas pertencentes a um grupo específico, com base nas razões estabelecidas no Artigo 1.1, ou as coloca em desvantagem, a menos que esse dispositivo, prática ou critério tenha um objetivo ou justificativa razoável e legítima à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos."

**QUESTÃO 26. O caso Favela Nova Brasília, julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2017, envolveu duas incursões policiais em 1994 e 1995 no Rio de Janeiro, resultando na morte de 26 pessoas. A sentença**

**a) dialoga com o julgamento da Medida Cautelar na ADPF 635 do STF (ADPF das Favelas) e serviu como fundamento para a resolução imediata da omissão constitucional por meio da adoção de medidas legislativas adequadas.**

**b) determinou a criação de critérios objetivos para a substituição de juízes criminais, especialmente daqueles que julgam casos de violência policial.**

**c) entendeu que a expressão "auto de resistência" tem um caráter meramente retórico e, por isso, pode ser mantida na praxe judiciária, desde que não dificulte a investigação.**

**d) determinou a necessidade da criação gradual, nas capitais, de Varas Especializadas em crimes decorrentes de violência policial.**

**e) determinou a adoção de medidas legislativas para permitir que as vítimas ou seus familiares participem formal e efetivamente das investigações.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o caso Favela Nova Brasília, sendo um marco importante na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) em relação à violência policial e à responsabilização do Estado.

A alternativa A está incorreta. A sentença no Caso Favela Nova Brasília é anterior à decisão da Medida Cautelar na ADPF 635 do STF, que foi proferida em 2020. Portanto, a sentença da Corte IDH não serviu como fundamento direto para uma resolução imediata da omissão constitucional por meio dessa ADPF.

A alternativa B está incorreta. A sentença no Caso Favela Nova Brasília não abordou diretamente a questão da substituição de juízes criminais. As determinações da Corte se concentraram principalmente na necessidade de investigação efetiva, responsabilização dos autores, reparação das vítimas e adoção de medidas de não repetição.

A alternativa C está incorreta. A Corte tem recomendado a eliminação ou, no mínimo, a revisão rigorosa da utilização dessa expressão, dado o seu potencial para obstruir a busca pela verdade e pela justiça.

A alternativa D está incorreta. As determinações da Corte foram mais focadas na obrigação de investigar, julgar e punir os responsáveis, bem como em reparar as vítimas e adotar medidas de não repetição ao nível mais amplo.

A alternativa E está incorreta. A Corte destacou que essa participação é essencial para evitar a impunidade e para garantir a reparação integral dos danos sofridos. Essa determinação pode demandar a adoção de medidas legislativas ou administrativas para assegurar esse direito na prática.

**QUESTÃO 27. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, acerca do instituto da remissão:**

**a) Iniciado o procedimento, a concessão da remissão judicial cumulada com a imposição de medida socioeducativa importará a suspensão do processo, mas não a sua extinção, devendo-se aguardar o integral cumprimento da medida aplicada.**

**b) A confissão da autoria do ato infracional pelo adolescente é indispensável para fins de concessão da remissão judicial pura e simples.**

**c) A remissão judicial pode ser cumulada com medida socioeducativa de semiliberdade, mas não de internação, não prevalecendo para fins de antecedentes infracionais.**

**d) A remissão pré-processual pura e simples não prevalece para fins de antecedentes infracionais, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.**

**e) A remissão ministerial cumulada com a imposição de qualquer medida socioeducativa, mesmo a de advertência, necessita de homologação judicial.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A concessão de remissão judicial com medida socioeducativa implica a suspensão do processo, mas se cumprida a medida, pode levar à sua extinção, conforme o art. 127, §2º do ECA.

A alternativa B está incorreta. A confissão da autoria não é indispensável para concessão da remissão. O art. 127 deixa claro que a remissão não implica reconhecimento de culpa.

A alternativa C está incorreta. A remissão não pode ser cumulada com medida de semiliberdade ou internação. Pode ser cumulada apenas com advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida.

A alternativa D está incorreta. A remissão, ainda que pré-processual e pura, pode ser considerada para fins de histórico, embora não equivalha a antecedentes criminais. Também não há previsão expressa de que se limite o número de remissões em 5 anos, apenas que deve-se observar a situação concreta.

A alternativa E está correta. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em especial os artigos 126 a 128, o instituto da remissão é uma forma de exclusão do prosseguimento do procedimento, e pode ser concedida pelo Ministério Público (fase pré-processual) ou pelo juiz (fase judicial).

### **QUESTÃO 28. Sobre as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente:**

**a) Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente a medida de matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.**

**b) Independentemente de decisão judicial a respeito, as entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional podem impedir o contato dos pais com os filhos nos casos de acolhimento em razão da prática de castigos físicos.**

**c) São aplicáveis apenas às crianças e aos adolescentes até, no máximo, os 18 anos de idade.**

**d) Adolescente de 16 anos de idade que pratica uma conduta considerada crime ou contravenção será responsabilizado nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, salvo se for emancipado.**

**e) É atribuição do Conselho Tutelar representar à autoridade judicial para requerer a concessão de medida protetiva de urgência à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, mas não a revisão daquelas já concedidas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com o artigo 101, inciso III do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), após a prática de um ato infracional, a autoridade competente, como o juiz, pode aplicar medidas socioeducativas ao adolescente, incluindo a medida de matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental. Essa medida visa garantir que o adolescente continue a estudar e a ter acesso à educação, mesmo após a prática de um ato infracional.

A alternativa B está incorreta. Conforme o ECA, qualquer restrição ao direito de visitação ou contato da família com a criança ou adolescente em acolhimento só pode ser determinada pela autoridade judicial, mediante decisão fundamentada. A prática de castigos físicos pode motivar acolhimento, mas não autoriza a entidade acolhedora a restringir o contato por conta própria. Isso violaria o direito à convivência familiar (art. 19 e 92 do ECA).

A alternativa C está incorreta. O ECA define criança como pessoa até 12 anos incompletos e adolescente como aquela entre 12 e 18 anos. Contudo, em algumas hipóteses, especialmente quanto à execução de medidas socioeducativas, o ECA pode ser aplicado até os 21 anos (art. 2º, parágrafo único, e art. 121, §5º). Portanto, a afirmação está equivocada ao limitar o alcance estritamente até os 18 anos.

A alternativa D está incorreta. A emancipação não exclui a aplicação do ECA. Segundo o art. 2º, a responsabilidade por ato infracional é determinada pela idade, não pela emancipação. Assim, mesmo um adolescente emancipado (por casamento, exercício de atividade profissional etc.) continua sendo responsabilizado nos termos do ECA, caso pratique ato infracional antes de completar 18 anos.

A alternativa E está incorreta. O Conselho Tutelar não só pode representar à autoridade judicial para requerer a concessão de medida protetiva de urgência à criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, como também pode representar para a revisão daquelas já concedidas.

**QUESTÃO 29. Rosa, 15 anos de idade, é filha de Eva e de Adão. Mãe e filha residem em Porto Alegre/RS, mas desconhecem o paradeiro de Adão, com o qual não mantêm contato desde que a filha contava 4 anos de idade. Eva pretende viajar com a filha, via terrestre, para El Soberbio, cidade argentina, onde residem seus pais, a fim de comemorar o aniversário da avó e manter a convivência entre os avós e a neta. A viagem será no período de férias escolares, com início no dia 21/07/25 e retorno no dia 28/07/25. Para que Rosa possa realizar a viagem com sua mãe,**

**a) será necessária autorização extrajudicial emitida pelo cartório do Juizado Regional da Infância e da Juventude, a qual supre o consentimento paterno.**

**b) não será necessário o consentimento paterno nem autorização judicial, pois a viagem será via terrestre, na companhia da mãe e para país que faz fronteira com o Brasil.**

**c) terá que contar 16 anos de idade para ver dispensada a autorização do pai para a viagem, pois será realizada via terrestre e na companhia da mãe.**

**d) será necessário pedido de alvará judicial para que se autorize a viagem de Rosa na companhia da mãe para El Soberbio, suprimindo o consentimento paterno para a viagem.**

**e) basta a autorização expressa dos avós paternos de Rosa, por documento com firma reconhecida, para suprir o consentimento paterno.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 1º, §1º, inciso I da Resolução CNJ nº 131/2011, a autorização é dispensada nas viagens terrestres para países limítrofes, quando a criança ou adolescente estiver acompanhada de um dos genitores. A exigência de autorização extrajudicial ocorre em outras hipóteses, como viagem aérea internacional com apenas um dos pais sem autorização do outro.

A alternativa B está incorreta. A parte que deseja realizar a viagem deve apresentar uma ação de suprimimento de consentimento no judiciário, informando os motivos da necessidade da viagem e que o outro genitor não está de acordo ou é desconhecido.

A alternativa C está incorreta. A idade da adolescente não altera a regra de dispensa de autorização para viagens internacionais quando acompanhada de um dos genitores, por via terrestre, para país limítrofe. Resolução CNJ nº 131/2011, art. 1º, §1º, I — não menciona idade mínima. Além disso, o ECA, art. 83, §1º, trata da exigência de autorização para viagens dentro do território nacional, e não impõe idade mínima para dispensar autorização em viagens internacionais nessas condições específicas.

A alternativa D está correta. Quando um dos pais não autoriza a viagem de um menor de 16 anos ou está em local incerto e não sabido, é necessário buscar a autorização judicial através de uma Ação de Suprimimento de Consentimento Paterno/Materno. Este procedimento garante que a viagem possa ocorrer, mesmo na ausência do consentimento do outro genitor, desde que não haja prejuízo para o menor e que a decisão seja tomada no melhor interesse da criança. Resolução nº 131, de 26/05/2011, do Conselho Nacional de Justiça, a ação deverá ser iniciada mediante petição firmada por advogado, observada a necessária antecedência, com vistas a evitar transtornos decorrentes de pedidos de última hora. A ação poderá ser postulada também caso um dos pais se recuse a autorizar a viagem ou emissão de passaporte.

A alternativa E está incorreta. Os avós paternos não têm legitimidade para substituir o consentimento do pai, salvo se forem formalmente responsáveis legais ou tutores nomeados judicialmente, o que não é informado no caso. ECA, art. 84: “Quando a criança ou adolescente viajar ao exterior desacompanhado de ambos os pais ou responsável legal, será necessária autorização judicial.” Logo, só o representante legal pode autorizar viagens, e não avós, tios ou outros parentes, salvo delegação judicial.

**QUESTÃO 30.** Carlos, com 17 anos de idade, estava cumprindo medida socioeducativa de internação sem possibilidade de atividades externas (ISPAE), envolveu-se numa briga na unidade de internação com outros adolescentes e um deles foi morto. Por esse fato, Carlos foi condenado e recebeu nova medida de ISPAE. Quando essa nova decisão transitou em julgado, Carlos já estava em cumprimento da medida anterior por dois anos. Nesse caso, segundo a Lei Federal nº 12.594, de 18/01/2012 (Lei do SINASE),

a) as medidas socioeducativas de internação impostas serão unificadas pela autoridade judiciária que poderá determinar o reinício do cumprimento da medida de internação, mesmo que Carlos já tenha cumprido dois anos da medida anterior.

b) a medida socioeducativa de internação anterior será extinta pela autoridade judiciária, pois a unificação das medidas implicaria o juízo deixar de considerar o prazo máximo de cumprimento das medidas de internação, o que é vedado.

c) as medidas socioeducativas impostas serão unificadas pela autoridade judiciária e Carlos somente poderá permanecer em cumprimento de internação por mais um ano, considerando já ter cumprido dois anos anteriormente, e, após, terá de ser extinta a medida socioeducativa.

d) a medida socioeducativa de internação anterior será absorvida pela nova medida de internação e, considerando o fato de o ato infracional posterior ter sido praticado durante a execução, Carlos não terá mais direito à progressão de medida.

e) as medidas socioeducativas impostas serão unificadas pela autoridade judiciária, sendo vedado determinar o reinício de cumprimento da medida de internação, pois ambas possuem a mesma natureza, implicando restrição da liberdade de Carlos.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**

A alternativa A está correta. A autoridade judiciária pode, sim, unificar as medidas socioeducativas de internação e, em alguns casos, determinar o reinício do cumprimento da medida de internação, mesmo que o adolescente já tenha cumprido parte da medida anterior. No entanto, essa decisão está condicionada a um ato infracional posterior praticado durante a execução da primeira medida.

A alternativa B está incorreta. A medida anterior não deve ser extinta, mas sim unificada com a nova. A extinção sem cumprimento ou sem base legal viola os princípios da responsabilização progressiva. Art. 45, caput e §2º, da Lei nº 12.594/2012.

A alternativa C está incorreta. A decisão judicial unifica as medidas socioeducativas e determina que Carlos permanecerá internado por mais um ano, totalizando três anos de cumprimento da medida. Após esse período, a medida socioeducativa será extinta. A liberação compulsória ocorre aos 21 anos.

A alternativa D está incorreta. A Lei do SINASE garante a progressão da medida, inclusive para quem comete novo ato infracional. A prática de ato infracional não suspende automaticamente o direito à reavaliação ou progressão. Art. 46, §1º, da Lei nº 12.594/2012: “A liberação será obrigatoriamente precedida de decisão judicial fundamentada, ouvido o Ministério Público.” Art. 43, §1º e §2º: “A execução

da medida observará o princípio da brevidade e a excepcionalidade da privação de liberdade.” “§2º A medida poderá ser substituída, a qualquer tempo, se verificada sua inadequação.”

A alternativa E está incorreta. Embora correta ao afirmar que não é permitido o reinício da contagem do prazo, a alternativa omite que é possível unificar medidas com prazos diferentes, desde que respeitado o limite máximo de 3 anos. Além disso, a fundamentação está imprecisa ao alegar que a proibição ocorre “por possuírem a mesma natureza”, quando na verdade a vedação decorre do limite temporal previsto nos arts. 45 e 46 do SINASE, e não da natureza da medida.

**QUESTÃO 31. Zezinho, 12 anos, e Luisinho, 1 anos, usuários e dependentes de drogas ilícitas, foram acusados da prática de ato infracional equiparado ao crime de tráfico de drogas. Com amparo nas disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, confirmada a autoria e a materialidade do fato, após as respectivas ação por ato infracional e ação para aplicação de medidas protetivas ajuizadas pelo Ministério Público,**

**a) a Luisinho poderão ser aplicadas medidas protetivas ou medidas socioeducativas, desde que sejam em meio aberto, não implicando qualquer restrição de sua liberdade.**

**b) a autoridade judiciária poderá impor a Zezinho medidas socioeducativas e também medidas protetivas, mas em relação a Luisinho apenas corresponderão medidas específicas de proteção.**

**c) somente poderão ser aplicadas a Zezinho e a Luisinho medidas protetivas de inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio e tratamento a toxicômanos, pois dependentes de droga, vedada a aplicação de medidas socioeducativas a qualquer deles, em razão do estado de saúde.**

**d) poderão ser impostas a Zezinho e a Luisinho medidas socioeducativas, em razão da prática do ato infracional, e protetivas, em razão de serem dependentes de drogas.**

**e) poderão ser impostas a Zezinho, apenas, medidas socioeducativas, mas não será possível a aplicação de qualquer medida protetiva, pois incompatíveis entre si.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Luisinho, com 1 ano de idade, não está sujeito às medidas socioeducativas previstas para adolescentes que cometem atos infracionais, pois ele ainda é uma criança, e não um adolescente. O ECA não prevê a aplicação de medidas socioeducativas para crianças, mas apenas para adolescentes entre 12 e 18 anos. Portanto, a afirmação de que poderiam ser aplicadas medidas socioeducativas a Luisinho está equivocada. A única medida possível seria uma medida protetiva, se ele estiver em risco devido ao seu estado de saúde e à situação de dependência de drogas. Art. 101, inciso I, ECA.

A alternativa B está correta. A autoridade judiciária pode, sim, aplicar medidas socioeducativas a Zezinho, que tem 12 anos e é, portanto, considerado um adolescente. Ele poderá ser responsabilizado

por seu ato infracional, que no caso é relacionado ao tráfico de drogas, por meio de medidas socioeducativas previstas no ECA. Art. 112, ECA. Já Luisinho, com 1 ano de idade, sendo uma criança, não pode ser submetido a medidas socioeducativas, mas sim a medidas protetivas, que são aplicáveis a crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco. Art. 101, ECA.

A alternativa C está incorreta. Embora tanto Zezinho quanto Luisinho sejam dependentes de drogas, isso não impede a aplicação de medidas socioeducativas em relação a Zezinho, pois ele é um adolescente (12 anos), e a dependência de drogas não exclui a aplicação das medidas socioeducativas previstas no ECA. A dependência pode, no entanto, ser considerada para determinar a adequação das medidas e, eventualmente, ser incluída em programas de tratamento, mas a medida socioeducativa não é vedada.

A alternativa D está incorreta. Como mencionado, Zezinho, sendo um adolescente, poderá ser responsabilizado por meio da aplicação de medidas socioeducativas, conforme estabelecido pelo ECA, por sua participação no tráfico de drogas. Art. 112, ECA.

A alternativa E está incorreta. aplicação de medidas socioeducativas e protetivas não é incompatível. Zezinho, sendo um adolescente, pode receber medidas socioeducativas em razão do ato infracional, mas também pode ser beneficiado com medidas protetivas para tratar sua dependência de drogas ou para garantir sua saúde e bem-estar. Portanto, as medidas socioeducativas podem ser combinadas com medidas protetivas quando necessárias, para garantir que o adolescente receba o tratamento adequado.

**QUESTÃO 32. A respeito do regime jurídico aplicável ao processo de execução, considere as seguintes assertivas:**

**I. É ônus do executado provar que a pequena propriedade rural é explorada pela família para fins de reconhecimento de sua impenhorabilidade.**

**II. A penhora de faturamento poderá ser deferida após a demonstração da inexistência dos bens classificados em posição**

**superior na ordem preferencial de bens passíveis de constrição judicial ou, alternativamente, se houver constatação, pelo juiz, de que tais bens são de difícil alienação.**

**III. A impenhorabilidade de quantia inferior a quarenta salários mínimos depositada em caderneta de poupança é matéria de ordem pública, podendo ser reconhecida de ofício pelo juiz.**

**IV. Considera-se provada a ocorrência de fraude à execução nos casos em que a transferência da propriedade de bem imóvel pertencente ao executado a um terceiro ocorrer em momento anterior ao da averbação de penhora na respectiva matrícula.**

**Está correto o que se afirma APENAS em:**

**a) II e IV.**

**b) III e IV.**

c) II e III.

d) I e II.

e) I e III.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Vamos analisar item a item.

O item I está correto. O artigo 833, § 1º, do CPC estabelece a impenhorabilidade da pequena propriedade rural, desde que trabalhada pela família. O ônus de comprovar essa exploração familiar é do executado, conforme entendimento jurisprudencial consolidado (REsp 1.913.234).

O item II está correto. O artigo 835, § 1º, do CPC permite a penhora de faturamento, em caráter excepcional, quando ausentes outros bens penhoráveis ou quando os existentes forem de difícil alienação, mediante decisão judicial fundamentada, vejamos: “§ 1º É prioritária a penhora em dinheiro, podendo o juiz, nas demais hipóteses, alterar a ordem prevista no caput de acordo com as circunstâncias do caso concreto.”

O item III está incorreto. Embora a impenhorabilidade de até quarenta salários mínimos depositados em caderneta de poupança seja uma proteção legal importante (art. 833, X, CPC), a jurisprudência majoritária entende que, havendo indícios de abuso ou desvirtuamento da finalidade da poupança, a matéria não é de ordem pública absoluta e pode depender de alegação da parte. Vejamos: “2. Uma vez descaracterizada a conta-poupança, mediante regular movimentação como se conta corrente fosse, fica afastada a impenhorabilidade prevista no artigo 833, X, do CPC. 2.1. Jurisprudência: “Segundo a jurisprudência desta Corte, na hipótese de desvirtuamento na utilização da conta-poupança, autoriza-se a mitigação da proteção insculpida no art. 833, inciso X, do CPC, viabilizando a penhora de valores ali constantes. 4. No caso dos autos, a constante movimentação dos ativos financeiros por meio de saques, pagamentos e transferências evidencia a utilização da poupança como se conta corrente fosse, afastando a proteção legal da impenhorabilidade. (Acórdão 1303361, 07383504920208070000, Relator: JOÃO EGMONT, Segunda Turma Cível, data de julgamento: 25/11/2020, publicado no DJE: 7/12/2020.)”

O item IV está incorreto. O artigo 792, § 3º, do CPC estabelece uma presunção de fraude à execução quando a alienação ou oneração de bem imóvel ocorrer após a averbação da penhora na matrícula. A saber; “§ 3º Nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se a partir da citação da parte cuja personalidade se pretende desconsiderar.”

### QUESTÃO 33. Sobre a contestação e a reconvenção no Código de Processo Civil:

a) Para que o réu possa propor reconvenção, é obrigatório que ele tenha também apresentado contestação veiculando defesa em relação à ação principal.

b) Nos casos em que a ação principal houver sido proposta por substituto processual, a reconvenção deverá ser proposta contra o substituído.

**c) O ônus da impugnação especificada dos fatos aplica-se ao defensor público apenas nos casos em que ele atuar como curador especial.**

**d) A extinção do processo sem resolução do mérito em relação à ação principal por força do não atendimento a um pressuposto processual impõe a extinção do processo em relação à reconvenção por perda de interesse de agir.**

**e) É lícito ao réu, mesmo depois de transcorrido o prazo legal para a apresentação de contestação, apresentar petição alegando prescrição do direito do autor.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre contestação e reconvenção.

A alternativa A está incorreta. O Código de Processo Civil não condiciona a propositura da reconvenção à apresentação de uma contestação que veicule defesa de mérito em relação à ação principal, nos termos do art. 343 do CPC. A saber: “Art. 343. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.” Ou seja, o réu pode propor reconvenção na contestação, mas também pode fazê-lo independentemente de apresentar contestação.

A alternativa B está incorreta. A reconvenção permite que o réu, além de se defender em um processo judicial, apresente demanda contra o próprio autor da ação, desde que o pedido tenha conexão com o processo em tramitação em que ele configura como réu: “§ 3º A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro.”

A alternativa C está incorreta. O art. 341 do CPC estabelece o ônus da impugnação especificada dos fatos alegados pelo autor na petição inicial. O parágrafo único desse artigo traz exceções a essa regra, aplicáveis ao defensor público, ao curador especial e ao advogado dativo, quando atuarem nessa qualidade.

A alternativa D está incorreta. O art. 343, § 2º, do CPC consagra a autonomia da reconvenção em relação à ação principal. A extinção do processo principal, mesmo sem resolução do mérito, não implica necessariamente a extinção da reconvenção. Vejamos: “§ 2º A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.”

A alternativa E está incorreta. A prescrição é matéria de ordem pública (art. 337, § 5º, do CPC) e pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição pela parte a quem aproveita.

**QUESTÃO 34. Em relação à utilização de meios para solução de conflitos, é correto afirmar:**

**a) A mediação será orientada, dentre outros, pelos princípios da imparcialidade do mediador, isonomia entre a formalidade e busca do consenso.**

**b) A mediação não pode ter como objeto conflito que verse sobre direitos indisponíveis, mesmo que seja admissível a realização de transação.**

**c) A conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da confidencialidade e da decisão informada.**

**d) A arbitragem é um meio de autocomposição de litígios que pode ser utilizado nos casos em que um ente integrante da Administração Pública seja parte em um conflito.**

**e) A sentença arbitral constitui-se em título executivo extrajudicial, sendo que a sua validade e a sua eficácia não estão condicionadas à necessidade de prévia homologação judicial.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A mediação é orientada pela imparcialidade do mediador, pela isonomia entre as partes (e não entre as formalidades) e pela busca do consenso (art. 166, CPC).

A alternativa B está incorreta. O art. 3º, § 3º, do CPC permite a autocomposição (incluindo a mediação) em relação a direitos indisponíveis, desde que seja admissível a transação; “§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial”

A alternativa C está correta. Tanto a conciliação quanto a mediação são regidas pelos princípios da confidencialidade (art. 166, § 4º, CPC) e da decisão informada, pois as partes devem ter informações suficientes para tomar decisões conscientes. Vejamos: “art. 166. A conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada. § 1º A confidencialidade estende-se a todas as informações produzidas no curso do procedimento, cujo teor não poderá ser utilizado para fim diverso daquele previsto por expressa deliberação das partes. § 2º Em razão do dever de sigilo, inerente às suas funções, o conciliador e o mediador, assim como os membros de suas equipes, não poderão divulgar ou depor acerca de fatos ou elementos oriundos da conciliação ou da mediação.”

A alternativa D está incorreta. A arbitragem é um meio de heterocomposição (a solução é dada por um terceiro - o árbitro), e não de autocomposição (acordo entre as partes).

A alternativa E está incorreta. A sentença arbitral constitui título executivo judicial (Art. 515, VII, CPC), e sua validade e eficácia independem de homologação judicial.

**QUESTÃO 35. A respeito do regime jurídico aplicável em matéria de provas no Direito Processual Civil, é correto afirmar:**

a) Não havendo sido apresentada impugnação pela parte ré, não se faz exigível a demonstração da autenticidade de fotografias digitais juntadas aos autos pela parte autora como prova das imagens que por elas são reproduzidas.

b) A inquirição de testemunhas referidas não pode ser ordenada de ofício pelo juiz.

c) Durante toda a produção da prova testemunhal, as perguntas serão formuladas pelo juízo, evitando que a parte induza a resposta

d) O Código de Processo Civil fez a opção no sentido de considerar inadmissíveis as provas atípicas, sendo nulas as decisões que as tomem como fundamento.

e) A utilização de extratos digitais de bancos de dados privados como prova fica condicionada à conferência, em juízo, dos dados em questão com os originais constantes dos referidos registros, sendo juridicamente irrelevante o fato de constar dos referidos extratos que o emitente atesta, sob as penas da lei, que as informações conferem com o que consta da origem.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre provas.

A alternativa A está correta. O art. 422, § 2º, do CPC estabelece que se presume a autenticidade das reproduções fotográficas ou cinematográficas (o que inclui as digitais) se a parte contra quem foram produzidas não lhes impugnar a autenticidade. Vejamos: “art. 422. Qualquer reprodução mecânica, como a fotográfica, a cinematográfica, a fonográfica ou de outra espécie, tem aptidão para fazer prova dos fatos ou das coisas representadas, se a sua conformidade com o documento original não for impugnada por aquele contra quem foi produzida. §2º Se se tratar de fotografia publicada em jornal ou revista, será exigido um exemplar original do periódico, caso impugnada a veracidade pela outra parte.”

A alternativa B está incorreta. O art. 456 do CPC permite que o juiz ordene, de ofício ou a requerimento da parte, a inquirição de testemunhas referidas por outras testemunhas ou em documentos apresentados. A saber: “Art. 456. O juiz inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente, primeiro as do autor e depois as do réu, e providenciará para que uma não ouça o depoimento das outras.

A alternativa C está incorreta. O sistema de inquirição de testemunhas no CPC é misto, sendo as perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, começando pela que a arrolou, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com as questões de fato objeto da atividade probatória ou importarem repetição de outra já respondida, consoante o art. 459 do CPC.

A alternativa D está incorreta. O art. 369 do CPC admite expressamente a produção de provas atípicas, desde que lícitas. As decisões podem se fundamentar nelas, com a devida valoração. Vejamos: “Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.”

A alternativa E está incorreta. O art. 411, I, do CPC presume autêntico o documento eletrônico com assinatura eletrônica na forma da lei: “Art. 411. Considera-se autêntico o documento quando: I - o tabelião reconhecer a firma do signatário;”

### **QUESTÃO 36. Sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas:**

**a) Nos casos em que a decisão que admitir o incidente de resolução de demandas repetitivas houver determinado a suspensão dos processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou na região, eventuais pedidos de tutela de urgência relativos a esses processos suspensos devem ser dirigidos ao presidente do Tribunal.**

**b) A tese jurídica firmada no julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas será considerada aplicável a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive aqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região.**

**c) É cabível a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas no caso em que um dos tribunais superiores, no âmbito de sua competência, já houver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.**

**d) É cabível recurso extraordinário em face da decisão que julgar o mérito do incidente de resolução de demandas repetitivas, o qual será dotado apenas de efeito devolutivo, presumindo-se a repercussão geral da questão constitucional eventualmente discutida.**

**e) A Defensoria Pública não se inclui dentre os legitimados para apresentação de pedido de instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas ao presidente do Tribunal.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre incidente de resolução de demandas repetitivas.

A alternativa A está incorreta. Durante a suspensão dos processos em decorrência da admissão do IRDR, os pedidos de tutela de urgência devem ser dirigidos ao juízo onde tramita o processo suspenso, conforme o art. 982, § 2º, do CPC.

A alternativa B está correta. O art. 978 do CPC estabelece que a tese jurídica firmada no IRDR é obrigatória para todos os juízes e tribunais de justiça: “Art. 978. O julgamento do incidente caberá ao órgão indicado pelo regimento interno dentre aqueles responsáveis pela uniformização de jurisprudência do tribunal. Parágrafo único. O órgão colegiado incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica julgará igualmente o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária de onde se originou o incidente.”

A alternativa C está incorreta. O art. 976, §4º, do CPC veda a instauração do IRDR quando um dos tribunais superiores (STF ou STJ) já tiver afetado recurso para definição de tese sobre a mesma questão de direito repetitiva. Vejamos: “§ 4º É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas

quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.”

A alternativa D está incorreta. O efeito do RE não é apenas devolutivo, podendo ser também suspensivo por decisão judicial.

A alternativa E está incorreta. O art. 977, inciso III, do CPC INCLUI expressamente a Defensoria Pública entre os legitimados para requerer a instauração do IRDR. A saber: “Art. 977. O pedido de instauração do incidente será dirigido ao presidente de tribunal: I - pelo juiz ou relator, por ofício; II - pelas partes, por petição; III - pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, por petição.”

### **QUESTÃO 37. No que se refere aos alimentos gravídicos, é correto afirmar:**

**a) O pedido que busca a fixação de alimentos gravídicos compreenderá despesas decorrentes, da concepção ao parto, inclusive os referentes a alimentação especial, assistência médica, salvo psicológica.**

**b) É vedado à parte autora propor ação pedindo a fixação de alimentos gravídicos após o início do sexto mês de gestação.**

**c) Nos casos em que a parte autora pede a fixação de alimentos gravídicos, o réu será citado para apresentar resposta em 15 dias úteis, a contar da data da citação.**

**d) A conversão dos alimentos gravídicos anteriormente fixados em juízo em pensão alimentícia em favor do menor após o nascimento da criança com vida depende de solicitação da parte interessada nos autos.**

**e) Fixados alimentos gravídicos sob o pressuposto de que o juiz esteja convencido a respeito da existência de indícios da paternidade, estes perdurarão até o nascimento da criança.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre alimento gravídico, exigindo do examinado o conhecimento da Lei nº 11.804/08.

A alternativa A está incorreta. O Art. 2º da Lei nº 11.804/08 inclui expressamente as despesas com assistência psicológica entre aquelas abrangidas pelos alimentos gravídicos. A saber: “Art. 2º Os alimentos de que trata esta Lei compreenderão os valores suficientes para cobrir as despesas adicionais do período de gravidez e que sejam dela decorrentes, da concepção ao parto, inclusive as referentes a alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames complementares, internações, parto, medicamentos e demais prescrições preventivas e terapêuticas indispensáveis, a juízo do médico, além de outras que o juiz considere pertinentes.”

A alternativa B está incorreta. Não há qualquer vedação legal para a propositura da ação de alimentos gravídicos em qualquer momento da gestação.

A alternativa C está incorreta. O Art. 7º da Lei nº 11.804/08 estabelece que o réu será citado para apresentar resposta em 5 (cinco) dias. Trata-se, portanto, de prazo específico.

A alternativa D está incorreta. O Art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 11.804/08 dispõe que, após o nascimento com vida, os alimentos gravídicos ficam convertidos automaticamente em pensão alimentícia em favor do menor, independentemente de solicitação expressa da parte, até que uma das partes peça a sua revisão. A saber: “Art. 6º Convencido da existência de indícios da paternidade, o juiz fixará alimentos gravídicos que perdurarão até o nascimento da criança, sopesando as necessidades da parte autora e as possibilidades da parte ré. Parágrafo único. Após o nascimento com vida, os alimentos gravídicos ficam convertidos em pensão alimentícia em favor do menor até que uma das partes solicite a sua revisão.”

A alternativa E está correta. Art. 6º da Lei nº 11.804/08 estabelece que os alimentos gravídicos fixados com base nos indícios de paternidade perdurarão até o nascimento da criança, momento em que ocorre a conversão em pensão alimentícia.

### **QUESTÃO 38. Com relação ao regime jurídico aplicável à produção de coisa julgada no Direito Processual Civil:**

- a) A verdade dos fatos, quando estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.**
- b) A superveniência de alteração legislativa aplicável a uma relação jurídica de trato continuado faz com que a parte sucumbente possa propor nova ação idêntica voltada à modificação de acórdão já transitado em julgado que dispunha, no mérito, sobre o regime jurídico que deveria ser respeitado pelos litigantes.**
- c) A decisão proferida em ação civil pública proposta com o intuito de defesa de direitos individuais homogêneos, uma vez que decorrentes de origem comum, produz coisa julgada inter partes.**
- d) Segundo o Código de Processo Civil, a produção de coisa julgada em relação à decisão proferida, de maneira expressa e incidental, em relação a uma questão prejudicial de mérito fica condicionada à circunstância de o órgão julgador ser detentor de competência territorial para o seu julgamento como questão principal.**
- e) Ocorre ofensa à coisa julgada nos casos em que a realização da liquidação da sentença se dá de forma diversa daquela que houver nela sido estabelecida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre coisa julgada.

A alternativa A está incorreta. O Art. 504 do CPC estabelece que apenas o dispositivo da sentença (a decisão em si) faz coisa julgada material, e não os motivos, a fundamentação ou a verdade dos fatos estabelecida para chegar à decisão. Vejamos: “Art. 504. Não fazem coisa julgada: I - os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença;”

A alternativa B está correta. A parte vencida pode propor uma nova ação (revisional) para adequar a relação à nova lei. Em relações jurídicas de trato continuado (que se prolongam no tempo), a coisa julgada material sobre o regime jurídico pode ser revista em caso de alteração legislativa superveniente.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do Art. 103, III, do CDC, a coisa julgada em ACP para direitos individuais homogêneos, se procedente, beneficia apenas quem liquidar e comprovar o dano; se improcedente por insuficiência de provas, não impede ações individuais.

A alternativa D está incorreta. O Art. 503, § 1º, do CPC exige competência em razão da matéria e da pessoa, mas não territorial, para a decisão incidental sobrar questão prejudicial faça coisa julgada.

A alternativa E está incorreta. A liquidação que desrespeita a sentença transitada em julgado ofende a coisa julgada.

### **QUESTÃO 39. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:**

**a) Nos casos em que houver litisconsórcio necessário, ter-se-á cumulação de ações, sendo obrigatório, para tanto, que o juízo detenha competência em razão da matéria para o julgamento de todas as ações cumuladas.**

**b) Para que seja considerada lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, é obrigatório que entre eles haja conexão.**

**c) A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa, bem como previne o juízo.**

**d) A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação.**

**e) Havendo sido cumulados pedidos sujeitos a tipos diversos de procedimento, é vedado ao autor indicar o procedimento comum como aplicável ao caso.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Não se trata de cumulação de ações propriamente dita, mas de uma única ação com pluralidade de partes. A competência em razão da matéria deve existir para a ação em si, considerando o objeto do litígio com as partes necessárias.

A alternativa B está incorreta. A cumulação de pedidos contra o mesmo réu é lícita se houver conexão entre eles, ou se os pedidos forem compatíveis entre si e para eles for competente o mesmo juízo e adequado o mesmo tipo de procedimento (Art. 327, CPC).

A alternativa C está incorreta. A citação válida, mesmo em juízo incompetente, induz litispendência e torna litigiosa a coisa (Art. 240, CPC).

A alternativa D está incorreta. O art. 240, § 1º, do CPC estabelece que a interrupção da prescrição, pelo despacho que ordena a citação, retroage à data da propositura da ação, mesmo que o juízo seja incompetente.

A alternativa E está incorreta. O Art. 327, § 2º, do CPC permite que, havendo cumulação de pedidos com procedimentos diversos, o autor opte pelo procedimento comum, desde que compatível com todos os pedidos e não haja prejuízo ao direito de defesa.

**QUESTÃO 40. Sobre a gratuidade da justiça no Código de Processo Civil, é correto afirmar:**

- a) Não é cabível a interposição de agravo de instrumento em face da decisão que indeferir a gratuidade da justiça quando do recebimento da petição inicial no procedimento comum.**
- b) A concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.**
- c) A pessoa jurídica com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.**
- d) A concessão de gratuidade afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas**
- e) É vedada a concessão da gratuidade da justiça exclusivamente em relação a um ato processual específico em favor da parte**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre gratuidade de justiça.

A alternativa A está incorreta. O art. 1.015, V, do CPC estabelece expressamente a cabeça de agravo de instrumento contra a decisão que indeferir a gratuidade da justiça.

A alternativa B está incorreta. O art. 98, § 2º, do CPC dispõe que a concessão de gratuidade não impede a condenação do beneficiário ao pagamento de honorários advocatícios e das despesas que houver adiantado. No entanto, a exigibilidade dessas obrigações fica suspensa enquanto persistir o estado de hipossuficiência, pelo prazo máximo de cinco anos (§3º).

A alternativa C está correta. O Art. 99 do CPC, em seu § 3º, estabelece que se presume verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural. Já o § 2º dispõe que a pessoa jurídica deverá comprovar a sua insuficiência de recursos para obter a gratuidade da justiça.

A alternativa D está incorreta. A gratuidade da justiça abrange as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios (Art. 98, § 1º, CPC).

A alternativa E está incorreta. O art. 98, § 5º, do CPC permite a concessão da gratuidade da justiça de forma parcial, abrangendo apenas alguns atos processuais ou apenas parte das despesas.

**QUESTÃO 41. Acerca da posse, é correto afirmar:**

- a) O possuidor de má-fé não responde pela perda da coisa se essa for acidental.**
- b) A compossse pressupõe pluralidade de sujeitos e coisa indivisa, mas os demais compossuidores ficarão privados temporariamente da utilização da coisa entre si.**
- c) O possuidor de má-fé responde pelos frutos colhidos, mas não pelos frutos percebidos.**
- d) O responsável por indenizar as benfeitorias necessárias ao possuidor de má-fé terá o direito potestativo de optar entre o valor atual e o de custo.**
- e) A posse injusta, obtida por meio violento, não pode ser defendida pelos interditos possessórios contra terceiros que venham a desejar arrebatá-la para si.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a posse.

A alternativa A está incorreta. O possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante. (art. 1.218 do Código Civil).;

A alternativa B está incorreta. Na compossse, todos os compossuidores têm direito ao uso simultâneo da coisa, respeitando a natureza indivisível e a função social (art. 1.199 do CC). Não ficam privados da utilização entre si;

A alternativa C está incorreta. O possuidor de má-fé responde por todos os frutos, colhidos e percebidos, e ainda pelos que deixou de colher por sua culpa (art. 1.216 do CC);

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 1.222, o reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de má-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo; ao possuidor de boa-fé indenizará pelo valor atual.

A alternativa E está incorreta. Mesmo a posse injusta é protegida contra terceiros. O Código Civil (art. 1.210, §1º) protege a posse independentemente de sua origem contra turbção ou esbulho de terceiros.

**QUESTÃO 42. Sobre o direito de laje:**

- a) Os titulares do direito real de laje poderão dela usar, gozar e dispor, exceto por ato inter vivos, uma vez que se formalizou no ordenamento jurídico formal realidade que caracteriza as favelas verticalizadas de grandes centros urbanos, vedada a especulação imobiliária.**
- b) Os titulares do direito real de laje prescindem de matrícula própria.**

c) Configura-se quando houver projeção de parte ideal do mesmo imóvel, como o terraço de cobertura, acessão ou benfeitoria sem desdobramento da propriedade, não se tratando de unidade autônoma e funcionalmente independente.

d) Configurando-se o condomínio edilício, o direito real de laje implica a atribuição de fração ideal do terreno ao titular da laje.

e) Configura-se quando o proprietário de uma construção-base cede a superfície superior ou inferior de sua construção a fim de que o titular da laje mantenha unidade autônoma e funcionalmente distinta daquela originalmente construída sobre o solo.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o direito de laje.

A alternativa A está incorreta. O titular do direito real de laje pode usar, gozar, dispor e transmitir o direito tanto inter vivos quanto causa mortis (art. 1.510-A do Código Civil). Não há vedação à alienação inter vivos. O objetivo é justamente formalizar juridicamente a realidade urbana;

A alternativa B está incorreta. A laje precisa de matrícula própria no registro de imóveis, nos termos do art. 1.510-A, § 3º do CC;

A alternativa C está incorreta. O direito de laje pressupõe desdobramento funcional da construção, formando unidade autônoma e independente;

A alternativa D está incorreta. No direito real de laje não há atribuição de fração ideal do solo ao titular da laje, diferentemente do que ocorre no condomínio edilício tradicional, nos termos do art. 1.510-A, § 4º do CC;

A alternativa E está correta. Essa alternativa corresponde exatamente à definição do direito real de laje (art. 1.510-A do Código Civil). A laje permite a criação de uma nova unidade autônoma e funcionalmente distinta em relação à construção-base, podendo estar acima (laje superior) ou abaixo (subsolo).

**QUESTÃO 43.** Maria, trabalhadora autônoma e chefe de família de baixa renda, estava em processo de transição profissional para atuar como motorista de aplicativo. Celebrou com João um contrato de compra e venda de um veículo usado no valor de R\$ 30.000,00, cujo pagamento foi parcelado em 48 prestações mensais de R\$ 625,00, a serem corrigidas e atualizadas por índice específico. O credor ficaria responsável por efetivar a transferência registral do veículo após o adimplemento total da obrigação. No curso do cumprimento a adquirente efetuou regularmente o pagamento de 44 prestações, deixando de adimplir as remanescentes em razão de um problema grave na saúde de seu filho que a impediu de trabalhar por três meses. Nesse caso,

a) o adimplemento substancial se configura em razão da causa ou do motivo que ensejou a impossibilidade de Maria realizar o pagamento, independentemente do percentual já pago da dívida.

**b) a configuração do adimplemento substancial da obrigação impede que João pleiteie indenização por perdas e danos no tocante à parte não cumprida do vínculo contratual.**

**c) não se configura adimplemento substancial da obrigação porque, embora inexistente conduta de má-fé de Maria, o fato que ensejou o inadimplemento tem natureza subjetiva e é externo à relação contratual firmada pelas partes.**

**d) a configuração do adimplemento substancial da obrigação impede não apenas a resolução do contrato por João, mas também a oposição da exceção do contrato não cumprido por parte do credor.**

**e) não se admite a aplicação do adimplemento substancial por se tratar de contrato de alienação regulado pelo direito civil, em que é afastado o exame da excepcionalidade e da proporcionalidade em razão do direito do credor em não ser obrigado a receber prestação diversa da devida, mesmo na obrigação que tenha como objeto prestação divisível.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre adimplemento substancial da obrigação.

A alternativa A está incorreta. A teoria do adimplemento substancial, no âmbito do direito contratual, estabelece que a extinção de um contrato não pode ser solicitada quando as obrigações assumidas foram cumpridas de forma significativa, ainda que exista algum descumprimento de menor relevância;

A alternativa B está incorreta. A configuração do adimplemento substancial não impede que João pleiteie indenização por perdas e danos em relação à parte não cumprida do contrato. Embora a teoria do adimplemento substancial vise evitar a resolução contratual por descumprimento parcial, ela não prejudica o direito do credor de buscar a satisfação do saldo devedor, incluindo a reparação por danos decorrentes do inadimplemento total da obrigação;

A alternativa C está incorreta. A existência de um fato subjetivo externo, como uma falha na comunicação ou erro de interpretação, não impede a aplicação do princípio do adimplemento substancial, desde que o cumprimento parcial seja significativo e atenda à essência do contrato. O foco da teoria do adimplemento substancial reside na proporcionalidade entre o que foi cumprido e o que resta a ser cumprido, além de avaliar como o cumprimento parcial corresponde às expectativas das partes envolvidas;

A alternativa D está correta. O adimplemento substancial da obrigação impede a resolução do contrato e a oposição da exceção do contrato não cumprido. Isso ocorre porque, mesmo que o devedor não tenha cumprido 100% da obrigação, se a maior parte foi cumprida, a resolução do contrato seria desproporcional. A exceção do contrato não cumprido também não é aplicável, pois o devedor já cumpriu a maior parte da obrigação. O princípio da boa-fé objetiva e da função social do contrato justificam essa solução, buscando equilíbrio nas relações contratuais;

A alternativa E está incorreta. O adimplemento substancial pode ser aplicado mesmo em contratos de alienação, não sendo afastado pelo fato de se tratar de alienação regulada pelo direito civil. O que importa para a configuração do adimplemento substancial é o quantum da obrigação cumprida e o princípio da boa-fé objetiva, que visa evitar soluções desproporcionais ou injustas, levando em

consideração a função social do contrato. Além disso, mesmo em contratos de alienação, o exame da proporcionalidade e da excepcionalidade pode ser feito. O credor não pode se recusar a aceitar a prestação cumprida de boa-fé, se isso resultar em um desequilíbrio evidente.

#### **QUESTÃO 44. Sobre o sistema de responsabilidade civil:**

**a) É cabível a cumulação entre os danos material e extrapatrimonial e a indenização deste deve abranger verba única, porque não se admite a cumulação entre os danos morais, psicológicos e estéticos quando derivados de um mesmo fato.**

**b) No Código Civil de 2002 há previsão normativa expressa de os empresários e as empresas responderem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação, sendo que o dispositivo legal não menciona o risco envolvido na atividade desempenhada.**

**c) Na remoção de perigo iminente a ilicitude é afastada na deterioração ou destruição da coisa alheia, caracterizando-se necessariamente a ilicitude quando houver lesão a pessoa.**

**d) Em face da regra geral que veda a decisão por equidade, é absolutamente vedada a redução equitativa da indenização no sistema brasileiro.**

**e) No direito brasileiro o dano material depende da demonstração do efetivo prejuízo e cinge-se àquilo que a vítima efetivamente perdeu no evento danoso.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o tema de responsabilidade civil.

A alternativa A está incorreta. A alternativa sugere que não é cabível a cumulação entre os danos morais, psicológicos e estéticos quando derivados de um mesmo fato. No entanto, no direito brasileiro, é cabível a cumulação entre danos materiais e danos extrapatrimoniais (como danos morais, psicológicos e estéticos), desde que haja diferenciação entre os tipos de danos. O fato de serem derivados de um mesmo evento não impede sua cumulação, já que cada dano tem natureza distinta;

A alternativa B está correta. O artigo 931 do Código Civil de 2002 realmente estabelece a responsabilidade objetiva dos empresários e empresas pelos danos causados pelos produtos que colocam em circulação, sem a necessidade de comprovação de culpa. A responsabilidade é atribuída com base no fato de o produto ter sido posto em circulação, independentemente da análise de risco da atividade. O foco está na relação entre o fornecedor e o consumidor, e a responsabilidade surge a partir do defeito do produto ou da falha em sua segurança, sem necessidade de demonstrar culpa ou dolo.

A alternativa C está incorreta. A remoção de perigo iminente, quando resulta na deterioração ou destruição de coisa alheia, não caracteriza ilicitude se a ação for necessária para evitar um mal maior. No entanto, a ilicitude será afastada apenas quando a ação for adequada e necessária para proteger a pessoa ou a propriedade, conforme o art. 188, I, CC;

A alternativa D está incorreta. Embora o Código Civil preveja que a decisão por equidade é a exceção, não é absolutamente vedada a redução equitativa da indenização. O art. 944 do CC prevê que, quando o valor da indenização for manifestamente excessivo ou irrisório, o juiz pode reduzir ou aumentar a quantia de forma equitativa, ou seja, com base no princípio da equidade, levando em consideração as circunstâncias do caso concreto;

A alternativa E está incorreta. No direito brasileiro depende da demonstração do efetivo prejuízo, porém não se limita ao que a vítima efetivamente perdeu no evento danoso.

#### **QUESTÃO 45. A usucapião familiar ou entre cônjuges**

**a) se configura mesmo com a judicialização sobre a posse do bem pelo ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar no curso do prazo estabelecido de dois anos.**

**b) tem o prazo de dois anos, começa a contar do momento do abandono e seu reconhecimento prescinde de formalização ou reconhecimento do divórcio ou de dissolução de união estável.**

**c) se aplica a imóveis urbanos e rurais e se configura se o possuidor não for proprietário de outro imóvel.**

**d) visa proteger a segurança jurídica e os interesses de ambos cônjuges ou companheiros sobre o bem e seus respectivos direitos à moradia.**

**e) pode ser exercido mais de uma vez pelo mesmo possuidor.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre usucapião familiar.

A alternativa A está incorreta. A usucapião familiar não se configura automaticamente em caso de judicialização sobre a posse do bem pelo ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar. O prazo de dois anos se inicia a partir do abandono do lar, e o reconhecimento da usucapião não depende da judicialização, mas da posse do imóvel e de seu uso contínuo e exclusivo pelo cônjuge ou companheiro que permaneceu, nos termos do art. 1.240-A;

A alternativa B está correta. O prazo de dois anos para a usucapião familiar começa a contar a partir do abandono do lar pelo ex-cônjuge ou ex-companheiro, e não depende da formalização do divórcio ou da dissolução de união estável. O simples abandono é suficiente para iniciar o prazo, sem necessidade de formalizar a separação, nos termos do art. 1.240-A do Código Civil;

A alternativa C está incorreta. Embora a usucapião familiar se aplique a imóveis urbanos e rurais, ela não exige que o possuidor não seja proprietário de outro imóvel. A única exigência é que o possuidor seja o único responsável pela manutenção do lar durante o período de abandono do outro cônjuge ou companheiro, nos termos do art. 1.240-A;

A alternativa D está incorreta. Embora a usucapião familiar vise a proteção da segurança jurídica e o direito à moradia, ela não visa proteger os interesses de ambos os cônjuges ou companheiros, mas sim garantir o direito do cônjuge ou companheiro que permaneceu no imóvel, nos termos do art. 1.240-A;

A alternativa E está incorreta. A usucapião familiar não pode ser exercida mais de uma vez pelo mesmo possuidor. Ela é única, já que visa regularizar a propriedade do imóvel em favor de quem o utilizou de forma contínua e exclusiva durante o abandono do outro cônjuge ou companheiro, nos termos do art. 1.240-A;

#### **QUESTÃO 46. Sobre a multiparentalidade:**

**a) Seu reconhecimento determina a coexistência das responsabilidades entre todos os genitores reconhecidos, não implicando a exclusão dos direitos e deveres dos pais biológicos.**

**b) Não cabe seu registro na certidão de nascimento, havendo apenas um apontamento do reconhecimento em livro próprio.**

**c) Ocorre quando uma pessoa possui simultaneamente mais de um vínculo parental reconhecido juridicamente, mas não resta assegurada a coexistência da filiação socioafetiva com a biológica.**

**d) Os direitos hereditários do filho multiparental se restringem à filiação biológica.**

**e) É lastreada levando em consideração a prevalência dos interesses dos genitores reconhecidos.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o tema da multiparentalidade.

A alternativa A está correta. A multiparentalidade é o reconhecimento jurídico de mais de dois vínculos parentais em relação a uma mesma pessoa, como, por exemplo, a coexistência da filiação biológica e da filiação socioafetiva. Esse reconhecimento não exclui os pais biológicos; implica a divisão das responsabilidades e deveres parentais entre todos os genitores e busca atender ao melhor interesse do filho, com base no princípio da afetividade e da dignidade da pessoa humana. Cabe destacar o RE 898.060/MG (STF, Tema 622 da Repercussão Geral);

A alternativa B está incorreta. O registro da multiparentalidade deve constar na certidão de nascimento, e não apenas em livro à parte, nos termos do RE 898.060 do STF;

A alternativa C está incorreta. A multiparentalidade assegura sim a coexistência entre os vínculos biológicos e socioafetivos;

A alternativa D está incorreta. O RE 898.060/STF garante a coexistência dos vínculos biológico e socioafetivo. Ambos coexistem com todos os efeitos legais;

A alternativa E está incorreta. A multiparentalidade se baseia na prevalência dos interesses da criança ou do filho, e não dos genitores.

**QUESTÃO 47. Sobre o sistema de direito privado é correto afirmar:**

**a) Em face da aplicação dos preceitos da boa-fé objetiva e da confiança, admite-se a redução do conteúdo obrigacional de um contrato pela inércia da parte em exercer faculdade ou pretensão, não se admitindo sua ampliação em situação análoga.**

**b) O Código Civil de 2002, no uso da técnica legislativa das normas abertas, faz uso dos conceitos jurídicos indeterminados, mas não das cláusulas gerais em razão da insegurança ínsita nessa espécie normativa.**

**c) Somente se admite o controle de convencionalidade da legislação civil com base em tratados internalizados na condição de emendas constitucionais, uma vez que o Supremo Tribunal Federal entende que os tratados internacionais têm o status de infralegalidade.**

**d) A diretriz da socialidade promove a superação da natureza subjetiva dos direitos em face da prevalência absoluta dos interesses sociais e coletivos sobre o exercício individual dos direitos titularizados.**

**e) A função social dos contratos age como elemento limitador, mas não finalístico, do exercício de direitos individuais em relação aos interesses sociais ou coletivos, uma vez que, embora os direitos subjetivos e potestativos não precisem ser exercidos em razão de uma funcionalidade social, estão limitados por funcionalidades coletivas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a transformação do Direito Privado contemporâneo.

A alternativa A está incorreta. A boa-fé objetiva e a proteção da confiança permitem tanto redução quanto, em certas hipóteses, ampliação de obrigações contratuais (ex: dever de renegociação, cláusulas implícitas);

A alternativa B está incorreta. O Código Civil de 2002 usa tanto conceitos jurídicos indeterminados quanto cláusulas gerais, justamente para permitir flexibilidade e adaptação da norma aos valores sociais e constitucionais, ainda que com algum risco de insegurança jurídica;

A alternativa C está incorreta. O Supremo Tribunal Federal (STF) entende que tratados internacionais sobre direitos humanos podem ter status de emenda constitucional se aprovados conforme o art. 5º, § 3º da CF/88. Outros tratados têm status supralegal, mas não infralegal;

A alternativa D está incorreta. A socialidade busca equilibrar os interesses individuais e coletivos no direito privado, sem eliminar a natureza subjetiva dos direitos nem estabelecer prevalência "absoluta" dos interesses sociais;

A alternativa E está correta. A função social do contrato é um limite ao exercício dos direitos individuais, não um objetivo finalístico. Embora a liberdade contratual seja preservada, ela é relativizada pela necessidade de respeitar interesses sociais e coletivos.

**QUESTÃO 48. Sobre o vício de simulação, é correto afirmar:**

- a) Além da impossibilidade do reconhecimento de ofício, não cabe o reconhecimento de simulação invocada por um dos simuladores em ação contra o outro simulador, porque o direito não salvaguarda a má-fé das partes.**
- b) Configura-se em havendo alteração do preço de contrato de compra e venda para fraudar o fisco e no fingimento sobre a existência de contratação da venda do imóvel locado para burlar o direito de preferência do locatário, pois o instituto admite as modalidades relativa e absoluta, não exigindo a existência de negócio jurídico dissimulado.**
- c) Gera a inexistência do negócio jurídico e, consequentemente, sua invalidade.**
- d) Não se caracteriza na confissão de dívida em favor de terceiro visando fraudar cônjuge em meio à dissolução do casamento, porque exige a prática de negócio efetivo mascarado pelo ato simulatório.**
- e) Terceiro de boa-fé adquirente de bem advindo de cadeia de transmissão iniciado por negócio jurídico simulado não tem seus direitos ressaltados em face do caráter absoluto do reconhecimento da nulidade.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre vício de simulação.

A alternativa A está incorreta. O reconhecimento de simulação pode ser solicitado por um dos simuladores em ação contra o outro, mesmo que ambos sejam considerados de má-fé. A simulação é uma causa de nulidade do negócio jurídico, e a lei permite que seja alegada por qualquer dos envolvidos

A alternativa B está correta. A simulação configura-se tanto na alteração do preço em um contrato de compra e venda com o objetivo de fraudar o fisco quanto no fingimento de uma venda de imóvel locado para burlar o direito de preferência do locatário. Trata-se de um vício decorrente da intenção de enganar e da divergência entre a vontade declarada e a vontade real, sendo possível mesmo sem a existência de um negócio jurídico dissimulado. Quando o valor do contrato é artificialmente reduzido, há simulação relativa, pois existe um negócio aparente (o valor declarado) e outro real (o valor efetivo). Já no caso da venda simulada de imóvel, configura-se simulação absoluta, pois não há negócio real, apenas a aparência de uma venda para afastar o locatário. A simulação pode ser relativa, quando há dois negócios — um simulado e outro dissimulado — ou absoluta, quando não existe negócio verdadeiro. Os elementos essenciais da simulação são a intenção de enganar e a falta de correspondência entre a declaração de vontade e a vontade interna. O negócio simulado é nulo, conforme o artigo 167 do Código Civil, mas o negócio dissimulado pode ser considerado válido se for lícito e atender aos requisitos legais.

A alternativa C está incorreta. A simulação, conforme o artigo 167 do Código Civil, torna o negócio jurídico nulo, e não simplesmente inexistente. Isso significa que o ato simulado é inválido desde sua origem, produzindo efeitos jurídicos como se nunca tivesse existido, mas ainda assim é um ato jurídico nulo, não inexistente.

A alternativa D está incorreta. A simulação, nos termos do artigo 167 do Código Civil, ocorre quando se celebra um negócio jurídico aparente com a finalidade de ocultar a existência de um negócio jurídico real e diverso. Assim, uma confissão de dívida feita em favor de terceiro, ainda que com a intenção de prejudicar um dos cônjuges em processo de dissolução do casamento, não configura simulação se a dívida confessada for verdadeira e efetivamente existente. Para que haja simulação, é necessário que o negócio jurídico declarado seja falso e tenha por objetivo encobrir um negócio distinto, e não apenas que tenha sido realizado com fins fraudulentos.

A alternativa E está incorreta. A nulidade do negócio jurídico simulado, em princípio, é oponível a todos, incluindo o terceiro de boa-fé que adquiriu o bem em cadeia de transmissão. No entanto, a jurisprudência brasileira, principalmente com a Súmula 375 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), estabelece a proteção do terceiro de boa-fé adquirente de um bem proveniente de negócio jurídico simulado.

**QUESTÃO 49. Antônio, solteiro, sem filhos e com pais já falecidos, foi a óbito recentemente, deixando bens. Antônio era tio de Bruno, já falecido anteriormente, e de Carlos. Pedro, filho de Bruno, pede orientação quanto à divisão de bens e informa que Aurélio, vivo, é tio de Antônio. Nesse caso,**

**a) a totalidade da herança será de Carlos, que herdará por estirpe.**

**b) a herança será dividida entre Carlos, que herdará por cabeça, e Pedro, que herdará por representação.**

**c) a totalidade da herança será de Carlos.**

**d) a herança será dividida entre Carlos e Aurélio.**

**e) Aurélio herdará a totalidade, como é ascendente mais próximo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema das sucessões.

Antônio faleceu solteiro, sem filhos e com pais já falecidos, deixando bens. Antônio era tio de Bruno, que já faleceu, e de Carlos. Pedro, filho de Bruno, busca orientação sobre a divisão da herança, e Aurélio é tio de Antônio. Como Antônio não tinha filhos e seus pais já faleceram, ele não deixou herdeiros diretos (como filhos ou pais), o herdeiro mais próximo seria Carlos, que é irmão de Antônio. Pedro, filho de Bruno (sobrinho de Antônio), não herda diretamente, pois, na sucessão de colaterais, o direito de herdar do sobrinho ocorre apenas se o tio (Antônio) não tiver herdeiros diretos (filhos ou pais vivos). Portanto, Carlos herdará a totalidade da herança, já que ele é o irmão sobrevivente de Antônio e o mais próximo na linha de sucessão.

**QUESTÃO 50. Considerando situação fática em que um fornecedor é responsável por dano que vitima a vida e lesa a incolumidade física e extrapatrimonial de grupo de pessoas,**

**a) em ação coletiva ajuizada pela Defensoria Pública a tutela jurisdicional ficaria restrita aos vulneráveis econômicos, tendo em vista a pertinência temática.**

**b) os consumidores presentes no local serão indenizados com base no sistema de proteção do consumidor e as demais vítimas afetadas pelo evento terão seus direitos resguardados primariamente pela legislação civil.**

**c) o pedido de desconsideração da personalidade jurídica deve ser necessariamente formulado no âmbito da demanda principal e, por força da teoria adotada pelo sistema de proteção do consumidor, exigirá unicamente a demonstração do inadimplemento efetivo do fornecedor.**

**d) o caso caracteriza vício na relação de consumo, eis que o dano atinge a pessoa dos consumidores e a perda econômica ultrapassa os limites valorativos do produto e/ou do serviço.**

**e) caberia a tutela de direitos individuais e transindividuais, sendo que no caso uma mesma ação coletiva poderia tutelar direitos individuais homogêneos, coletivos stricto sensu e difusos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema tutela dos direitos do consumidor.

A alternativa A está incorreta. A atuação da Defensoria não se restringe aos vulneráveis economicamente. De acordo com as 100 regras de Brasília de acesso à justiça consideram-se vulneráveis: “(3) Consideram-se em condição de vulnerabilidade aquelas pessoas que, por razão da sua idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas e/ou culturais, encontram especiais dificuldades em exercer com plenitude perante o sistema de justiça os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico. (4) Poderão constituir causas de vulnerabilidade, entre outras, as seguintes: a idade, a incapacidade, a pertença a comunidades indígenas ou a minorias, a vitimização, a migração e o deslocamento interno, a pobreza, o gênero e a privação de liberdade.”;

A alternativa B está incorreta. Tanto os consumidores quanto as demais vítimas serão indenizadas com base no CDC, isto porque, em adoção ao conceito de consumidor bystander ou por equiparação, previsto no artigo 17 do Código: “Para os efeitos desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.”;

A alternativa C está incorreta. No âmbito do CDC, adota-se a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, cujos requisitos são previstos no artigo 25: “Art. 28. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração. § 5º Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.” este pedido pode ser manejado de forma incidental ou na demanda principal, contrariamente ao que afirma a questão;

A alternativa D está incorreta. Trata-se de fato do produto, e não vício, previsto no artigo Art. 12: “O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.”;

A alternativa E está correta. Conforme dispõe o artigo 83 do CDC : “Art. 83. Para a defesa dos direitos e interesses protegidos por este código são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.”.

**QUESTÃO 51. Sobre a incidência e a proteção promovidas pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) é correto afirmar:**

**a) O domínio do crédito que leva à busca ativa na concessão de empréstimos não requeridos, o império do marketing concernente à criação artificial de necessidades e o tempo das transações e da duração dos contratos importa no reconhecimento de maior catividade e vulnerabilização do consumidor, mas não afeta a principiologia contratual clássica e a intangibilidade dos contratos firmados no âmbito do CDC.**

**b) O superendividamento somente se configura se o consumidor for pessoa natural e esteja em manifesta impossibilidade de pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, considerando tanto exigíveis quanto vincendas, derivadas de operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada.**

**c) O CDC é aplicável às instituições financeiras e ao crédito educativo, mas não às empresas administradoras de cartão de crédito e ao sistema financeiro de habitação.**

**d) Não se configuram relações de consumo o acidente de trânsito envolvendo fornecedor sem relação contratual anterior com a vítima ou a exposição à publicidade abusiva sem o consequente ato de consumo pela vítima afetada.**

**e) Não caberia à Defensoria Pública patrocinar a resolução de litígio envolvendo pessoa jurídica mediante o seu reconhecimento na condição de consumidora, uma vez que o status de consumidor abrange apenas pessoas físicas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema proteção ao consumidor.

A alternativa A está incorreta. Segundo dispõe o artigo 6º do CDC: “São direitos básicos do Consumidor: XI - a garantia de práticas de crédito responsável, de educação financeira e de prevenção e tratamento de situações de superendividamento, preservado o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, por meio da revisão e da repactuação da dívida, entre outras medidas.”. Logo a oferta de crédito de maneira irresponsável, da forma como descrita pela alternativa, afeta a principiologia contratual clássica, pois gera ofensa ao direito do consumidor;

A alternativa B está correta. O CDC define o superendividamento no Art. 54-A, podendo este ser decorrente de quaisquer compromissos financeiros: “Este Capítulo dispõe sobre a prevenção do superendividamento da pessoa natural, sobre o crédito responsável e sobre a educação financeira do consumidor. § 1º Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação. § 2º As dívidas referidas no § 1º deste artigo englobam quaisquer compromissos financeiros assumidos decorrentes de relação de consumo, inclusive operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada.”;

A alternativa C está incorreta. O Código de Defesa do Consumidor se aplica às empresas de cartão de crédito, sendo este o erro da proposição. Conforme define o artigo 3º § 2º do CDC “Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.”;

A alternativa D está incorreta. O CDC define que a pessoa jurídica também pode ser considerada consumidora: “Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.”;

A alternativa E está incorreta. Neste caso, a vítima de acidente de trânsito é considerada consumidora por comparação e tem seus direitos protegidos pelo CDC, conforme dispõe o artigo 17: “Para os efeitos desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.”.

## **QUESTÃO 52. O reconhecimento da hipervulnerabilidade no âmbito do direito do consumidor**

**a) a hipervulnerabilidade é categoria vinculada apenas à vulnerabilidade econômica e à dificuldade de acesso à justiça, conforme entendimento majoritário.**

**b) é categoria irrelevante na proteção do consumidor, dado o reconhecimento da desigualdade material entre as partes que integram a relação de consumo e o caráter protetivo da legislação consumerista.**

**c) se configura perante a cumulação de circunstâncias pessoais que sobrepõe vulnerabilidades, a relevância de circunstâncias externas que ampliam a vulnerabilização e no exercício de direito essencial por indivíduo reconhecidamente vulnerável.**

**d) não encontra amparo legal no CDC, embora seja categoria reconhecida normativamente em outros diplomas protetivos.**

**e) é categoria aplicável à proteção de direitos nos âmbitos judicial e extrajudicial, mas que não incide nas esferas administrativa e legislativa de proteção do consumidor.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema teoria das vulnerabilidades.

A alternativa A está incorreta. Majoritariamente se reconhece a existência de vários tipos de vulnerabilidade. As 100 regras de Brasília de Acesso à Justiça preveem: “(3) Consideram-se em condição de vulnerabilidade aquelas pessoas que, por razão da sua idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas e/ou culturais, encontram especiais dificuldades em exercitar com plenitude perante o sistema de justiça os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico. (4) Poderão constituir causas de vulnerabilidade, entre outras, as seguintes: a idade, a incapacidade, a pertença a comunidades indígenas ou a minorias, a vitimização, a migração e o deslocamento interno, a pobreza, o gênero e a privação de liberdade.” ;

A alternativa B está incorreta. São reconhecidas pela doutrina e pela jurisprudência a importância axiológica do conceito de vulnerabilidade como vetor de orientação na proteção do direito do consumidor, apontando três dimensões do conceito de vulnerabilidade, como se conclui das palavras da Ministra Nancy Andrighi no julgamento do REsp 1.195.642-RJ: “A doutrina tradicionalmente aponta a existência de três modalidades de vulnerabilidade: técnica (ausência de conhecimento específico acerca do produto ou serviço objeto de consumo), jurídica (falta de conhecimento jurídico, contábil ou econômico e de seus reflexos na relação de consumo) e fática (situações em que a insuficiência econômica, física ou até mesmo psicológica do consumidor o coloca em pé de desigualdade frente ao fornecedor). Mais recentemente, tem se incluído também a vulnerabilidade informacional (dados insuficientes sobre o produto ou serviço capazes de influenciar no processo decisório de compra).”;

A alternativa C está correta. São considerados hipervulneráveis os consumidores que, em razão de sua especial condição, como idosos, crianças, deficientes mentais, analfabetos e semi-analfabetos, pessoas sensíveis ao consumo de certos produtos etc., ficam ainda mais expostos às práticas comerciais, à periculosidade e nocividade de certos produtos, enfim, à toda atividade desempenhada pelos fornecedores no mercado de consumo.

A alternativa D está incorreta. O conceito de hipervulnerabilidade está previsto no CDC em uma combinação sistemática do Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.” com o Art. 39: “É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços.”;

A alternativa E está incorreta. Conforme já demonstrado nas análises das alternativas anteriores, o conceito de hipervulnerabilidade está presente no microsistema de proteção ao consumidor, inclusive incidindo na esfera penal, conforme previsto no CDC, art. 76, IV, b, que traz como uma das agravantes dos crimes tipificados pelo diploma consumerista ser o crime cometido “em detrimento de operário ou ruralista; de menor de dezoito ou maior de sessenta anos ou de pessoas portadoras de deficiência mental interditadas ou não”.

**QUESTÃO 53. Acerca do Mandado de Segurança Coletivo e nos termos da Lei nº 12.016 de 2009 e da jurisprudência das Cortes Superiores,**

**a) a impetração do mandado de segurança coletivo por associação depende da autorização expressa dos seus associados, assim como da apresentação de relação nominal desses, beneficiando apenas os que estejam previamente filiados.**

**b) conforme a legislação específica, a sentença de procedência produzirá efeitos erga omnes, apenas para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, e ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, a depender do direito ou interesse tutelado.**

**c) são legitimados à sua propositura a organização sindical e a entidade de classe, desde que legalmente constituídas e em funcionamento há, pelo menos, 1 ano, dispensada, para tanto, autorização especial.**

**d) a legislação específica estabelece como direitos ou interesses a serem por ele tutelados apenas os coletivos stricto sensu e os individuais homogêneos, estes últimos conceituados não apenas como os decorrentes de origem comum, mas também da atividade ou situação específica da totalidade ou de parte dos associados ou membros do impetrante.**

**e) a decisão de procedência no mandado de segurança coletivo, caso tenha transitado em julgado sem limitação subjetiva expressa, beneficia apenas a categoria substituída, representada pela entidade de classe impetrante, salvo quando se tratar de associação genérica, ocasião em que beneficiará, indiscriminadamente, todas as categorias, dada a suficiência de demonstração da sua regularidade registral para essa atuação.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre Mandado de Segurança.

A alternativa A está incorreta. A impetração de um mandado de segurança coletivo por associação não depende de autorização expressa dos associados nem da apresentação de lista nominal, nem da comprovação de filiação prévia para beneficiar todos os associados. A decisão do mandado de segurança coletivo beneficia todos os associados, independentemente de quando se filiaram ou se estavam filiados antes da impetração, nos termos Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1293130;

A alternativa B está incorreta. A sentença de procedência de um mandado de segurança coletivo tem efeito erga omnes, ou seja, produz efeitos para todos os membros da coletividade ou categoria representada pela entidade, independente de filiação prévia. A eficácia é ampla, abrangendo todos os atingidos pelo ato impugnado, e não depende da filiação específica.

A alternativa C está incorreta. A legislação estabelece que entidades de classe ou sindicatos podem impetrar mandado de segurança coletivo, mas a exigência de um ano de funcionamento é aplicável apenas a entidades sindicais, não a todas as entidades de classe. Além disso, para impetrar mandado de segurança coletivo, não é necessária autorização especial.

A alternativa D está correta. A legislação específica, ao tratar da tutela de direitos e interesses coletivos, protege os direitos ou interesses coletivos stricto sensu e os individuais homogêneos. Os direitos coletivos stricto sensu pertencem a uma coletividade, como o direito de uma comunidade ou grupo de pessoas, enquanto os direitos individuais homogêneos são aqueles de natureza individual, mas que têm uma origem ou situação comum a um grupo, podendo ser defendidos coletivamente. Os direitos individuais homogêneos, embora sejam de natureza individual, envolvem situações que afetam um número significativo de pessoas de forma similar, como por exemplo, danos causados por um mesmo ato ou fato. Ambos os tipos de direitos podem ser tutelados por meio de mandado de segurança coletivo, conforme estabelecido pela Lei nº 12.016/2009. A jurisprudência das Cortes Superiores tem consolidado a defesa coletiva de direitos individuais homogêneos, considerando a origem comum das situações que os afetam.

A alternativa E está incorreta. A sentença de procedência em um mandado de segurança coletivo tem efeitos erga omnes, beneficiando todos os membros da categoria ou classe representada pela entidade impetrante, não apenas a categoria substituída, salvo quando a decisão envolver uma associação genérica que representa uma coletividade maior, e o efeito será amplo.

**QUESTÃO 54. A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul ajuizou ação civil pública, visando à satisfação de direitos e interesses difusos e individuais homogêneos em favor de consumidores lesados pela venda irregular de determinados produtos alimentícios. Os pedidos da ação foram julgados totalmente procedentes, tendo se dado início à fase de liquidação e de execução da sentença.**

**Diante deste cenário**

**a) a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul detém legitimidade subsidiária à dos consumidores lesados para a liquidação e a execução coletiva da parte da sentença que tratou dos direitos individuais homogêneos.**

**b) o início da fase de execução coletiva (fluid recovery) inibe a possibilidade de postulação das liquidações e execuções individuais, inviabilizando, a partir de então, a simultaneidade da execução coletiva e das liquidações e execuções individuais.**

**c) a legitimidade para postular as fases de liquidação e de execução da sentença, visando à satisfação dos interesses difusos, compete apenas à Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, autora da ação coletiva.**

**d) a liquidação e a execução da sentença poderão ser promovidas tanto no foro em que a ação coletiva foi processada e julgada, como também no foro do domicílio do consumidor que promover a liquidação e a execução individual, sendo também competente o foro do domicílio de outro legitimado extraordinário que promover a liquidação e a execução coletiva, ainda que tenha domicílio em local diverso do foro em que a ação coletiva foi processada e julgada.**

**e) não se admite a utilização da limitação do litisconsórcio multitudinário na fase de liquidação e execução individual da sentença, uma vez que é inadmitida a limitação do número de litigantes no caso de substituição processual.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre ação civil pública.

A alternativa A está correta. A Defensoria Pública, ao ajuizar a ação civil pública, tem legitimidade para representar os consumidores lesados, e, no contexto da liquidação e execução de sentença em relação aos direitos individuais homogêneos, a Defensoria Pública exerce uma legitimidade subsidiária, ou seja, pode intervir caso os consumidores lesados não façam a execução individualmente, mas não substitui diretamente os indivíduos nesse caso. A execução coletiva se aplica àqueles direitos que são comuns e podem ser feitos de forma conjunta, mas, em casos de execução individualizada, pode ser subsidiária à atuação da Defensoria Pública.

A alternativa B está incorreta. Pois a execução coletiva não inibe a possibilidade de postulação de liquidações e execuções individuais, que podem ocorrer simultaneamente.

A alternativa C está incorreta. A Defensoria Pública tem legitimidade para postular a execução coletiva dos direitos difusos, mas não é a única a poder fazer isso para os direitos individuais homogêneos.

A alternativa D está incorreta. Pois a execução e liquidação podem ser promovidas no foro onde a ação foi ajuizada ou no foro do domicílio do consumidor. Não é necessário ter foro específico para o legitimado extraordinário.

A alternativa E está incorreta. A limitação do número de litigantes (no caso de litisconsórcio) pode ser aplicada em casos específicos, inclusive na execução individual, dependendo da natureza do processo.

**QUESTÃO 55. Sobre as fases de liquidação e de execução do julgado coletivo, é correto afirmar:**

**a) A força executiva de acordo extrajudicial coletivo firmado pela Defensoria Pública depende da homologação judicial.**

**b) Na liquidação individual de sentença coletiva os beneficiários devem demonstrar o quantum debeat nos limites do título coletivo, desde que provem ou reafirmem no procedimento a existência do dano e a responsabilidade do réu.**

**c) A ação coletiva beneficia todos os titulares do direito reconhecido, mas em regra não impede o ajuizamento de ações de conhecimento individuais.**

**d) A execução individual de sentença coletiva depende da intervenção e anuência do legitimado coletivo que obteve o provimento judicial.**

**e) A interrupção da prescrição operada pela ação coletiva julgada procedente beneficia apenas os titulares de direito individual homogêneo que tiveram condenação líquida no título executivo.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a liquidação e a execução do julgado coletivo.

A alternativa A está incorreta. Acordos extrajudiciais firmados pela Defensoria Pública podem ter força executiva independentemente de homologação judicial, conforme o art. 4º, inciso V, da LC 80/1994.

A alternativa B está incorreta. Na liquidação individual de sentença coletiva, o beneficiário não precisa provar novamente a existência do dano e a responsabilidade do réu — isso já foi decidido na sentença coletiva. Ele precisa apenas quantificar o dano (quantum debeatur);

A alternativa C está correta. A ação coletiva beneficia todos os titulares do direito reconhecido, mas a pessoa ainda pode optar por ajuizar ação individual se não tiver participado ou não concordar com o resultado da ação coletiva (princípio da não-preclusão da ação individual);

A alternativa D está incorreta. A execução individual da sentença coletiva é um direito próprio do titular do direito individual, não dependendo da intervenção ou da anuência do legitimado coletivo.

A alternativa E está incorreta. A interrupção da prescrição, conforme a Súmula 150 do STF e o art. 240, § 1º, do CPC, beneficia todos os titulares do direito discutido na ação coletiva, independentemente de já haver condenação líquida.

## QUESTÃO 56. A atuação e a intervenção da Defensoria Pública como custos vulnerabilis no âmbito extrajudicial e no processo coletivo

**a) não impedem outras formas de atuação e de intervenção, sendo admissível a cumulação das funções de representante processual e de fiscalização de direitos, bem como a atuação cumulada de mais de um órgão da instituição quando houver grupos vulneráveis com colisão de interesses.**

**b) restringem-se à esfera judicial, não sendo cabíveis em procedimentos administrativos.**

**c) dependem de provocação expressa do grupo social representado extraordinariamente, de parte do processo coletivo ou de chamamento judicial.**

**d) na intervenção judicial permitem a apresentação de manifestações e pareceres, mas não pedidos de produção de provas e interposição de recursos.**

**e) somente são cabíveis na fase de liquidação se tiver havido atuação ou intervenção na fase de conhecimento.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o custos vulnerabilis.

A alternativa A está correta. A atuação da Defensoria Pública como custos vulnerabilis (fiscal dos direitos dos vulneráveis) não exclui outras formas de atuação e pode ser cumulada com a de representante processual, inclusive podendo atuar mais de um órgão da instituição, especialmente quando houver grupos vulneráveis com interesses em colisão, cabe destacar as previsões do art. 4º, inciso XI, da Lei Complementar nº 80/1994 (Lei Orgânica da Defensoria Pública) — atuação como custos vulnerabilis para proteger direitos coletivos e individuais homogêneos de vulneráveis;

A alternativa B está incorreta. A atuação da Defensoria Pública como custos vulnerabilis também alcança o âmbito extrajudicial, incluindo procedimentos administrativos, mediações, conciliações, entre outros. A Defensoria não se limita apenas ao Judiciário;

A alternativa C está incorreta. A atuação como custos vulnerabilis é independente de provocação dos interessados ou de autorização judicial. É atribuição institucional própria da Defensoria Pública, baseada no dever de proteção dos vulneráveis, nos termos do art. 134 da Constituição Federal e Art. 4º da LC 80/1994.

A alternativa D está incorreta. A Defensoria Pública, ao intervir como custos vulnerabilis, pode apresentar manifestações, pedir produção de provas e interpor recursos. Não há limitação quanto aos atos processuais possíveis. A atuação é plena para proteção dos vulneráveis, com base na interpretação sistemática do CPC (arts. 178 e 179) e LC 80/1994;

A alternativa E está incorreta. A intervenção como custos vulnerabilis pode ocorrer em qualquer fase processual, inclusive na liquidação e execução, independentemente de ter havido participação anterior na fase de conhecimento, conforme o art. 178, parágrafo único, CPC, e princípios de defesa contínua dos vulneráveis.

**QUESTÃO 57. A Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/06) dispõe expressamente sobre:**

**a) Protetor-recebedor.**

**b) Cobrança pelo uso dos recursos hídricos.**

**c) Zoneamento ambiental.**

**d) Desenvolvimento sustentável.**

**e) Função socioambiental da propriedade.**

### **Comentários**

A alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar é a **letra E**. No entanto, a letra D também está **correta**, motivo pelo qual a questão deve ser considerada **NULA**. A questão trata do tema Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/06).

Observe que não há, na lei em comento, nenhuma menção ao princípio do protetor recebedor, nem à cobrança pelo uso de recursos hídricos, ou ao zoneamento ambiental. Portanto, as alternativas A, B e C

ficam, de pronto, incorretas. No entanto, no artigo 6º, caput, há menção expressa ao desenvolvimento sustentável (trazido pela alternativa D), que é o objetivo geral da proteção e utilização do Bioma Mata Atlântica. Vejamos: “Art. 6º A proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável e, por objetivos específicos, a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social.” Ademais, no parágrafo único do mesmo artigo, também há menção expressa à função socioambiental da propriedade (trazida pela alternativa E), que é um princípio balizador da proteção e utilização do Bioma Mata Atlântica. A seguir: “Parágrafo único. Na proteção e na utilização do Bioma Mata Atlântica, serão observados os princípios da função socioambiental da propriedade, da equidade intergeracional, da prevenção, da precaução, do usuário-pagador, da transparência das informações e atos, da gestão democrática, da celeridade procedimental, da gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno produtor rural e às populações tradicionais e do respeito ao direito de propriedade.” Portanto, apesar de o gabarito preliminar da banca trazer como correta a letra E, entendemos que a letra D também está correta, tendo em vista que a única condição pedida pelo enunciado da questão, é de que houvesse menção expressa do instituto na Lei da Mata Atlântica. Assim sendo, a questão merece ser anulada.

**QUESTÃO 58. Considerando a aplicação do princípio protetor-recebedor, em consonância com a Lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10), é correto afirmar que:**

**a) Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal, são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente.**

**b) É objetivo da Política Nacional de Resíduos Sólidos a prioridade e a garantia de preço mínimo, nas aquisições e contratações governamentais, para produtos reciclados e recicláveis.**

**c) O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de prevenção, redução da geração e reutilização de resíduos sólidos no processo produtivo.**

**d) É objetivo da Política Nacional de Resíduos Sólidos a prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.**

**e) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal, a projetos relacionados a responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, desde que em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 20, II, “b”, da PNRS, tais estabelecimentos estão sujeitos à elaboração do plano de gerenciamento dos resíduos sólidos, e não à sua implementação e operacionalização integral. Vejamos: “Art. 20. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos: II - os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que: b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;”

A alternativa B está incorreta. Não há de se falar em “preço mínimo”. Conforme art. 7º, XI, “a”, da PNRS: “Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos: XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para: a) produtos reciclados e recicláveis;”.

A alternativa C está incorreta. Não há de se falar em “reutilização”. Conforme art. 42, I, da PNRS: “Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de: I - prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;”.

A alternativa D está correta. Conforme art. 7º, XI, “b”, da PNRS: “Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos: XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para: b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;”.

A alternativa E está incorreta. A parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis é prioritária, e não exclusiva. Conforme art. 44, II, da PNRS: “Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a: II - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;”.

**QUESTÃO 59. Nos termos da jurisprudência das Cortes Superiores e do que dispõe, especificamente, a Lei nº 6.766 de 1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano):**

**a) o loteador é considerado parte ilegítima para promover ação destinada a impedir construção em desacordo com restrições legais ou contratuais, caso já tenha vendido todos os lotes.**

**b) uma vez verificado que o loteamento ou desmembramento não se acha registrado ou regularmente executado ou notificado pelo Município, o adquirente deverá suspender o pagamento, ao loteador, das prestações restantes e notificá-lo para suprir a falta.**

**c) o Poder Público competente poderá exigir, complementarmente aos requisitos urbanísticos para a constituição de loteamento, a reserva de faixa “non aedificandi” destinada a equipamentos comunitários de educação, cultura, saúde, lazer e similares.**

**d) nas hipóteses de rescisão do contrato de compra e venda de determinado lote por inadimplemento do adquirente, as benfeitorias necessárias por ele levadas a efeito no imóvel deverão ser indenizadas, salvo disposição contrária prevista no contrato e somente quando tenham sido realizadas em conformidade com a lei.**

**e) diante da discricionariedade de sua atuação, o Município não detém responsabilidade pela execução das obras de infraestrutura indispensáveis à regularização de loteamentos clandestinos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema parcelamento do solo urbano, mais precisamente sobre o loteamento.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 45 da Lei 6.766/79: “Art. 45. O loteador, ainda que já tenha vendido todos os lotes, ou os vizinhos, são partes legítimas para promover ação destinada a impedir construção em desacordo com restrições legais ou contratuais.”

A alternativa B está correta. De acordo com art. 38 da Lei 6.766/79: “Art. 38. Verificado que o loteamento ou desmembramento não se acha registrado ou regularmente executado ou notificado pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, deverá o adquirente do lote suspender o pagamento das prestações restantes e notificar o loteador para suprir a falta.”

A alternativa C está incorreta. A exigência pode se dar em relação a reserva de faixas destinadas a equipamentos urbanos, e não a equipamentos comunitários. De acordo com art. 5º da Lei 6.766/79: “Art. 5º O Poder Público competente poderá complementarmente exigir, em cada loteamento, a reserva de faixa non aedificandi destinada a equipamentos urbanos. Parágrafo único - Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.”

A alternativa D está incorreta. Disposições contratuais contrárias não terão efeito. De acordo com art. 34, caput e § 1º, da Lei 6.766/79: “Art. 34. Em qualquer caso de rescisão por inadimplemento do adquirente, as benfeitorias necessárias ou úteis por ele levadas a efeito no imóvel deverão ser indenizadas, sendo de nenhum efeito qualquer disposição contratual em contrário. § 1º Não serão indenizadas as benfeitorias feitas em desconformidade com o contrato ou com a lei.”

A alternativa E está incorreta. De acordo com entendimento do STJ: “Existe o poder-dever do Município de regularizar loteamentos clandestinos ou irregulares. Esse poder-dever, contudo, fica restrito à realização das obras essenciais a serem implantadas em conformidade com a legislação urbanística local (art. 40, caput e § 5º, da Lei nº 6.766/79). Após fazer a regularização, o Município tem também o poder-dever de cobrar dos responsáveis (ex: loteador) os custos que teve para realizar a sua atuação saneadora.” (STJ. 1ª Seção. REsp 1.164.893-SE, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 23/11/2016).

**QUESTÃO 60. Daniel compareceu à sede da Defensoria Pública de Esteio, buscando atendimento para o ajuizamento de ação declaratória de propriedade originária decorrente da usucapião**

especial urbana de bem imóvel, também denominada pro misero ou pro-moradia. De acordo com este instituto, com base na lei e nos Informativos dos Tribunais Superiores:

a) ainda que o possuidor já seja proprietário da metade ideal do imóvel que pretende usucapir, isso, por si só, não constitui impedimento para a declaração da usucapião especial urbana.

b) a legislação específica estabelece a associação de moradores da comunidade como legitimada para a propositura da ação de usucapião especial urbana, desde que esteja regularmente constituída há mais de um ano e tenha personalidade jurídica, dispensando autorização expressa dos associados.

c) dado o caráter personalíssimo e familiar desta modalidade de usucapião individual, considera-se incompatível a aplicação do instituto da “sucessio possessionis” para a contagem do requisito temporal.

d) diante da finalidade social desta modalidade de usucapião, a destinação de parte do imóvel usucapiendo para o exercício de pequena atividade comercial voltada ao sustento próprio do requerente, que reside no local com sua família, impede a declaração da propriedade.

e) o Estatuto da Cidade confere ao autor da ação que busca a declaração desta modalidade de usucapião individual os benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuita, inclusive perante o cartório de registro de imóveis, caso demonstre sua condição de hipossuficiente.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema usucapião.

A alternativa A está correta. De acordo com entendimento do STJ: “O fato de os possuidores serem proprietários de metade do imóvel usucapiendo não faz incidir a vedação de não possuir “outro imóvel” urbano, contida no art. 1.240 do Código Civil.” (STJ. 3ª Turma. REsp 1.909.276-RJ, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 27/09/2022).

A alternativa B está incorreta. É necessária a autorização expressa dos associados. Conforme art. 12, III, do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001): “Art. 12. São partes legítimas para a propositura da ação de usucapião especial urbana: III – como substituto processual, a associação de moradores da comunidade, regularmente constituída, com personalidade jurídica, desde que explicitamente autorizada pelos representados.”

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 1.243 do CC/02: “Art. 1.243. O possuidor pode, para o fim de contar o tempo exigido pelos artigos antecedentes, acrescentar à sua posse a dos seus antecessores (art. 1.207), contanto que todas sejam contínuas, pacíficas e, nos casos do art. 1.242, com justo título e de boa-fé.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com entendimento do STJ sobre o tema: “A destinação de parte do imóvel para fins comerciais não impede o reconhecimento da usucapião especial urbana sobre a totalidade da área.” (STJ. 3ª Turma. REsp 1.777.404-TO, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 05/05/2020).

A alternativa E está incorreta. O Estatuto da Cidade não traz como requisito a demonstração da condição de hipossuficiência. De acordo com seu art. 12, § 2º: “§ 2º O autor terá os benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuita, inclusive perante o cartório de registro de imóveis.”

**QUESTÃO 61. A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, por meio de seu Núcleo de Defesa Agrária e da Moradia, tomou conhecimento a respeito de relevante ocupação em área de titularidade do poder público municipal localizada na região metropolitana de Porto Alegre, consistente em um núcleo urbano informal comprovadamente existente e consolidado até o dia 22 de dezembro de 2016 e formado, predominantemente, por população de baixa renda. Diante deste cenário e com fundamento na Lei nº 13.465 de 2017 e no Decreto nº 9.310 de 2018:**

**a) a partir do momento em que deferido o pedido de instauração da Reurb, fica garantida aos ocupantes do presente núcleo urbano informal a permanência em suas unidades imobiliárias, preservadas as situações de fato já existentes, até o eventual arquivamento definitivo do procedimento da Reurb.**

**b) formulado o pedido de instauração da Reurb pela Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, o Município possui o prazo de cento e oitenta dias para análise, sendo que a inércia implicará o arquivamento do pedido, viabilizando a sua formulação pela via judicial.**

**c) o fato de o núcleo urbano informal ser formado, predominantemente, por população de baixa renda determina que a regularização fundiária seja implementada, exclusivamente, pela sua modalidade de interesse social (Reurb-S).**

**d) embora, neste caso, o requisito temporal admita a utilização da legitimação fundiária como instrumento para a regularização fundiária urbana, o fato de a ocupação recair sobre terreno público impede a sua utilização no âmbito da Reurb.**

**e) a legitimação de posse, enquanto instrumento de uso exclusivo para fins de regularização fundiária e consistente em ato do Poder Público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto de regularização fundiária, não constitui instrumento passível de aplicação na presente hipótese.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema regularização fundiária urbana.

A alternativa A está incorreta. A garantia se dá desde o requerimento de instauração da Reurb, conforme art. 24, § 14, do Decreto 9.310/2018. Vejamos: “§ 14. O requerimento de instauração da Reurb ou, na forma do regulamento, a manifestação de interesse nesse sentido por parte de quaisquer dos legitimados garante, perante o Poder Público, aos ocupantes dos núcleos urbanos informais situados em áreas públicas a serem regularizados a permanência em suas unidades imobiliárias, preservadas as situações de fato já existentes, até o eventual arquivamento definitivo do procedimento da Reurb.”

A alternativa B está incorreta. A inércia do Município implica a automática fixação da modalidade de classificação da Reurb indicada pelo legitimado em seu requerimento. Conforme art. 30, § 3º da Lei

13.465/2017: § 3º A inércia do Município implica a automática fixação da modalidade de classificação da Reurb indicada pelo legitimado em seu requerimento, bem como o prosseguimento do procedimento administrativo da Reurb, sem prejuízo de futura revisão dessa classificação pelo Município, mediante estudo técnico que a justifique.”

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 5º, § 4º, do Decreto 9.310/2018: “Art. 5º (...) § 4º No mesmo núcleo urbano informal poderá haver as duas modalidades de Reurb, desde que a parte ocupada predominantemente por população de baixa renda seja regularizada por meio de Reurb-S e o restante do núcleo por meio de Reurb-E.”

A alternativa D está incorreta. É possível a legitimação fundiária em área pública. Conforme art. 16 do Decreto 9.310/2018: “Art. 16. A legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do Poder Público, exclusivamente no âmbito da Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016.”

A alternativa E está correta. De acordo com art. 18 do Decreto 9.310/2018, o conceito apresentado pela alternativa, de fato, corresponde ao conceito de “legitimação de posse”. Vejamos: “Art. 18. A legitimação de posse, instrumento de uso exclusivo para fins de regularização fundiária, constitui ato do Poder Público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da Reurb, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse, o qual poderá ser convertido em direito real de propriedade, na forma estabelecida na Lei nº 13.465, de 2017, e neste Decreto.”.

Ademais, importante mencionar que, realmente, no caso narrado pelo enunciado da questão, não é possível a aplicação do instrumento da “legitimação de posse”, pois se trata de imóvel urbano situado em área de titularidade do poder público municipal. É essa a determinação do art. 18, § 2º, do Decreto 9.310/2018, veja: “§ 2º A legitimação de posse não se aplica aos imóveis urbanos situados em área de titularidade do Poder Público.”

**QUESTÃO 62. Paulo foi denunciado e pronunciado pela prática do delito previsto no art. 121, § 29, I e IV, do Código Penal. Submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, negou a autoria do fato, tese também sustentada pela defesa técnica - a qual igualmente postulou pelo afastamento das circunstâncias qualificadoras admitidas na pronúncia, nada mais sendo articulado. Encerrado o debate e já na sala especial, os jurados responderam afirmativamente ao primeiro (existência do fato) e ao segundo (autoria) quesitos. O juiz, então, entendeu por considerar prejudicado o terceiro quesito - tendo em vista que a única tese defensiva consistia na negativa de autoria, ausente qualquer outra tese absolutória veiculada pelo réu ou seu Defensor, de imediato passando a questionar a presença das circunstâncias qualificadoras (os quesitos pertinentes a estas foram respondidos negativamente, por maioria, sendo o réu condenado por homicídio simples). A defesa ficou-se silente. Neste caso, o juiz agiu**

**a) corretamente, porquanto, afastadas as qualificadoras, o crime não é considerado hediondo.**

b) incorretamente, porque se trata de quesito obrigatório, conforme jurisprudência amplamente majoritária, havendo entendimento sumulado no sentido de que é absoluta a nulidade do julgamento, pelo júri, por falta de quesito obrigatório.

c) corretamente, tendo em vista que não havia outra tese absolutória a ser apreciada pelos jurados, inexistente amparo jurídico-legal para formulação do terceiro quesito (uma eventual resposta afirmativa em inegável contradição).

d) corretamente, já que não houve oportuna consignação em ata acerca de uma eventual irresignação defensiva, operando-se a preclusão.

e) incorretamente, considerando o princípio constitucional da plenitude defensiva, o que permitiria a inclusão de outras teses benéficas ao acusado, ainda que não expressamente sustentadas (participação dolosamente distinta, por exemplo).

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o Tribunal do Júri.

A alternativa A está incorreta. A hediondez do crime não tem qualquer relação com a obrigatoriedade ou não da formulação do quesito de absolvição. A questão trata da regularidade procedimental no julgamento pelo Tribunal do Júri, não das consequências da condenação;

A alternativa B está correta. O terceiro quesito, que versa sobre a absolvição genérica, é obrigatório, conforme o art. 483, §2º, do CPP. Mesmo que a única tese defensiva seja a negativa de autoria, ele deve ser formulado;

A alternativa C está incorreta. O CPP obriga a formulação do quesito de absolvição, independentemente das teses sustentadas. A eventual contradição em uma resposta afirmativa (como absolver mesmo reconhecendo autoria) faz parte da soberania dos veredictos dos jurados.

A alternativa D está incorreta. A nulidade por ausência de quesito obrigatório é absoluta, e não depende de manifestação da defesa. Logo, a ausência de protesto não convalida o vício, tampouco opera preclusão;

A alternativa E está incorreta. Embora o princípio da plenitude de defesa permita a consideração de teses não expressas, essa não é a razão pela qual o quesito é obrigatório. O quesito de absolvição é obrigatório por previsão legal expressa (art. 483, §2º, CPP), não por força do princípio da plenitude de defesa.

**QUESTÃO 63.** Sandro foi alvo de busca pessoal por parte de policiais militares, que com ele encontraram 20 g de maconha e 15 g de cocaína, acondicionadas de forma tal que presumivelmente destinadas à comercialização, e ainda alguma quantia (notas de pequeno valor). Segundo os agentes públicos, o suspeito, já conhecido por eles (possuía vários registros policiais prévios por fatos análogos), assim que os avistou, aparentou certo nervosismo e buscou ingressar em uma residência, que disse ser sua. Preso ainda fora do imóvel e conduzido à

presença da Polícia Judiciária. Ouvidos o condutor, duas testemunhas da infração e oportunizada a sua inquirição (do flagrante), e ainda observadas as demais formalidades legais, foi lavrado o auto respectivo. Apresentado o preso em audiência de custódia, o flagrante

a) não deve ser homologado por atipicidade da conduta, notadamente porque o Supremo Tribunal Federal entendeu, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 635659, que o porte de substância entorpecente não é crime - mas uma infração administrativa sem consequências penais - nas hipóteses em que a quantidade apreendida for inferior a 40 gramas.

b) deve ser homologado, com conversão em prisão preventiva, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, já que a reincidência delitiva torna necessária a prisão preventiva para garantia da ordem pública, segundo jurisprudência majoritária.

c) não deve ser homologado, relaxando-se a prisão, tendo em vista que, ausente fundada suspeita, se está diante de afronta frontal ao disposto no art. 5º, X, da Constituição Federal, e no art. 244, caput, do Código de Processo Penal.

d) deve ser homologado, porém concedida a liberdade, considerando-se que a quantidade de substância entorpecente apreendida não permite concluir pelo abalo à ordem pública.

e) deve ser homologado, com conversão em prisão preventiva, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto, sem embargo da pequena quantidade da substância apreendida inapta a gerar perigo à ordem pública, a reincidência faz presumir o risco à aplicação da lei penal.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre prisões.

De antemão cabe destacar que o art. 244 do CPP permite a busca pessoal sem mandado se houver fundadas razões, baseadas em circunstâncias concretas e o art. 5º, inciso X, da Constituição trata da inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem – mas aqui o foco seria mais o inciso XI (inviolabilidade do domicílio). Sandro demonstrou nervosismo ao ver os policiais e tentou entrar rapidamente numa residência, além disso era conhecido dos policiais por antecedentes por tráfico. Essas circunstâncias, por si só, não são consideradas fundadas suspeitas segundo a jurisprudência do STJ e STF, autorizando a busca pessoal. Além disso, se o flagrante for legal, o juiz deve homologá-lo (art. 310, II, do CPP). Depois de homologar, o juiz deve decidir se converte em prisão preventiva, ou liberta o preso (com ou sem medidas cautelares). No caso, o flagrante não é válido, então não deve ser homologado. Para converter em preventiva, é preciso prova da existência do crime e indício suficiente de autoria; fundamentação concreta de necessidade para garantia da ordem pública, da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal (art. 312, CPP). Pelo exposto, a alternativa correta é a “c”.

**QUESTÃO 64.** Daniel, policial militar, é indiciado pela prática, em tese, dos delitos tipificados no art. 121, §29, I e IV, e do art. 211, caput, ambos do Código Penal. Conforme apurado, numa determinada localidade situada em Porto Alegre, desferindo tiros, matou a vítima (um civil),

após o que providenciou ocultar o cadáver a fim de que não restasse descoberto - assim, garantiria a impunidade, segundo sua percepção. Ao receber os autos, o Ministério Público entende por apresentar denúncia, por ambos os fatos, em relação a Daniel. Neste caso, a competência para processamento e julgamento do feito é

a) de uma das Varas Especializadas do Júri de Porto Alegre para ambos os fatos, segundo o art. 52, XXXVIII, "d", e o art. 125, §4º, ambos da Constituição Federal, em face da conexão objetiva prevista no art. 76, II, do Código de Processo Penal.

b) de uma das Varas Criminais da Comarca de Porto Alegre, tendo em vista que o Júri não possui competência, nos termos postos na Constituição Federal, para julgar crimes cometidos por militares, não havendo base constitucional ou legal, por outro lado, para processamento do caso penal perante a Justiça Militar.

c) da Vara Especializada do Júri de Porto Alegre para o julgamento do crime doloso contra a vida, conforme o art. 5º, XXXVIII, "d", e o art. 125, §42, ambos da Constituição Federal, e da Vara Criminal da mesma comarca para o julgamento do crime de ocultação de cadáver, inexistindo conexão a justificar o julgamento no mesmo processo.

d) da Justiça Militar Estadual para ambos os fatos, por força do disposto no art. 125, §3º, da Constituição Federal, pois os policiais militares são servidores públicos estaduais.

e) do Tribunal Militar Estadual, porquanto se trata de crime cometido por policial militar, justificada a competência da Corte de segunda instância pela necessária maior cautela decorrente da circunstância de a vítima ser um civil - regra da excepcionalidade da prorrogação da competência constitucional.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre competência.

A alternativa A está correta. Essa alternativa está perfeita. O homicídio doloso praticado por policial militar contra civil é julgado pelo Tribunal do Júri, conforme o art. 5º, XXXVIII, "d", e art. 125, §4º da CF/88. A ocultação de cadáver, embora seja crime comum, será também julgada pelo Júri por força da conexão objetiva prevista no art. 76, II, do CPP, pois ela foi praticada para garantir a impunidade do homicídio;

A alternativa B está incorreta. A Constituição Federal atribui expressamente ao Tribunal do Júri a competência para julgar homicídio doloso praticado por militar contra civil (art. 125, §4º). Assim, mesmo que o agente seja militar, não é a Vara Criminal comum que julga o homicídio — é o Júri;

A alternativa C está incorreta. Embora acerte ao reconhecer a competência do Júri para o homicídio, esta alternativa ignora a conexão processual (art. 76, II, CPP) entre o homicídio e a ocultação de cadáver. A ocultação foi feita para assegurar a impunidade do homicídio, portanto há conexão que justifica o julgamento conjunto no Tribunal do Júri. Não cabe separação de competências nesse caso;

A alternativa D está incorreta. Essa alternativa confunde as coisas. O art. 125, §3º, CF, trata da competência da Justiça Militar estadual para julgar crimes militares. Mas a própria Constituição (art.

125, §4º) exclui a competência da Justiça Militar nos casos de homicídio doloso de civil por militar. Portanto, aqui a Justiça Militar não tem competência alguma;

A alternativa E está incorreta. Não existe "regra da excepcionalidade" que permita o Tribunal Militar Estadual (segunda instância) julgar homicídios dolosos cometidos por policiais militares contra civis. A Constituição Federal é clara: o julgamento é feito em primeira instância pelo Tribunal do Júri, respeitando o princípio do juiz natural. Não existe essa transferência para instância superior por "cautela".

**QUESTÃO 65. A Constituição Federal, por seus princípios e regras, estabelece a vigência de um sistema processual penal do tipo acusatório, previsão reforçada pelo disposto no art. 3º A, da Lei nº 13.964/2019. São características deste sistema**

**a) publicidade dos atos processuais, fundamentação das decisões judiciais e suficiência da confissão como único meio de formação do livre convencimento motivado do julgador.**

**b) a verdade real, a presunção de inocência e a dignidade da pessoa humana.**

**c) a ampla iniciativa probatória do juiz, o contraditório e a ampla defesa.**

**d) a separação das funções de acusar e julgar, a presunção de inocência e a oralidade como regra.**

**e) o reexame obrigatório das decisões que absolvem o réu (primeira fase do júri), a igualdade das partes e a presunção de inocência.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre os sistemas processuais.

A alternativa A está incorreta. Embora a publicidade dos atos processuais e a fundamentação das decisões judiciais sejam características do sistema acusatório, a afirmação de que a confissão seria o único meio de formação do livre convencimento motivado do julgador não é verdadeira. O livre convencimento do juiz deve ser formado com base na prova produzida no processo, sendo a confissão apenas um dos elementos, e não o único. Portanto, esta alternativa está incorreta;

A alternativa B está incorreta. Embora a presunção de inocência e a dignidade da pessoa humana sejam princípios importantes do sistema processual e do direito penal, o conceito de verdade real não está necessariamente relacionado ao sistema processual acusatório. O sistema acusatório, na verdade, adota o princípio da verdade formal, isto é, busca-se a verdade no contexto daquilo que é provado e debatido no processo. A busca pela "verdade real" é característica de um sistema inquisitório, no qual o juiz tem maior poder de investigação. Logo, esta alternativa não está correta;

A alternativa C está incorreta. A iniciativa probatória do juiz não é uma característica do sistema acusatório. No sistema acusatório, o juiz deve agir de forma imparcial, sem interferir na produção da prova, que cabe às partes (acusação e defesa). A ampla defesa e o contraditório são, sim, garantias

fundamentais no sistema acusatório, mas a iniciativa probatória do juiz é uma característica do sistema inquisitório;

A alternativa D está correta. A alternativa descreve de maneira precisa características do sistema processual acusatório: separação das funções de acusar e julgar, presunção de inocência, oralidade como regra;

A alternativa E está incorreta. O reexame obrigatório das decisões que absolvem o réu não é uma característica do sistema acusatório. A revisão das decisões deve ocorrer apenas em casos de apelação, quando há violação de normas legais ou constitucionais, mas não é um mecanismo que se aplica automaticamente. Além disso, a igualdade das partes e a presunção de inocência são características corretas do sistema acusatório, mas o reexame obrigatório mencionado não faz parte dessa lógica.

**QUESTÃO 66. Considere as assertivas abaixo sobre o Processo Penal brasileiro.**

**I. A lei processual penal tem aplicação imediata, atingindo os processos em tramitação, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.**

**II. Se a nova lei for híbrida, apresentando conteúdos penais e processuais, prevalecerá o aspecto penal. Sendo este mais**

**benéfico, o conteúdo material retroagirá e o processual terá aplicação imediata.**

**III. O Código de Processo Penal adotou o sistema da unidade processual, segundo o qual cada fase processual é independente, podendo, assim, ser reguladas por leis distintas, promulgadas sucessivamente no tempo.**

**Está correto o que se afirma APENAS em:**

**a) I e II.**

**b) I e III.**

**c) I.**

**d) II e III.**

**e) III.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a aplicação da lei processual.

O item I está correto. A regra geral do Código de Processo Penal (CPP) é que as leis processuais penais têm aplicação imediata. Isso significa que a nova legislação processual pode ser aplicada aos processos em andamento, desde que não tenha ocorrido coisa julgada e desde que respeite a validade dos atos já

praticados sob a vigência da lei anterior. Isso é previsto no artigo 2º do CPP, que trata da irretroatividade das normas processuais, mas com a ressalva de que as normas novas podem ser aplicadas imediatamente, sem prejudicar os atos já praticados;

O item II está correto. Quando uma lei é híbrida, com conteúdos tanto penais quanto processuais, o aspecto penal este prevalece;

O item III está incorreto. O Código de Processo Penal adotou, na verdade, o sistema da unidade processual, mas isso significa que o processo é visto como um todo unitário, em que as fases processuais são interdependentes. Portanto, não é correto afirmar que as fases podem ser reguladas por leis distintas promulgadas sucessivamente no tempo. As modificações de uma fase processual afetam as fases subsequentes, mantendo-se a unidade do processo.

#### **QUESTÃO 67. Considere as assertivas abaixo sobre princípios processuais.**

**I. O Acesso à Justiça Penal abrange a incidência de outros princípios, que integram a face de um processo penal democrático, dentre os quais, destacam-se os princípios da jurisdicionalidade, da garantia do princípio acusatório, presunção de inocência, contraditório e ampla defesa e da motivação das decisões judiciais.**

**II. O princípio da verdade real ou processual é o objetivo fundamental do processo penal, permitindo a descoberta acerca da veracidade do fato praticado, através da instrução probatória. Este princípio permite ao juiz buscar provas, atividade concernente ao poder instrutório do magistrado.**

**III. A implementação gradual do princípio da paridade de armas consagra o tratamento isonômico das partes no transcurso do processo penal (CF, art. 5º, caput), nivelando processualmente o Ministério Público e a Defensoria Pública, e fazendo com que, paulatinamente, se mitigue o princípio do favor rei.**

**IV. O Princípio do Defensor Natural, que guarda similitude aos princípios do Juiz Natural e do Promotor Natural, veda que o Defensor Público seja afastado de casos em que, por critérios legais predeterminados, deveria officiar. O Princípio do Defensor Natural apresenta dupla garantia, uma vez que se dirige tanto aos membros da Defensoria Pública, como para os assistidos da instituição.**

**Está correto o que se afirma APENAS em:**

**a) I e III.**

**b) I, II e IV.**

**c) I e II.**

**d) II e IV.**

## e) I e IV.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre os princípios no processo penal.

O item I está correto. O acesso à justiça penal é um dos pilares do processo penal democrático. Ele envolve a jurisdicionalidade (direito de submeter litígios ao judiciário), garantia do princípio acusatório, presunção de inocência, contraditório, ampla defesa e motivação das decisões judiciais. Esses princípios garantem que o processo penal seja conduzido de maneira justa e equilibrada, protegendo os direitos do acusado e assegurando um julgamento imparcial;

O item II está incorreto. O princípio da verdade real, ou processual, é fundamental no processo penal, pois busca a veracidade dos fatos por meio da análise das provas. O juiz, através do seu poder instrutório, tem a responsabilidade de investigar e buscar as provas necessárias para chegar a uma decisão justa e precisa, o erro reside no fato de que o princípio da verdade real ou processual não confere ao juiz o poder instrutório para buscar provas por iniciativa própria. Embora o juiz tenha poder instrutório, isso deve ser exercido dentro dos limites do contraditório e da ampla defesa, e não pode ser interpretado como uma faculdade ilimitada de o juiz buscar provas por conta própria.;

O item III está incorreto. O princípio da paridade de armas busca garantir que ambas as partes (acusação e defesa) tenham igualdade de condições no processo, mas a afirmação de que esse princípio nivelaria o Ministério Público e a Defensoria Pública no processo está equivocada. O Ministério Público e a Defensoria Pública desempenham papéis diferentes no processo: o Ministério Público atua na acusação e a Defensoria Pública na defesa do réu. Além disso, o favor rei (favorecer o réu com os benefícios da dúvida) não é diretamente mitigado pela paridade de armas, que busca garantir igualdade processual entre as partes, sem alterar o princípio de que o réu é presumido inocente até que se prove o contrário;

O item IV está correto. O princípio do Defensor Natural garante que o réu tenha um defensor público designado legalmente para representá-lo, assim como o juiz e o promotor são predeterminados pela competência. Esse princípio protege tanto os membros da Defensoria Pública (garantindo que eles não sejam afastados de casos para os quais foram designados) quanto os assistidos da Defensoria, assegurando-lhes uma defesa adequada e legalmente constituída.

**QUESTÃO 68. O Ministério Público, na qualidade de titular da ação penal pública, possui prazos a serem cumpridos para o oferecimento da denúncia. No entanto, nos casos de extrapolação do prazo legal, de forma injustificada, a lei processual delega à vítima a possibilidade de ingressar com uma Ação Penal Privada Subsidiária da Pública. Nesse caso, será admitida**

**a) queixa-crime nos delitos de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa-crime, e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso adesivo e, no caso de negligência da vítima, retomar a ação pública incondicionada.**

**b) ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos**

os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

c) ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la ou oferecer queixa substitutiva, intervindo em todos os atos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de imperícia do querelante, retomar a ação como parte principal.

d) ação privada subsidiária da pública, se esta não for intentada no prazo estabelecido em lei, cabendo ao Ministério Público alterar a queixa, rejeitá-la e oferecer nova denúncia, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelado, retomar a ação como parte principal.

e) ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, e fornecer testemunhas e prova documental, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a transformação do Direito Privado contemporâneo.

A alternativa A está incorreta. Quando o Ministério Público não oferece a denúncia no prazo legal, a vítima tem o direito de ingressar com a ação penal privada subsidiária da pública, e não com uma queixa-crime. A queixa-crime é um mecanismo utilizado nos crimes de ação penal privada, onde a vítima inicia o processo. Porém, nos casos de ação pública, como no exemplo em questão, a vítima não pode propor uma queixa-crime, mas sim uma ação penal privada subsidiária da pública. O Ministério Público, após a vítima ajuizar essa ação, pode intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recursos, e, se a vítima for negligente, retomar a ação pública. Portanto, o erro está na utilização do termo "queixa-crime", que é incorreto no contexto de uma ação penal pública, e a alternativa correta é a que descreve a ação penal privada subsidiária da pública;

A alternativa B está correta. A ação privada subsidiária da pública é um mecanismo que possibilita ao ofendido (ou seu representante legal) iniciar uma ação penal em relação a um crime de ação pública, caso o Ministério Público (MP) não tome as providências dentro do prazo legal. Nessa situação, o MP tem a prerrogativa de aditar a queixa apresentada pelo ofendido, rejeitá-la ou oferecer uma denúncia substitutiva. Além disso, o MP pode intervir ao longo de todo o processo, fornecendo provas e interpondo recursos. Se houver negligência por parte do ofendido, o MP pode retomar a ação penal como parte principal;

A alternativa C está incorreta, porque fala em ação penal pública. Ora, o titular da ação penal pública é o Ministério Público, que a exerce pela denúncia (peça inicial dessa espécie de ação). Portanto, não há que se falar em queixa, esta que é a petição inicial da ação penal privada. Portanto, o Ministério Público, enquanto fiscal da ordem jurídica poderá "aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal", nos termos do art. 29 do CPP.

A alternativa D está incorreta. A ação penal privada subsidiária da pública, conforme a Constituição Federal (art. 5º, LIX), permite que a vítima ou seu representante legal proponha ação penal quando o Ministério Público não o faz no prazo legal. O Ministério Público, nesse caso, tem o direito de alterar a queixa, rejeitá-la e oferecer nova denúncia, intervir no processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, se o querelante negligenciar, retomar a ação como parte principal. O prazo para a ação privada subsidiária é de 6 meses, a partir do término do prazo para o MP oferecer a denúncia;

A alternativa E está incorreta. A ação privada subsidiária da pública é possível nos crimes de ação pública quando o Ministério Público não ajuíza a ação no prazo legal. Nesse cenário, o ofendido pode iniciar a ação penal. O Ministério Público pode aditar a queixa do ofendido, rejeitá-la ou oferecer uma denúncia substitutiva. O MP tem a possibilidade de intervir em todos os atos do processo, fornecer testemunhas e provas documentais, e, caso haja negligência por parte do querelante, retomar a ação como parte principal.

**QUESTÃO 69. Sobre questões e processos incidentes, considere as assertivas abaixo.**

**I. Se a decisão sobre a existência da infração depender da solução de outro processo, acerca do estado civil das pessoas, o curso da ação penal ficará suspenso até que no juízo cível seja a controvérsia dirimida, devendo o juízo criminal refazer a colheita das provas.**

**II. Poderão ser opostas as exceções de: suspeição; incompetência de juízo; conexão e litispendência; ilegitimidade processual; e coisa julgada.**

**III. Quando qualquer das partes pretender recusar o juiz, deverá fazê-lo em petição assinada por ela própria ou por procurador com poderes especiais, aduzindo as suas razões acompanhadas de prova documental ou do rol de testemunhas.**

**Está correto o que se afirma APENAS em:**

**a) II e III.**

**b) I e II.**

**c) I e III.**

**d) III.**

**e) I.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre processos incidentes.

O item I está incorreto. No caso de a decisão sobre a existência da infração depender de outro processo, o curso da ação penal ficará suspenso, mas não se exige que o juiz criminal refaça a colheita das provas.

O processo criminal aguarda a decisão do processo civil, mas as provas colhidas até aquele momento são mantidas.

O item II está incorreto. É possível opor as exceções de suspeição, incompetência de juízo, litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada em um processo penal. Estas são exceções previstas no Código de Processo Penal, conforme o artigo 95 do Código de Processo Penal (CPP).

O item III está correto. Se qualquer das partes pretender recusar o juiz, deve fazer isso em petição assinada por ela própria ou por procurador com poderes especiais, incluindo as razões e as provas, seja documental ou testemunhal, nos termos do art. 98 do CPP.

**QUESTÃO 70. As medidas cautelares, diversas da prisão, deverão ser aplicadas observando-se:**

**a) No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, mediante requerimento das partes, determinará a intimação da parte contrária, para se manifestar no prazo de 5 dias, designando em seguida, audiência de custódia.**

**b) Necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, em caso de flagrante delito, para evitar a prática de novas infrações penais.**

**c) Adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.**

**d) As medidas cautelares poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sendo isolada, nos casos de infrações penais de menor potencial ofensivo, e cumulada, nas infrações de médio e grave potencial ofensivo.**

**e) O juiz poderá, apenas a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema de medidas cautelares diversas da prisão.

A alternativa A está incorreta. A medida cautelar, em caso de descumprimento, não necessariamente exige a audiência de custódia. Em geral, o juiz pode adotar medidas menos gravosas dependendo da situação, e a audiência de custódia é mais comum em casos de prisão;

A alternativa B está incorreta. A necessidade para aplicação da medida cautelar não se resume à necessidade para a investigação ou à instrução criminal e ao flagrante delito. As medidas cautelares também se baseiam nas necessidades de garantir o processo e evitar a reiteração criminosa, entre outras razões. O art. 312 do CPP trata da necessidade de prisão preventiva, explicando que a medida é justificada pela garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal, ou evitar a prática de novas infrações. Embora o artigo trate especificamente da prisão preventiva, o conceito de "necessidade" para a aplicação de medidas cautelares é uma base geral para outras medidas;

A alternativa C está correta. A medida cautelar deve ser aplicada de acordo com a gravidade do crime, as circunstâncias do fato e as condições pessoais do acusado, conforme determina o art. 319 do CPP;

A alternativa D está incorreta. As medidas cautelares podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, mas não dependem da classificação da infração como de menor, médio ou grave potencial ofensivo. Isso não limita a aplicação das medidas cautelares;

A alternativa E está incorreta. O juiz pode revogar ou substituir as medidas cautelares, mas isso não se dá "apenas a pedido das partes". O juiz pode decidir de ofício, caso verifique a falta de motivo para a continuidade da medida.

### **QUESTÃO 71. O instituto da compensação penal no âmbito da execução de penas privativas de liberdade**

**a) foi construído no âmbito da Criminologia Crítica como dever estatal de reparar as penas ilícitas.**

**b) não estabelece dever estatal de reparar pela via penal, considerando tratar-se de matéria criminal, restando ao lesado a propositura de ação civil de danos.**

**c) permite, por intermédio de recálculo do procedimento de dosimetria de pena, a reparação por penas cumpridas em condições de superlotação, desumanas ou degradantes.**

**d) foi utilizado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso brasileiro Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, sem ter sido aventado em outros casos.**

**e) possui previsão expressa na Lei de Execução Penal Brasileira, aplicado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema compensação penal.

A alternativa A está correta. Zaffaroni e Roig defendem que a pena seja mensurada de maneira qualitativa, ou seja, considerando as variações de qualidade sofridas pela privação de liberdade ou pela pena durante o seu curso -, de modo que "ao traduzir-se [a pena] em um castigo mais gravoso, deve ser objeto de redução compensatória.";

A alternativa B está incorreta. A Lei de Execuções Penais prevê os denominados excessos e desvios de execução no Art. 185: "Haverá excesso ou desvio de execução sempre que algum ato for praticado além dos limites fixados na sentença, em normas legais ou regulamentares." que deverá ser apurado por via incidental pelo juízo criminal.";

A alternativa C está incorreta. Não se trata de recálculo na dosimetria da pena e sim possibilidades de redução do tempo de cumprimento da pena já estabelecida.

A alternativa D está incorreta. De fato a compensação na execução penal foi instituída pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso brasileiro Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, mas não somente neste, como também no Centro Penitenciário de Curado Prof. Aníbal Bruno, no qual a CIDH determinou que: “Não ingressem novos presos, e nem se efetuem traslados dos que estejam ali alojados para outros estabelecimentos penais, por disposição administrativa; Computar em dobro cada dia de privação de liberdade cumprido no Complexo de Curado, para todos que não sejam acusadas de crimes contra a vida ou a integridade física, ou de crimes sexuais, ou não tenham sido por eles condenadas; O cômputo em dobro se aplica para aqueles que venham a ser trasladados por ordem judicial ou que tenham deixado o Complexo de Curado, em tudo o que se refere ao tempo em que nele tenham permanecido; Organize equipe criminológica o prognóstico de conduta, com base em indicadores de agressividade dos acusados de crimes contra a vida e a integridade física, ou de crimes sexuais, ou por eles condenados para, com base nos resultados, avaliar a conveniência ou inconveniência do cômputo em dobro”;

A alternativa E está incorreta. A compensação penal, da forma como trabalhada pela CIDH, encontra amparo nas normas de direito internacional, tais como as Regras de MAndela e o Pacto de San José da Costa Rica. A LEP traz alguns institutos como a graça, o indulto e a anistia, porém esta situação, na qual se configura excesso de execução de acordo com a situação dos presídios não encontra previsão legal.

**QUESTÃO 72. João, não reincidente, respondendo ao processo criminal em liberdade, restou condenado a uma pena de 6 anos de reclusão, em regime semiaberto, pelo delito de furto qualificado mediante fraude. Enquanto aguarda o trânsito em julgado, João quer saber de seu defensor público sobre a sua situação. Nesse caso, ele deverá ser informado que**

**a) mesmo tendo de ser intimado previamente à expedição do mandado de prisão, conforme Resolução CNJ 474/2022, no seu caso, não se observará a Súmula Vinculante no 56.**

**b) transitada em julgado a condenação ao cumprimento da pena em regime semiaberto ou aberto, ele será intimado para dar início ao cumprimento da pena, previamente à expedição do mandado de prisão, segundo determina a Resolução CNJ 474/2022.**

**c) deverá se apresentar imediatamente a Colônia Agrícola, Industrial ou Similar, considerando ter sido condenado a regime inicial semiaberto, sob pena de expedição de mandado de prisão.**

**d) deve se apresentar para dar início ao cumprimento da sua pena, de forma imediata, já que a Resolução CNJ 474/2022 só se aplica ao regime aberto.**

**e) por sua condenação ser em regime semiaberto, a Resolução CNJ 474/2022 não se aplica.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema execução provisória da pena.

A alternativa A está incorreta. Conforme prevê o Art. 23 da Resolução CNJ no 417/2021 alterado pela Resolução CNJ 474/2022 : “Transitada em julgado a condenação ao cumprimento de pena em regime semiaberto ou aberto, a pessoa condenada será intimada para dar início ao cumprimento da pena, previamente à expedição de mandado de prisão, sem prejuízo da realização de audiência admonitória e da observância da Súmula Vinculante no 56.” A súmula vinculante 56 por sua vez prevê que: “A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS.”;

A alternativa B está correta. É o que diz a Resolução CNJ 474/2022, conforme transcrito na alternativa A.

A alternativa C está incorreta. A expedição de mandado de prisão será realizada previamente, conforme dispõe a Resolução CNJ 474/2022.

A alternativa D está incorreta. A Resolução CNJ 474/2022 se aplica ao regime semiaberto ou aberto e não somente ao semiaberto conforme a proposição.

A alternativa E está incorreta. A Resolução CNJ 474/2022 se aplica ao regime semiaberto ou aberto.

### **QUESTÃO 73. Sobre o livramento condicional, é correto afirmar:**

**a) O Juiz não poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando da concessão do livramento condicional.**

**b) A prática de crime anterior à concessão do livramento condicional desencadeia a perda do período de prova.**

**c) A prática de crime no curso do período de prova importará no reconhecimento inevitável de falta disciplinar de natureza grave, conforme artigo 52 da LEP.**

**d) Está sujeito à aceitação por parte da pessoa apenada das condições fixadas pelo Juízo e sua concessão não pode ocorrer de ofício.**

**e) O período de prova está sujeito à limitação temporal nos termos do art. 75 do Código Penal, que na atual redação fixa o cumprimento máximo de pena no Brasil em quarenta anos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema livramento condicional.

A alternativa A está incorreta. Conforme dispõe a LEP no artigo Art. 132:” Deferido o pedido, o Juiz especificará as condições a que fica subordinado o livramento. § 2º Poderão ainda ser impostas ao liberado condicional, entre outras obrigações, as seguintes: e) utilizar equipamento de monitoração eletrônica.”;

A alternativa B está incorreta. Não se terá neste caso a perda do período de prova, conforme dispõe a LEP no artigo Art. 141: “Se a revogação for motivada por infração penal anterior à vigência do livramento, computar-se-á como tempo de cumprimento da pena o período de prova, sendo permitida, para a concessão de novo livramento, a soma do tempo das 2 (duas) penas.”;

A alternativa C está incorreta. A prática de crime doloso é considerada falta grave, conforme artigo 52 da LEP, logo, caso seja cometido crime culposos não se configurará a falta: “A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características [...]”;

A alternativa D está incorreta. O livramento condicional pode ser concedido de ofício, conforme dispõe o Art. 131 da LEP: “O livramento condicional poderá ser concedido pelo Juiz da execução, presentes os requisitos do artigo 83, incisos e parágrafo único, do Código Penal, ouvidos o Ministério Público e Conselho Penitenciário;

A alternativa E está correta. Conforme decidido pelo STJ no julgamento do REsp 1.922.012/RS “Uma vez concedido o livramento condicional, sua duração deve corresponder ao tempo restante da pena privativa de liberdade a ser cumprida. Esse período não pode exceder o limite de cumprimento de pena previsto no artigo 75 do Código Penal.”.

**QUESTÃO 74. Em inspeção realizada junto a uma unidade prisional de regime fechado, localizada na Comarca onde atua a Defensora Pública Juliana, há a constatação de uma série de irregularidades. O estabelecimento inspecionado encontra-se 200% acima da sua capacidade de engenharia, o que sobrecarrega a rede hidráulica e elétrica, há escassez na entrega de kits de higiene. Em entrevista realizada, os privados de liberdade relatam que a alimentação é insuficiente, além de, algumas vezes, apresentar azedume e ser servida com insetos. Não há equipe de saúde na unidade, sendo escasso o quadro de servidores no local. Nesse caos, enquanto órgão de execução penal, a Defensora Pública Juliana:**

**a) Deverá tomar medidas judiciais diversas do requerimento de interdição do estabelecimento, já que a atuação da Defensoria Pública como órgão de execução penal abrange medidas de âmbito jurisdicional, não administrativo.**

**b) Deverá relatar ao Juízo o inspecionado, cingindo sua atuação aos processos executivos e aos incidentes de execução de forma individual.**

**c) Deverá solicitar ao Juízo competente a interdição do estabelecimento prisional, dentre outras medidas possíveis.**

**d) Deverá relatar ao Juízo o inspecionado, sem que lhe seja dado requerer a interdição do estabelecimento prisional, mas requerendo que o Juízo tome as medidas que entender cabíveis.**

**e) Ao conversar com uma pessoa privada de liberdade nesta inspeção, se constatar situação de desassistência ou de desídia por parte de seu advogado, deverá contatá-lo, mas não poderá tomar diretamente medidas para fazer cessar a vulnerabilidade enfrentada.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata dos temas desvio e excesso de execução.

A alternativa A está incorreta. A atuação da Defensoria Pública abrange também o âmbito administrativo. Conforme disposto na Constituição Federal no Art. 134: “A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.” A LEP prevê expressamente a atuação da Defensoria no âmbito administrativo, conforme previsto no Art. 81-B da LEP “Incumbe, ainda, à Defensoria Pública: III - interpor recursos de decisões proferidas pela autoridade judiciária ou administrativa durante a execução.”;

A alternativa B está incorreta. Se trata de demanda coletiva, considerado o Estado de Coisas Inconstitucional, conceito este já reconhecido pelo STF, na ADPF 347: “ O Estado de Coisas Inconstitucional ocorre quando verifica-se a existência de um quadro de violação generalizada e sistêmica de direitos fundamentais, causado pela inércia ou incapacidade reiterada e persistente das autoridades públicas em modificar a conjuntura, de modo que apenas transformações estruturais da atuação do Poder Público e a atuação de uma pluralidade de autoridades podem modificar a situação inconstitucional.” a atuação da Defensoria em demandas coletivas está prevista no Art. 81-A da LEP “ A Defensoria Pública velará pela regular execução da pena e da medida de segurança, oficiando, no processo executivo e nos incidentes da execução, para a defesa dos necessitados em todos os graus e instâncias, de forma individual e coletiva.”;

A alternativa C está correta. Constatadas as condições desumanas caberá o pedido de interdição do estabelecimento penal por violação ao princípio da dignidade humana;

A alternativa D está incorreta. A Defensoria Pública possui legitimidade ativa para o pedido de interdição, conforme dispõe o Art. 81-B da LEP “Incumbe, ainda, à Defensoria Pública: I - requerer: VI - requerer à autoridade competente a interdição, no todo ou em parte, de estabelecimento penal.”;

A alternativa E está incorreta. A Defensoria Pública tem legitimidade para assumir a defesa quando o acusado se encontrar em situação de desamparo jurídico, considerando-se o princípio do devido processo legal. Dispõe a LEP no Art. 81-A “A Defensoria Pública velará pela regular execução da pena e da medida de segurança, oficiando, no processo executivo e nos incidentes da execução, para a defesa dos necessitados em todos os graus e instâncias, de forma individual e coletiva.”.

**QUESTÃO 75. Francisco foi condenado em dois processos diferentes. No primeiro, como incurso nas sanções do artigo 33, §4º, da Lei de Drogas, e no segundo, no artigo 33, caput, da Lei no 11.343/2006. Somente o segundo delito foi praticado após a entrada em vigor do Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019) e foi configurada a reincidência na segunda condenação em face da primeira. Não há outras condenações. Para progredir de regime, Francisco deverá cumprir, além do requisito subjetivo,**

- a) 20% da condenação de tráfico minorado e 60% da pena do crime de tráfico de drogas.
- b) 40% de ambas as condenações.
- c) 60% de ambas as condenações, em face da reincidência.
- d) 1/6 da condenação do tráfico minorado e 40% da pena do crime de tráfico de drogas.
- e) 1/6 da condenação de tráfico minorado e 60% da pena do crime de tráfico de drogas.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema progressão de regime.

A alternativa A está incorreta. A condenação anterior pelo crime de tráfico será regulada pelos percentuais previstos antes da entrada em vigor do pacote anticrime;

A alternativa B está incorreta. A condenação pelo crime praticado antes do pacote anticrime deverá seguir o prazo de progressão anterior, pelo princípio da irretroatividade da lei penal que não seja em benefício do réu;

A alternativa C está incorreta. Não se considera no caso concreto a reincidência, pois para fins de cálculo na progressão de regime esta necessita ser específica, logo, praticados dois crimes distintos, ainda que tipificados pelo mesmo artigo, não se aplica o percentual da reincidência.

A alternativa D está correta. Aplicar-se-á o percentual de 1/6 correspondente ao crime anterior e o de 40 % referente ao crime praticado posteriormente à entrada em vigor do pacote anticrime, conforme prevê a LEP, art. 112 V: “40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário.”. Conforme decidido pelo STJ no julgamento do HC 581.315-PR: “Ocorre que a atual redação do art. 112 revela que a situação ora em exame (condenado por crime hediondo com resultado morte, reincidente não específico) não foi contemplada na lei nova. Nessa hipótese, diante da ausência de previsão legal, o julgador deve integrar a norma aplicando a analogia in bonam partem.”;

A alternativa E está incorreta. A proposição se mostra incorreta, pois o percentual de 60% somente se aplica em caso de reincidência específica, conforme prevê a LEP no artigo 112, VII : 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado;

### QUESTÃO 76. Sobre a aplicação da lei penal, é correto afirmar:

a) No caso de genocídio praticado no exterior, por se tratar de crime de interesse da humanidade e em nome dos princípios da justiça universal e da extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei brasileira para a hipótese de o autor do delito, mesmo sendo estrangeiro, ter domicílio no Brasil.

**b) No crime de estelionato tentado praticado no estrangeiro, estando a vítima em solo brasileiro, não haverá crime a ser perseguido no Brasil, na hipótese de não haver efetivo prejuízo ao ofendido, sendo que se aplica, nesse caso, a teoria da atividade para se fixar o lugar do delito.**

**c) Na hipótese dos crimes omissivos impróprios, considera-se praticado o delito no momento do resultado, uma vez que a omissão para essa modalidade de delito necessita de resultado material para ser punível.**

**d) O surgimento de lei penal que determina a abolição de um crime ocasiona a cessação dos efeitos penais, administrativos e civis decorrentes da condenação pelo delito abolido, salvo se eventual indenização em favor da vítima já tenha sido fixada em sentença irrecorrível.**

**e) De acordo com o Código Penal, nas hipóteses de crimes cometidos no exterior contra a administração pública, por quem está a seu serviço ou por particular, o agente não poderá ser punido segundo a lei brasileira, caso seja absolvido no país de cometimento do delito, desde que tenha sido garantido, no processamento da ação estrangeira, o devido processo legal.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a letra A. A questão versa sobre o tema Extraterritorialidade Incondicionada, art. 7º, inc. I, “d,” do CP.

A alternativa A está correta, pois o Código Penal prevê que ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil. No caso, a questão deixa claro que o genocida embora não seja brasileiro, tem domicílio no Brasil, o que atrai a lei brasileira. Trata-se da chamada extraterritorialidade incondicionada, prevista no art. 7º, inc. I, “d,” do CP.

A alternativa B está incorreta, pois este estelionato será julgado e processado no Brasil. Ora, a vítima reside em solo brasileiro.

A alternativa C está incorreta, pois nos crimes omissivos impróprios, considera-se praticado o delito no momento da ação (art. 4º do CP). Nos crimes omissivos impróprios há uma violação a um dever específico de agir, no qual se demanda uma norma de extensão (art. 13, §2º, do Código Penal), o garantidor responderá pelo resultado.

A alternativa D está incorreta, pois a abolitio criminis apaga somente os efeitos penais da infração penal, conforme art. 2º do CP: “Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória”. Portanto, os efeitos administrativos e civis não são extintos.

A alternativa E está incorreta, pois ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a administração pública, por quem está a seu serviço. Trata-se da chamada extraterritorialidade incondicionada, prevista no art. 7º, inc. I, “c,” do CP. Nestes casos, o agente é punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro, conforme §1º, do art. 7º, CP.

#### QUESTÃO 77. Sobre conduta punível:

a) O agente que comete o crime de roubo e que restitui a coisa antes do recebimento da denúncia, caso não tenha a vítima sido ferida e sendo de pequeno valor o objeto material da subtração, terá sua pena reduzida de um a dois terços.

b) Pela teoria da imputação objetiva, na qual o nexo de causalidade é relativizado, o agente que vende arma de fogo, de forma legal, pode ser responsabilizado criminalmente por homicídio posterior praticado com o objeto adquirido, caso se comprove que sabia da intenção homicida do comprador, visto que assumiu um risco juridicamente relevante ao vender o artefato, por saber da pretensão ilegal do adquirente.

c) Nos crimes por omissão impróprios, a responsabilização pela conduta omissiva penalmente relevante é afastada quando o omitente tem o dever de cuidado, mas sua conduta é culposa.

d) Na análise da relação de causalidade entre a conduta e o resultado, havendo superveniência de causa relativamente independente que por si só produziu o resultado, exclui-se a imputação, mas o agente responde pelos fatos anteriores praticados.

e) Os crimes omissivos próprios permitem o fracionamento da conduta e admitem a tentativa.

#### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre o tema relação de crime de roubo, imputação objetiva.

A alternativa A está incorreta, pois o instituto do arrependimento posterior, causa de diminuição de pena do art. 16 do CP, não pode ser aplicado nas infrações cometidas com violência e grave ameaça. No caso a questão narrou o crime de roubo, portanto incabível a aplicação deste instituto.

A alternativa B está incorreta, porque o nexo de causalidade não é relativizado para a teoria da imputação objetiva, portanto o agente que vende arma de fogo, de forma legal, não pode ser responsabilizado criminalmente.

A alternativa C está incorreta nos crimes por omissão impróprios, a responsabilização pela conduta omissiva penalmente relevante não é afastada quando o omitente tem o dever de cuidado, ainda que sua conduta seja culposa.

A alternativa D está correta, pois havendo superveniência de causa relativamente independente que por si só produziu o resultado, exclui-se a imputação, mas o agente responde pelos fatos anteriores praticados, segundo o art. 13 do CP.

A alternativa E está incorreta, pois é pacífico na doutrina e na jurisprudência que os crimes omissivos próprios não permitem o fracionamento da conduta e por isso não admitem a tentativa.

#### QUESTÃO 78. A respeito da pena criminal e da extinção da punibilidade:

a) De acordo com o Código Penal, nos crimes violentos contra adolescentes o prazo prescricional da pretensão punitiva começará a correr do dia em que os responsáveis legais tomarem ciência do delito.

b) O trabalho do apenado que cumpre pena no regime fechado deverá ser remunerado, no mínimo, por um salário mínimo nacional, mas esse preso, diferentemente daquele que cumpre pena no regime semiaberto, não terá garantidos os benefícios da previdência social, mesmo que tenha ele contribuído com o INSS até o ingresso no sistema prisional.

c) O Código Penal prevê os regimes aberto e semiaberto para os delitos apenados com detenção, mas consigna para esse tipo de pena, expressamente, a possibilidade de fixação do regime fechado no caso de necessidade de transferência para tal regime.

d) A pena privativa de liberdade pode ser suspensa no caso de superveniência de doença mental do condenado, o que não ocorre com a pena de multa, que deve correr ininterruptamente até se alcançar o prazo prescricional.

e) A sentença penal condenatória transitada em julgado por fato anterior ao novo crime praticado no Brasil, no caso de ser proferida no exterior, não poderá ser considerada para se reconhecer a reincidência, pelo princípio da territorialidade.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata das penas privativas de liberdade do art. 33 do CP.

A alternativa A está incorreta, pois o prazo prescricional, nos crimes que envolvam violência contra a criança e o adolescente, começa a correr da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal, conforme art. 111, inc. V, CP.

A alternativa B está incorreta, pois o trabalho do preso será sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social, conforme Art. 39 do CP.

A alternativa C está correta, pois a pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado, conforme art. 33 do CP.

A alternativa D está incorreta, porque é suspensa a execução da pena de multa, se sobrevém ao condenado doença mental, com fulcro no art. 52 do CP.

A alternativa E está incorreta, porque a reincidência ocorre quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior, conforme art. 63 do CP.

### QUESTÃO 79. No que toca à teoria do erro no Direito Penal:

a) A aferição da culpa na análise do erro não tem relevância legal para se verificar a incidência, ou não, das discriminantes putativas, uma vez que o erro de tipo se trata de instituto que não permite a punição para delitos culposos.

b) O erro de tipo incide sobre aspectos objetivos do tipo penal principal, mas também sobre a figura qualificada do crime e agravantes.

c) O erro de tipo não ocorre nos crimes omissivos impróprios.

d) O terceiro que determina o erro de tipo não responde pelo crime, salvo se comprovada a previsibilidade da conduta do autor do delito.

e) O erro de proibição, no caso dos delitos omissivos próprios, exclui a tipicidade da ação, pois ausente o dolo na conduta.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre o erro de tipo, previsto no art. 20 do CP.

A alternativa A está incorreta, pois o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei, conforme art. 20 do CP. Erro de tipo ocorre quando há falsa percepção da realidade fática e pode ser punido quando há culpa, se previsto o crime culposo para aquele caso.

A alternativa B está correta, pois o erro de tipo incide não somente sobre aspectos objetivos do tipo penal principal, mas também sobre a figura qualificada do crime e agravantes. O erro de tipo é a falsa percepção da realidade acerca dos elementos constitutivos do tipo penal. Extrai-se essa conclusão do art. 20, *caput*, do CP, que somente menciona os elementares. Para Damásio E. de Jesus, o erro de tipo é o que incide sobre elementares e circunstâncias da figura típica tais como qualificadoras e agravantes genéricas.

A alternativa C está incorreta, porque pode ocorrer o erro de tipo em crimes omissivos impróprios. A omissão imprópria, prevista no art. 13, § 2º, CP, pode ser verificada quando o agente tem o dever de agir, mas nada faz para evitá-lo. No erro de tipo em crime omissivo impróprio, o agente, por falsa percepção da realidade, não se dá conta que deve agir em determinada situação.

A alternativa D está incorreta, porque o terceiro que determina o erro responde pelo crime, conforme art. 20, §2º, CP.

A alternativa E está incorreta, porque o erro de proibição, no caso dos delitos omissivos próprios, não exclui a tipicidade da ação, pois não é ausente o dolo.

### QUESTÃO 80. Sobre o concurso de pessoas:

a) A autoria colateral é uma forma de concurso de agentes que se caracteriza pela unidade de desígnios, mas cada autor do fato responderá pelo crime levando-se em conta suas condições pessoais.

**b) Os crimes omissivos próprios não admitem participação.**

**c) A autoria mediata é uma forma de concurso de pessoas, caracterizada pela unidade de desígnios, e acarreta a punição de ambos os agentes, sendo que o autor imediato responderá pelo crime apenas a título de culpa, se houver previsão de tal espécie de delito.**

**d) Os crimes plurissubjetivos exigem a utilização da norma de extensão prevista no art. 29 do Código Penal para a configuração do concurso de agentes.**

**e) A cooperação dolosamente distinta é uma exceção à teoria unitária, que foi adotada pelo Código Penal para explicar as responsabilidades dos autores e partícipes.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão versa sobre Concurso de Pessoas.

A alternativa A está incorreta, pois a autoria colateral ocorre quando duas ou mais pessoas querem cometer o mesmo crime e agem ao mesmo tempo sem que uma saiba da intenção da outra, sem que haja liame subjetivo entre elas. Portanto, não há falar em concurso de agentes nesse caso.

A alternativa B está incorreta, porque, segundo doutrina majoritária, os crimes omissivos próprios admitem participação.

A alternativa C está incorreta, pois na autoria mediata o agente serve-se de pessoa sem discernimento ou que esteja com percepção errada da realidade para executar para ele o delito. O executor é utilizado como instrumento por atuar sem vontade ou sem consciência do que está fazendo e, por isso, só responde pelo crime o autor mediato. Não existe concurso de agentes entre o autor mediato e o executor impúnível. Não há coautoria ou participação nesses casos.

A alternativa E está correta, eis que a cooperação dolosamente distinta é uma exceção à teoria unitária, que foi adotada pelo Código Penal para explicar as responsabilidades dos autores e partícipes, conforme previsto no art. 30 do CP.

### **QUESTÃO 81. Sobre os efeitos relevantes da condenação criminal:**

**a) Os instrumentos utilizados para a prática de crimes por organizações criminosas e milícias deverão ser declarados perdidos em favor da União ou do Estado, dependendo da Justiça onde tramita a ação penal, desde que ponham em perigo a segurança das pessoas, a moral ou a ordem pública, e ofereçam sério risco de ser utilizados para o cometimento de novos crimes.**

**b) De acordo com o Código Penal, na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 8 anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, da totalidade dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio da família do condenado, caso comprovado o envolvimento do núcleo familiar com o delito, e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.**

c) A previsão da perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso teve sua constitucionalidade questionada junto ao Supremo Tribunal Federal, que julgou parcialmente procedente o pedido formulado na inicial de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

d) Segundo o Código Penal, na hipótese de se declarar a perda de bens ou valores na sentença, havendo dúvidas no momento da prolação da decisão, a apuração e especificação dos itens declarados perdidos deverá ser realizada em procedimento complementar, depois do trânsito em julgado da decisão condenatória.

e) Pelo Código Penal, a incapacidade para o exercício do poder familiar nos crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão ou detenção cometidos contra filho é um dos efeitos automáticos da sentença condenatória, não havendo necessidade de ser declarada no julgado.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre os efeitos da condenação, art. 91 e 92 do CP.

A alternativa A está incorreta, pois contraria texto expresso do art. 92-A, §5º, do CP. Vejamos: “§ 5º Os instrumentos utilizados para a prática de crimes por organizações criminosas e milícias deverão ser declarados perdidos em favor da União ou do Estado, dependendo da Justiça onde tramita a ação penal, **ainda que não ponham** em perigo a segurança das pessoas, a moral ou a ordem pública, nem ofereçam sério risco de ser utilizados para o cometimento de novos crimes.

A alternativa B está incorreta, pois contraria a quantidade de pena máxima que deve ser superior a 6 anos. Vejamos: Art. 92-A do CP: Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.

A alternativa C está correta, pois o Supremo Tribunal Federal julgou parcialmente procedente o pedido formulado na inicial de arguição de descumprimento de preceito fundamental (569) que questionava a previsão da perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso. Vejamos a decisão: “Diante de todo o exposto, CONCEDO A MEDIDA CAUTELAR postulada na presente ADPF, ad referendum do Plenário, para, com base no art. 5º, § 3º, da Lei 9.882/1999, DETERMINAR que os valores ou bens provenientes dos efeitos da condenação criminal ou de acordos observem os estritos termos do art. 91 do Código Penal, do inciso IV do art. 4º da Lei 12850/13 e do inciso I do art. 7º da Lei 9613/98; CABENDO À UNIÃO a destinação de valores referentes a restituições, multas e sanções análogas decorrentes de condenações criminais, colaborações premiadas ou outros acordos realizados, desde que não haja vinculação legal expressa e ressalvado o direito de demais entidades lesadas; VEDANDO-SE que seus montantes sejam distribuídos de maneira vinculada, estabelecida ou determinada pelo Ministério Público, por termos de acordo firmado entre este e o responsável pagador, ou por determinação do órgão jurisdicional em que tramitam esses procedimentos.”

A alternativa D está incorreta, pois não há essa previsão no Código Penal.

A alternativa E está incorreta, pois contraria texto do CP, o qual prevê a perda do poder familiar nos casos de condenação em crimes somente com pena de reclusão. Vejamos: Art. 92, inc. II, CP: a incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela nos crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão cometidos contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar, contra filho, filha ou outro descendente, tutelado ou curatelado, bem como nos crimes cometidos contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A deste Código.

**QUESTÃO 82.** Dois agentes ingressam em uma agência bancária, ambos portando armas de fogo, e subtraem, mediante grave ameaça, todo o dinheiro existente no caixa. Logo após, na saída do banco, ao se depararem com uma guarnição policial composta por dois policiais, para garantirem o sucesso da empreitada criminosa, efetuam disparos de arma de fogo contra estes, visando atingi-los intencionalmente, o que não ocorre por erro de pontaria, e acabam sendo presos em flagrante. Condenados por latrocínio tentado, em concurso formal impróprio, as instâncias ordinárias aplicaram o cúmulo material na fixação da dosimetria. Em irresignação defensiva para as Cortes Superiores, observada a jurisprudência consolidada sobre o tema no âmbito do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, as condenações acima explicitadas deverão ser:

a) desclassificadas para o crime único de latrocínio tentado.

b) mantidas, pois a decisão das instâncias ordinárias está em consonância com a jurisprudência dominante.

c) desclassificadas para o crime de tentativa de roubo qualificado seguido do crime de homicídio qualificado.

d) desclassificadas para o crime de roubo qualificado consumado seguido do crime de resistência.

e) desclassificadas para o crime de latrocínio tentado em concurso formal próprio.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre o crime de latrocínio.

A alternativa A está correta, pois ocorreu somente um único crime de latrocínio tentado, pois foi atingido somente um patrimônio. O Supremo Tribunal Federal tem afastado o concurso formal impróprio, e reconhecido a ocorrência de crime único de latrocínio, nas situações em que, embora o animus necandi seja dirigido a mais de uma pessoa, apenas um patrimônio tenha sido atingido. Por isso, as condenações devem ser desclassificadas para o crime único de latrocínio tentado. (Informativo 789/2023 do STF)

**QUESTÃO 83.** Relativamente aos homicídios de trânsito com dolo eventual, consumados ou tentados, à luz da jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

**a) A condução do veículo em velocidade acima da permitida para a via, aliada à embriaguez ao volante, é suficiente à dedução de que o agente agiu com dolo eventual.**

**b) O dolo eventual é incompatível com a tentativa de homicídio praticada na direção de veículo automotor.**

**c) A comprovação da embriaguez do motorista, conjugada com a tentativa de fuga do local do acidente, são circunstâncias que, por si só, autorizam o reconhecimento de dolo eventual em homicídio decorrente de acidente automobilístico.**

**d) A qualificadora do meio cruel é compatível com o dolo eventual em homicídio praticado na direção de veículo automotor.**

**e) A qualificadora do recurso que dificulta a defesa do ofendido não é compatível com o dolo eventual em homicídio decorrente de acidente automobilístico.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre homicídio no CTB.

A alternativa A está incorreta, pois a jurisprudência do STJ é firme no sentido que a condução do veículo em velocidade acima da permitida para a via, aliada à embriaguez ao volante, não é motivo suficiente à dedução de que o agente agiu com dolo eventual (AgRg no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1991574 – SP).

A alternativa B está incorreta, porque o dolo eventual não é incompatível com a tentativa de homicídio praticada na direção de veículo automotor, conforme entendimento assente do STJ: “No que concerne à alegada incompatibilidade entre o dolo eventual e o crime tentado, tem-se que o Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência no sentido de que “a tentativa é compatível com o delito de homicídio praticado com dolo eventual, na direção de veículo automotor”. (AgRg no REsp 1322788/SC, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 18/06/2015, Documento: 92122838 - Despacho / Decisão - Site certificado - DJe: 15/02/2019 Página 6de 9 DJe 03/08/2015).”

A alternativa C está incorreta, pois segundo STJ a embriaguez do motorista, de forma isolada, não caracteriza dolo eventual em acidente com morte. A embriaguez do motorista, sem o acréscimo de outras peculiaridades que ultrapassem a violação do dever de cuidado objetivo, inerente ao tipo culposo, não pode servir como única premissa para a afirmação de dolo eventual (Resp 1689173).

A alternativa D está correta, pois no REsp 1.829.601, a Sexta Turma do STJ reconheceu a compatibilidade entre o dolo eventual e a qualificadora de meio cruel no crime de homicídio na direção de veículo.

A alternativa E está incorreta, pois o STJ a qualificadora do recurso que dificulta a defesa do ofendido é compatível com o dolo eventual em homicídio decorrente de acidente automobilístico, conforme decisão do STJ no HC 760904-MS.

**QUESTÃO 84. Considerando-se as decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de recursos especiais selecionados como repetitivos envolvendo delitos de furto, é INCORRETO afirmar:**

**a) A existência de sistema de segurança ou de vigilância eletrônica não torna impossível, por si só, o crime de furto cometido no interior de estabelecimento comercial.**

**b) A restituição imediata e integral do bem furtado não constitui, por si só, motivo suficiente para a incidência do princípio da insignificância.**

**c) A causa de aumento prevista no § 1º do art. 155 do Código Penal (prática do crime de furto no período noturno) não incide no crime de furto na sua forma qualificada (§ 49).**

**d) Para a incidência da causa de aumento de pena previsto § 1º do art. 155 do Código Penal, é irrelevante o fato de estarem ou não as vítimas dormindo no momento do crime, mas a referida causa de aumento de pena não se aplica aos crimes praticados em residências desabitadas, estabelecimentos comerciais ou vias públicas.**

**e) Consuma-se o crime de furto com a posse de fato da res furtiva, ainda que por breve espaço de tempo e seguida de perseguição ao agente, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desviada.**

### **Comentários**

A alternativa a ser marcada é a **letra D**, a única incorreta. A questão versa sobre crime de furto e entendimentos jurisprudenciais.

A alternativa A está correta, eis que é a previsão da súmula 567 do STJ: “Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.”

A alternativa B está correta, pois a restituição imediata e integral do bem furtado não constitui, por si só, motivo suficiente para a incidência do princípio da insignificância, segundo entendimento do STJ. “A restituição imediata e integral do bem furtado não constitui, por si só, motivo suficiente para a incidência do princípio da insignificância.” (STJ. 3ª Seção. REsp 2.062.095-AL e REsp 2.062.375-AL, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 25/10/2023 - (Recurso Repetitivo – Tema 1205) (Info 793).

A alternativa C está correta, pois a causa de aumento prevista no § 1º do art. 155 do Código Penal (repouso noturno) não incide no crime de furto na sua forma qualificada (art. 155, §4º), conforme entendimento do STJ exposto na tese 1087.

A alternativa D está incorreta, pois a causa de aumento do repouso noturno do § 1º do art. 155 do Código Penal se aplica aos crimes praticados em residências desabitadas, estabelecimentos comerciais ou vias públicas, conforme entendimento do STJ, acórdão 1197783.

A alternativa E está correta, conforme entendimento da Súmula 582 do STJ. Vejamos: Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem, mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda

que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.”

**QUESTÃO 85. Segundo a jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça sobre o crime de tráfico de drogas, é correto afirmar:**

**a) a quantidade de droga apreendida no crime de tráfico que foi utilizada à exasperação da pena-base pode também ser invocada na modulação da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006.**

**b) o fato do agente atuar como mera "mula" do tráfico de droga, não havendo prova de que integre organização criminosa, justifica a aplicação do privilégio previsto no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 em sua fração legal máxima.**

**c) é vedada a utilização de inquéritos e/ou ações penais em curso para impedir a aplicação do art. 33, §4º, da lei 11.343/06, mas condenação transitada em julgado antes da sentença por fato posterior, ainda que não caracterizada a reincidência, pode ser considerada como maus antecedentes a impedir a referida minorante.**

**d) para ensejar a aplicação de causa de aumento de pena prevista no art. 40, VI, da Lei nº 11.343/2006 ou a condenação pela prática do crime previsto no art. 244-B da Lei nº 8.069/1990, a qualificação do menor deve, necessariamente, ser comprovada por meio do documento de identidade, do CPF ou de outro registro formal.**

**e) a majorante do art. 40, inciso IV, da Lei nº 11.343/2006 aplica-se quando há nexos finalístico entre o uso da arma e o tráfico de drogas, sendo a arma usada para garantir o sucesso da atividade criminosa, hipótese em que o crime de porte ou posse ilegal de arma é absorvido pelo tráfico.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da lei de drogas, 11.343/06.

A alternativa A está incorreta, porque a quantidade de droga apreendida no crime de tráfico que foi utilizada à exasperação da pena-base pode não pode ser invocada na modulação da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, para não configurar bis in idem, conforme decisão do STJ, AgRg no REsp n. 1.985.297/SP, relator Ministro João Otávio de Noronha, Quinta Turma, DJe de 6/4/2022.) Informativo 731.

A alternativa B está incorreta, porque o fato do agente atuar como mera "mula" do tráfico de droga, não havendo prova de que integre organização criminosa, não necessariamente justifica a aplicação do privilégio previsto no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 em sua fração legal máxima.

A alternativa C está incorreta, porque a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4.º, da Lei n. 11.343/06 constitui direito subjetivo do Acusado, caso presentes os requisitos legais, não sendo possível obstar sua aplicação com base em considerações subjetivas do juiz. É vedado ao magistrado instituir outros requisitos além daqueles expressamente previstos em lei para a sua

incidência, bem como deixar de aplicá-la se presentes os requisitos legais, conforme decisão do STJ, REsp n. 1.977.027/PR, relatora Ministra Laurita Vaz, Terceira Seção, julgado em 10/8/2022, DJe de 18/8/2022.

A alternativa D está incorreta, porque consoante estabelecido no Tema 1052 dos Recursos Repetitivos do STJ, a certidão de nascimento ou documento de identidade não são os únicos documentos aptos para a prova da menoridade, admitindo-se comprovação por outros, desde que dotados de fé pública e tragam a qualificação do menor e indicação de documento oficial de onde foram extraídos os dados. Acórdão 1793330, 07059658420218070009, Relatora: NILSONI DE FREITAS CUSTODIO, 3ª Turma Criminal, data de julgamento: 30/11/2023, publicado no PJe: 8/1/2024. Súmula 74 do STJ: "Para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu requer prova por documento hábil."

A alternativa E está correta, pois está em consonância com o entendimento do STJ. Vejamos: "A majorante do art. 40, inciso IV, da Lei n. 11.343/2006 aplica-se quando há nexos finalístico entre o uso da arma e o tráfico de drogas, sendo a arma usada para garantir o sucesso da atividade criminosa, hipótese em que o crime de porte ou posse ilegal de arma é absorvido pelo tráfico. Do contrário, o delito previsto no Estatuto do Desarmamento é considerado crime autônomo, em concurso material com o tráfico de drogas. "STJ. 3ª Seção. REsp 1.994.424-RS e REsp 2.000.953-RS, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgados em 27/11/2024 (Recurso Repetitivo - Tema 1259) (Info 835).

**QUESTÃO 86. O Secretário Municipal de Saúde, em determinado procedimento administrativo, delegou, por ato administrativo escrito e motivado, a servidor público de sua confiança, a competência para decidir sobre a concessão de determinadas licenças sanitárias. Após 2 meses, em razão de críticas de populares nas redes sociais, no sentido de que a prefeitura privilegiava grandes empresas, decidiu, motivadamente, avocar o procedimento em questão, e passou a revisar/revogar todos os atos decisórios até tão já praticados que envolviam apenas as empresas de grande porte. Nesse caso:**

**a) a avocação foi inválida, bem como os atos que revisaram todas as decisões que envolviam as empresas de grande porte.**

**b) se a revisão/revogação de atos decisórios for considerada ilegal, ter-se-á a repristinação dos atos administrativos anteriores.**

**c) a avocação é válida, pois inserida no âmbito discricionário do secretário de saúde. Dispensaria, inclusive, motivação expressa.**

**d) somente a delegação poderia ser objeto de controle jurisdicional, já que a avocação decorre naturalmente da hierarquia do cargo.**

**e) a delegação realizada pelo secretário municipal de saúde é inválida, pois não pode abranger atos administrativos de caráter vinculado, como a concessão de licenças sanitárias.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema ato administrativo, mais precisamente sobre “competência”, de acordo com a Lei 9.784/99.

A alternativa A está incorreta. A avocação foi válida, pois cumpriu os requisitos do artigo 15 da Lei 9.784/99: “Art. 15. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.”

A alternativa B está correta. Os atos revisados/revogados voltam a produzir efeitos por uma decorrência lógica da invalidação dos atos revisores/revogados. Se esses últimos foram praticados invalidamente, sua anulação opera efeitos retroativos, de modo que se deve retornar ao status quo anterior, que consistia na produção de efeitos dos atos revisados. Não se trata de revogação da revogação. Mas sim de anulação do ato revogador. Aplicando-se, pois, a retroatividade da anulação, a consequência necessária acaba sendo restabelecer os efeitos do ato revisado/revogado, o que a banca chamou de repristinação. De acordo com a doutrina: “A anulação do ato administrativo, seja qual for a espécie do vício verificado (sanável ou insanável), como regra geral (mas não sempre), retroage os seus efeitos à data da prática do ato. Daí ser correto dizer que a anulação produz efeitos ex tunc (retroativos). Assim, todos os efeitos produzidos pelo ato anulado serão desconstituídos, resguardados os efeitos individuais produzidos que beneficiaram terceiros de boa-fé.” (Curso Interativo de Direito Administrativo DPE-RS - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 7.7 - Extinção dos Atos Administrativos - Livro Digital Interativo).

A alternativa C está incorreta. A avocação requer motivação expressa, conforme art. 15 da Lei 9.784/99, já transcrito na explicação da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Tanto a delegação quanto a avocação são passíveis de controle jurisdicional, caso sejam ilegais. É este o entendimento geral do STJ acerca dos atos administrativos. Vejamos exemplo: “(...) 2. A discricionariedade administrativa não se encontra imune ao controle judicial, mormente diante da prática de atos que impliquem restrições de direitos dos administrados, como se afigura a eliminação de um candidato a concurso público, cumprindo ao órgão julgador reapreciar os aspectos vinculados do ato administrativo, a exemplo da competência, forma, finalidade, bem como a observância dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.” (STJ. 2ª Turma. AREsp 1.806.617-DF, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 01/06/2021).

A alternativa E está incorreta. Não há tal óbice. O artigo 13 da Lei 9.784/99 traz os atos que não podem ser objetivo de delegação, vejamos: “Art. 13. Não podem ser objeto de delegação: I - a edição de atos de caráter normativo; II - a decisão de recursos administrativos; III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.”

**QUESTÃO 87. Joana prestou concurso público no Município de Guarani das Missões para merendeira da rede municipal de ensino. O edital previa o total de 4 vagas, com cadastro de reserva, prazo de validade de 1 ano e cláusula de renovação por mais 1 ano. Joana se classificou em 6º lugar. Durante o prazo estabelecido para a validade do concurso, após nomear 5 candidatos aprovados, o prefeito municipal convidou Joana para uma reunião, na qual ofereceu cargo temporário de merendeira por 6 meses, alegando que houve demanda extraordinária imprevisível e que não poderia nomeá-la no concurso pois a prefeitura estava com dificuldades**

orçamentárias, em razão dos gastos decorrentes de uma calamidade pública (enchente). Joana assinou declaração recusando o cargo temporário de merendeira. Nesse caso:

a) se Joana tivesse aceitado o cargo temporário, não poderia questionar judicialmente a sua não nomeação pelo concurso público, pois configurado comportamento contraditório, além de concordância tácita com a decisão administrativa.

b) mesmo em situações excepcionalíssimas, como nos casos de impossibilidade orçamentária, a administração pública não pode deixar de nomear os candidatos aprovados dentro do número de vagas do edital no prazo estabelecido de validade do certame.

c) reconhece-se ao candidato aprovado em certame além das vagas previstas no edital uma expectativa de direito, que será convolada em direito adquirido à nomeação após a demonstração de preterição arbitrária e imotivada da administração, como no caso em que contratados servidores temporários para o mesmo cargo em quantidade que alcançaria a sua colocação no prazo do concurso.

d) como o edital previu a hipótese de cadastro de reserva, Joana tem direito à nomeação garantido, já que aprovada no referido cadastro.

e) o fato de Joana ter negado o cargo temporário, em declaração assinada, poderá ser utilizado como fundamento para não nomeá-la no concurso prestado, já que negou expressamente o exercício daquela função.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema agentes públicos, mais precisamente sobre concursos públicos.

As alternativas A e E estão incorretas. O aceite ou recusa de cargo temporário não influencia a nomeação em concurso público, nem configuram comportamento contraditório, tendo em vista que são vínculos distintos. O cargo temporário, como o próprio nome diz, é apenas por um período determinado, com cessação já prevista, conforme art. 37, IX, da CF: “IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;”. Já a nomeação para cargo público é provimento efetivo e, se cumprido o estágio probatório, confere estabilidade ao seu exercente. Conforme art. 41 da CF: “Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.”.

A alternativa B está incorreta. Nestes casos excepcionais, o STF já se pronunciou no sentido de que é possível a Administração Pública não nomear os candidatos. Vejamos: “(...)Para justificar o excepcionalíssimo não cumprimento do dever de nomeação por parte da Administração Pública, é necessário que a situação justificadora seja dotada das seguintes características: a) Superveniência: os eventuais fatos ensejadores de uma situação excepcional devem ser necessariamente posteriores à publicação do edital do certame público; b) Imprevisibilidade: a situação deve ser determinada por circunstâncias extraordinárias, imprevisíveis à época da publicação do edital; c) Gravidade: os acontecimentos extraordinários e imprevisíveis devem ser extremamente graves, implicando onerosidade excessiva, dificuldade ou mesmo impossibilidade de cumprimento efetivo das regras do edital; d) Necessidade: a solução drástica e excepcional de não cumprimento do dever de nomeação

deve ser extremamente necessária, de forma que a Administração somente pode adotar tal medida quando absolutamente não existirem outros meios menos gravosos para lidar com a situação excepcional e imprevisível. De toda forma, a recusa de nomear candidato aprovado dentro do número de vagas deve ser devidamente motivada e, dessa forma, passível de controle pelo Poder Judiciário. (...)”. (STF – Ministro Relator Gilmar Mendes - Recurso Extraordinário 598.099/MS).

A alternativa C está correta. Conforme Tema 784 de Repercussão Geral do STF: “O surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, não gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital, ressalvadas as hipóteses de preterição arbitrária e imotivada por parte da administração, caracterizada por comportamento tácito ou expresso do Poder Público capaz de revelar a inequívoca necessidade de nomeação do aprovado durante o período de validade do certame, a ser demonstrada de forma cabal pelo candidato. Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: I – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; II – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; III – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima.”

A alternativa D está incorreta. O candidato aprovado em concurso público fora do número de vagas previsto no Edital possui mera expectativa de direito, conforme fixou o STF no Tema 784 de Repercussão Geral, transcrito na justificativa da alternativa C.

**QUESTÃO 88. Sobre a responsabilidade no caso de acesso à informação, considere as assertivas abaixo.**

**I. A lei exclui expressamente a responsabilidade dos agentes militares com relação a condutas ilícitas previstas na lei de acesso à informação.**

**II. O agente público que fornecer informação incorreta, incompleta ou imprecisa, mesmo que culposamente, poderá ser responsabilizado na forma da lei.**

**III. Constitui ato ilícito que enseja responsabilidade do agente público ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa em prejuízo de terceiro.**

**IV. O servidor público que, no exercício de suas funções, tomar conhecimento da prática de atos de improbidade administrativa e não comunicar as autoridades competentes poderá ser responsabilizado administrativamente, salvo se estiver sujeito a sigilo funcional.**

**Está correto o que se afirma APENAS em**

**a) II, III e IV.**

**b) III e IV.**

**c) I e III.**

**d) IV.**

**e) I e II.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema acesso à informação.

O item I está incorreto. Aplica-se, sim aos militares. De acordo com art. 32 da Lei de Acesso à Informação: “Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar: (...)”.

O item II está incorreto. O fornecimento incorreto, incompleto ou impreciso deve ser intencional. De acordo com art. 32, I, da Lei de Acesso à Informação: “Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar: I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;”.

O item III está correto. Conforme art. 32, VI, da Lei de Acesso à Informação: “Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar: VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros;”.

O item IV está correto. Conforme art. 116, VI, da Lei 8.112/90: “Art. 116. São deveres do servidor: VI - levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração;”

**QUESTÃO 89. Maria procurou a Defensoria Pública, pois, na noite anterior, o seu filho de 9 anos foi atingido por disparo de arma de fogo. Segundo narrou, diversos agente públicos ingressaram no bairro pobre em que vive com forte aparato, pois estavam diligenciando a prisão de determinado conhecido traficante da região, que recentemente havia foragido do sistema prisional. Maria relatou que houve intensa troca de tiros, pelo que se abrigou, com o filho, no quarto que entendia estar mais bem protegida. No entanto, o filho foi atingido por disparo que transpassou a janela de vidro do imóvel. A assistida não soube informar a dinâmica do confronto entre os policiais e os comparsas do foragido, pois se preocupou em proteger seu familiar. Recentemente, o STF decidiu sobre a responsabilidade civil da administração pública por danos causados durante operações de segurança pública (ARE 1.385.315 - TEMA 1.237 STF). Com base no relato e no entendimento fixado sobre tema, é correto:**

**a) Se a origem do disparo que causou danos em uma operação policial não foi identificada, o Estado não pode ser responsabilizado, uma vez que a falta de provas sobre a responsabilidade do agente público impede a responsabilização do ente público.**

**b) O STF não exige prova cabal sobre a origem do disparo para o reconhecimento da responsabilidade civil do Estado, mas esta só ocorrerá se evidenciado que plausível o alvejamento por agente de segurança pública.**

c) O fato de Maria não ter elementos sobre a origem do disparo isenta o poder público de responsabilidade.

d) O STF exige provas concretas sobre a origem do disparo, pois a responsabilidade estatal só pode ocorrer se provado que a bala partiu de um agente do Estado, indicando efeitos diretos e imediatos causados pela conduta.

e) Mesmo que Maria não tenha provas sobre a origem do disparo, entende-se que, em casos de morte ou ferimento durante operações de segurança pública, a Administração Pública deve indenizar as vítimas, mesmo que a origem do disparo não seja identificada (perícia inconclusiva) e a responsabilidade será sempre objetiva.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema responsabilidade civil do Estado.

No tocante à responsabilidade do Estado por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, o STF fixou o Tema de Repercussão Geral nº 1237, no bojo do julgamento do ARE 1385315. Vejamos: “Tese: (i) O Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da Teoria do Risco Administrativo; (ii) É ônus probatório do ente federativo demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil; (iii) A perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário.”

Portanto, na situação narrada pelo enunciado, mesmo que Maria não tenha provas sobre a origem do disparo, é devida a respectiva indenização por parte da Administração Pública, pois entende-se que, nestes casos, a responsabilidade será sempre objetiva.

Logo, a alternativa correta é a letra E. As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 90.** Desapropriação é o procedimento por intermédio do qual o Poder Público, lastreado em interesse público, necessidade pública ou interesse social, expropria o bem do particular, adquirindo-o para si. Desse modo, a desapropriação que tenha como objetivo:

a) a utilização de áreas, locais ou bens que, por suas características, sejam apropriados ao desenvolvimento de atividades turísticas é considerada desapropriação por utilidade pública.

b) a proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reservas florestais é classificada como desapropriação por interesse social.

c) o socorro público em caso de calamidade é classificado como desapropriação por interesse social.

d) a criação e melhoramento de centros de população, bem como seu abastecimento regular de meios de subsistência, é classificada como desapropriação por interesse social.

**e) a assistência pública, as obras de higiene e decoração, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais é classificada como desapropriação por interesse social.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema intervenção do estado na propriedade, mais precisamente sobre a desapropriação.

A alternativa A está incorreta. É interesse social. Conforme art. 2º, inciso VIII, da Lei 4.132/62: “Art. 2º Considera-se de interesse social: VIII - a utilização de áreas, locais ou bens que, por suas características, sejam apropriados ao desenvolvimento de atividades turísticas.”

A alternativa B está correta. Conforme art. 2º, inciso VII, da Lei 4.132/62: “Art. 2º Considera-se de interesse social: VII - a proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reservas florestais.”

A alternativa C está incorreta. É utilidade pública. Conforme art. 5º, alínea “c”, do DL 3.365/41: “Art. 5º Consideram-se casos de utilidade pública: c) o socorro público em caso de calamidade;”

A alternativa D está incorreta. É utilidade pública. Conforme art. 5º, alínea “e”, do DL 3.365/41: “Art. 5º Consideram-se casos de utilidade pública: e) a criação e melhoramento de centros de população, seu abastecimento regular de meios de subsistência;”

A alternativa E está incorreta. É utilidade pública. Conforme art. 5º, alínea “g”, do DL 3.365/41: “Art. 5º Consideram-se casos de utilidade pública: g) a assistência pública, as obras de higiene e decoração, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais;”.

### **QUESTÃO 91. Sobre os atos administrativos, seus elementos e formas de controle:**

**a) Os atos administrativos devem ser motivados, com indicação de fatos e fundamentos, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, no caso, serão parte integrante do ato.**

**b) O controle político dos atos administrativos é realizado, entre outros, pelo Congresso Nacional, alcançando o reexame de conveniência e oportunidade.**

**c) Os atos administrativos podem ser convalidados quando apresentarem defeitos sanáveis, mesmo que eventualmente causem prejuízos a terceiros, inclusive nos casos de vício de forma.**

**d) O Princípio da legalidade autoriza que o Poder Judiciário revogue atos administrativos, com base em critérios de conveniência e oportunidade.**

**e) O controle judicial dos atos administrativos autoriza que o Judiciário faça juízos de controle de proporcionalidade, incluindo-se aqueles já extintos ou com eficácia exaurida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema atos administrativos.

A alternativa A está correta. De acordo com art. 5º, caput e § 1º, da Lei 9.784/99: “Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando: (...) § 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.”

A alternativa B está incorreta. Não há reexame de conveniência e oportunidade. Conforme a doutrina: “Além disso, o controle legislativo possui um caráter político, não se limitando ao controle da legalidade, abrangendo ainda aspectos como a legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. Esse caráter político é denominado por alguns autores como controle de mérito. Entretanto, ainda que se use essa expressão, o controle de “mérito” não pode ensejar a revogação de atos do Executivo pelo Poder Legislativo. É preferível a utilização da expressão “controle político.” (Curso Interativo de Direito Administrativo DPE-RS - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 13.4. Controle Legislativo - Livro Digital Interativo).

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 55 da Lei 9.784/99: “Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.”

As alternativas D e E estão incorretas. De acordo com a doutrina: “No controle judicial, verifica-se a legalidade ou legitimidade dos atos administrativos, nunca o mérito administrativo. A doutrina moderna substituiu o termo “controle de legalidade” por “controle de juridicidade”, tendo em vista que o Poder judiciário pode controlar os atos não apenas em relação às leis, mas também em confronto com todo o ordenamento jurídico, aí incluídas as súmulas vinculantes, decisões vinculantes dos Tribunais Superiores, princípios expressos e implícitos, dentre outros. (...) Por estes motivos, o Judiciário somente poderá anular o ato administrativo irregular, nunca poderá revogá-lo, tendo em vista que a revogação decorre de controle de mérito (conveniência e oportunidade). Por outro lado, é importante ressaltar que o Judiciário não está proibido de realizar o controle de atos discricionários. Pelo contrário, poderá apreciar a juridicidade destes atos, apenas devendo se abster de realizar apreciação do seu mérito administrativo.” (Curso Interativo de Direito Administrativo DPE-RS - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 13.5. Controle Judicial - Livro Digital Interativo).

Conforme Súmula 473 do STF: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

## **QUESTÃO 92. No que se refere aos poderes administrativos:**

**a) O poder discricionário da Administração Pública permite ao gestor público afastar a aplicação de princípios administrativos quando a norma legal lhe conferir margem de escolha.**

**b) O poder de polícia, em sua vertente preventiva, pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado, desde que exerçam atividade de interesse público sob regime de concessão ou**

**permissão. No entanto, a concessionária/permissionária não poderá exercer o poder de polícia sancionador.**

**c) O poder disciplinar da Administração Pública se restringe à aplicação de sanções aos servidores públicos, não alcançando os particulares sujeitos à fiscalização estatal.**

**d) O abuso de poder se manifesta apenas quando houver desvio de poder, ou seja, quando o agente público desvia a finalidade do ato, buscando interesse pessoal ou ilegítimo.**

**e) A Administração Pública pode criar normas primárias com força de Lei, com base no Poder Regulamentar, sem necessidade de delegação do Poder Legislativo, desde que respeitados os demais princípios administrativos.**

### **Comentários**

A alternativa A está incorreta. Deve haver respeito aos limites da ordem jurídica, dentre os quais se incluem os princípios administrativos. Conforme a doutrina: “Quanto aos termos “poder vinculado” e “poder discricionário” também existem diversas críticas. Em relação ao primeiro, é fácil perceber que não se trata exatamente de um poder administrativo, mas sim um dever da Administração Pública que, diante da hipótese prevista na lei, deverá adotar a conduta por ela estabelecida. No que diz respeito à discricionariedade, também não consiste verdadeiramente em um poder, pois não se trata verdadeiramente de uma prerrogativa, mas de um “modo de disciplina normativa da Administração Pública”, conferindo-lhe um dever-poder de escolher entre duas ou mais alternativas admitidas pelo direito e que atendem igualmente ao interesse público, respeitados os limites da ordem jurídica”. (Curso Interativo de Direito Administrativo DPE-RS - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 6.2 - Competência Discricionária e Vinculada - Livro Digital Interativo).

A alternativa B está correta. De acordo com Tema 532 de repercussão geral do STF: “É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.” (STF. Plenário. RE 633782/MG, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 23/10/2020 (Repercussão Geral – Tema 532)).

A alternativa C está incorreta. O poder disciplinar apura infrações e aplica penalidade aos servidores públicos e demais pessoas (particulares) sujeitas à disciplina administrativa. Conforme a doutrina: “O poder disciplinar é a prerrogativa reconhecida à Administração para investigar e punir, após o contraditório e a ampla defesa, os agentes públicos, na hipótese de infração funcional, e os demais administrados sujeitos à disciplina especial administrativa.” (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 485).

A alternativa D está incorreta. O abuso de poder se manifesta como excesso de poder e desvio de poder. Conforme a doutrina: “O exercício abusivo dos poderes administrativos deve ser evitado e reprimido, pois revela conduta ilegal. O abuso do poder pode ocorrer em duas hipóteses: a) excesso de poder: a atuação do agente público extrapola a competência delimitada na lei (ex.: policial que utiliza da força desproporcional para impedir manifestação pública); e b) desvio de poder (ou de finalidade): quando a atuação do agente pretende alcançar finalidade diversa do interesse público (ex.: edição de ato administrativo para beneficiar parentes).” (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito

administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 458).

A alternativa E está incorreta. Conforme a doutrina: “O poder normativo ou regulamentar é a prerrogativa reconhecida à Administração Pública para editar atos administrativos gerais para fiel execução das leis. (...) O poder normativo da Administração Pública pode ser exercido basicamente por meio da delegação legislativa ou do próprio poder regulamentar. Enquanto a delegação legislativa possibilita a prática de ato normativo primário, com força de lei (ex.: medidas provisórias e leis delegadas, previstas, respectivamente, nos arts. 62 e 68 da CRFB), o poder regulamentar encerra uma atividade administrativa, de cunho normativo secundário.” (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 459).

**QUESTÃO 93. Um assistido procura a Defensoria Pública e informa que possui um pequeno negócio apenas para locação de pequenas ferramentas para a construção civil (sem efetuar qualquer prestação de serviço). Por conta de sua atividade, restou autuado pelo Fisco Municipal, o qual pretende a cobrança de ISS (imposto sobre serviços) sobre a operação descrita. Sobre o caso relatado, levando em conta a jurisprudência pacificada sobre o tema nas cortes superiores:**

**a) o contribuinte não dispõe de quaisquer ferramentas legais para suspender a exigibilidade do crédito tributário enquanto se defende da autuação fiscal.**

**b) é inexigível pelo Fisco Municipal, uma vez que se trata de tributo cujo sujeito ativo é o Estado.**

**c) o lançamento efetuado pelo Fisco Municipal, regularmente notificado ao sujeito passivo, só pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo.**

**d) é inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre operações de locação de bens móveis.**

**e) o lançamento não pode ser revisto de ofício pela autoridade fiscal.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema impostos em espécie, mais precisamente sobre o ISS - Imposto Sobre Serviços.

A alternativa A está incorreta. O contribuinte dispõe de diversas ferramentas legais para suspender a exigibilidade do crédito tributário, conforme art. 151 do CTN: “Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: I - moratória; II - o depósito do seu montante integral; III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança. V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; VI - o parcelamento.”

A alternativa B está incorreta. O ISS é de competência dos Municípios, conforme art. 156, III, da CF: “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.”

A alternativa C está incorreta. A impugnação do sujeito passivo não é o único caso que permite a alteração do lançamento. Conforme art. 145 do CTN: “Art. 145. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de: I - impugnação do sujeito passivo; II - recurso de ofício; III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo 149.”

A alternativa D está correta. Conforme Súmula Vinculante 31: “É inconstitucional a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS sobre operações de locação de bens móveis.”

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 149 do CTN: “Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos: (...)”. Ressalta-se que tal revisão só pode ser realizada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, conforme parágrafo único do mesmo artigo: “Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.”

**QUESTÃO 94. A Constituição Federal outorga aos Municípios, em seu artigo 156, a competência tributária ativa para cobrança do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU). Sobre este tributo, e a sua matriz constitucional, é correto:**

**a) O IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana e na zona rural do Município.**

**b) O tributo em questão será obrigatoriamente progressivo em razão do valor do imóvel.**

**c) O IPTU deve ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.**

**d) Poderá o imposto ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal.**

**e) O IPTU incidirá excepcionalmente sobre os templos de qualquer culto, não fazendo jus à imunidade de que trata a alínea “b” do inciso VI do caput do art. 150 da Constituição, desde que estejam na condição de locatários do bem imóvel.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema impostos em espécie, mais precisamente sobre o IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana).

A alternativa A está incorreta. O IPTU não incide em zona rural, mas tão somente zona urbana, conforme art. 32 do CT: “Art. 32. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.”

A alternativa B está incorreta. A progressividade em razão do valor não é obrigatória, conforme art. 156, § 1º, I, da CF: “§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: I - ser progressivo em razão do valor do imóvel;”.

A alternativa C está incorreta. A fixação de alíquotas diferenciadas não é algo obrigatório, conforme art. 156, § 1º, II, da CF: “§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.”

A alternativa D está correta. Conforme art. 156, § 1º, III, da CF: “§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: III - ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal.”

A alternativa E está incorreta. O IPTU não incide sobre os templos de qualquer culto. De acordo com art. 156, § 1º-A, da CF: “§ 1º-A O imposto previsto no inciso I do caput deste artigo não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades abrangidas pela imunidade de que trata a alínea “b” do inciso VI do caput do art. 150 desta Constituição sejam apenas locatárias do bem imóvel.”

#### **QUESTÃO 95. Conforme a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul:**

**a) O Defensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Sul poderá ser destituído por deliberação da maioria absoluta da Assembleia Legislativa, nos casos e na forma de lei complementar estadual.**

**b) Por simetria, o Defensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Sul ostenta foro privilegiado, e é julgado, nos crimes comuns, pelo Tribunal do Estado.**

**c) A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul tem por chefe o Defensor Público-Geral do Estado, nomeado pelo Governador do Estado, dentre membros estáveis da carreira e maiores de 35 anos, escolhidos em lista tríplice formada pelo voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório de seus membros, para mandato de 2 anos, permitida uma recondução.**

**d) Decorrido o prazo de 15 dias úteis do envio da lista tríplice ao Governador do Estado sem a nomeação do Defensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, será investido no cargo o integrante da lista tríplice mais votado.**

**e) O Defensor Público-Geral do Estado do Rio Grande do Sul comparecerá ao final do biênio de sua gestão à Assembleia Legislativa para relatar, em sessão única, as atividades realizadas e necessidades da Defensoria Pública para o próximo biênio.**

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata sobre o Defensor Público-Geral do RS na Constituição Estadual.

A alternativa A está correta. É exatamente o que dispõe o art. 120, §3º da CE-RS. Vejamos: “O Defensor Público-Geral poderá ser destituído por deliberação da maioria absoluta da Assembleia Legislativa, nos casos e na forma de lei complementar estadual”.

A alternativa B está incorreta, o Defensor Público-Geral do Estado não possui foro privilegiado nos crimes comuns e se fosse previsto na Constituição Estadual, o STF na ADI nº 6517 julgou inconstitucional por ausência de previsão na Constituição Federal.

A alternativa C está incorreta. A eleição do Defensor Público-Geral é realizada entre os integrantes das classes especial e final da carreira de Defensor Público, 41 indicados em lista tríplice (CE-RS art. 120, §1º).

A alternativa D está incorreta. O prazo não é em dias úteis e sim, dias corridos (CE-RS, art. 120, §2º).

A alternativa E está incorreta. O comparecimento do Defensor Público-Geral é anual, em sessão pública para relatar as atividades e necessidades da Defensoria Pública (CE-RS, art. 120, §4).

**QUESTÃO 96. Considerando que a figura do curador especial possui grande relevância, tendo em vista seu escopo de proteção e garantia dos princípios constitucionais da isonomia, da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul editou a Resolução CSDPE nº 08/2024, que dispõe:**

**a) Além dos processos cíveis, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul atuará em processos criminais e administrativos de cobrança de custas judiciais de réus revéis, para garantia dos princípios constitucionais da isonomia, da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, na condição de curadora especial, com dispensa do ônus da impugnação especificada.**

**b) A Defensoria Pública, no exercício da função de curadoria especial, faz jus à verba decorrente da condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais, caso o seu curatelado sagre-se vencedor na demanda, inclusive quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença.**

**c) A atuação da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, na condição de curadora especial, depende da caracterização de hipossuficiência financeira de seu beneficiário.**

**d) Os membros da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul devem declinar das nomeações para atuação na qualidade de curador especial fora das previsões legais ou quando cessarem as condições previstas, necessitando de comunicação imediata e fundamentada ao Defensor Público-Geral do Estado.**

**e) O exercício da curadoria especial pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul abrange as modalidades de tutela e curatela previstas no ordenamento civil material.**

**Comentários**

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata sobre a Resolução CSDPE nº 08/2024.

A alternativa A está incorreta. A Defensoria Pública do RS não pode atuar em processo administrativo de cobrança de custas judiciais na condição de curadora especial por vedação expressa no art. 1º parágrafo único da Resolução CSDPE nº 08/2024.

A alternativa B está correta. A alternativa é literalmente o art. 3º da Resolução CSDPE nº 08/24.

A alternativa C está incorreta. Pois “caracterização de hipossuficiência financeira ou organizacional de seu beneficiário” (Resolução CSDPE nº 08/24, art. 2º, parágrafo único)

A alternativa D está incorreta. Não há necessidade de comunicação imediata fundamentada ao Defensor Público Geral (Resolução CSDPE nº 08/24, art. 2º).

A alternativa E está incorreta. O serviço de curadoria especial da DPE-RS não abrange as modalidades previstas no ordenamento civil material (Resolução CSDPE nº 08/24, art. 1º).

**QUESTÃO 97. A Ouvidoria-Geral é órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado, de promoção da qualidade dos serviços prestados pela Instituição. Conforme a Lei Estadual nº 13.536/2010, que criou a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, o Ouvidor-Geral será escolhido**

**a) pelo Defensor Público-Geral do Estado, dentre cidadãos de reputação ilibada, desde que não integrante da carreira da Defensoria Pública do Estado, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil, aprovada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, para mandato de 2 anos, permitida uma recondução.**

**b) pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, dentre cidadãos de reputação ilibada, preferencialmente integrante das carreiras jurídicas de Estado e de Governo, desde que não integrante da carreira da Defensoria Pública do Estado, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil, para mandato de 2 anos, permitida uma recondução.**

**c) pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, dentre cidadãos de reputação ilibada, não integrante das carreiras jurídicas de Estado e de Governo, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil, para mandato de 2 anos, permitida uma recondução.**

**d) mediante eleição de todos os membros da carreira de Defensor Público do Estado, dentre cidadãos de reputação ilibada, preferencialmente bacharel em Direito, desde que não integrante da carreira da Defensoria Pública do Estado, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil, aprovada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, para mandato de 2 anos, permitida uma recondução.**

**e) pelo Defensor Público-Geral do Estado, dentre cidadãos de reputação ilibada, preferencialmente integrante das carreiras jurídicas de Estado e de Governo, desde que não integrante da carreira da Defensoria Pública do Estado, indicados em lista tríplice formada pela**

**sociedade civil, aprovada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, para mandato de 2 anos, permitida uma recondução.**

### **Comentários**

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata sobre o Ouvidor-Geral da Defensoria Pública segundo a Lei Estadual nº 13.536/2010.

A questão pede o procedimento de escolha do Ouvidor-Geral é escolhido segundo a Lei Estadual nº 13.536/2010, portanto, apenas a alternativa C, expressa corretamente o que se pede a questão, nos termos do art. 2º Caput, vejamos: O Ouvidor-Geral será escolhido pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, dentre cidadãos de reputação ilibada, não integrante das carreiras jurídicas de Estado e de Governo, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução”

A alternativa A está incorreta. Porque o Ouvidor-Geral não é escolhido pelo Defensor Público-Geral e sim, pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado (Lei Estadual nº 13.536/10, art. 2º).

A alternativa B está incorreta. Os candidatos a membro não podem ser integrantes das carreiras jurídicas de Estado e de Governo (Lei Estadual nº 13.536/10, art. 2º).

A alternativa C está correta. Corresponde exatamente o que dispõe o art. 2º da Lei Estadual nº 13.536/2010: “O Ouvidor-Geral será escolhido pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, dentre cidadãos de reputação ilibada, não integrante das carreiras jurídicas de Estado e de Governo, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução”.

A alternativa D está incorreta. Não é mediante eleição de todos os membros da DPE. Os candidatos não podem fazer parte das carreiras jurídicas de Estado e de Governo.

A alternativa E está incorreta. A escolha é realizada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado e não pode ser integrante das carreiras jurídicas de Estado e de Governo (Lei Estadual nº 13.536/10, art. 2º).

**QUESTÃO 98. Uma Defensora Pública do Estado do Rio Grande do Sul, classificada na 254 Defensoria Pública Especializada em Ajuizamento da capital, foi eleita deputada estadual para exercer o mandato na Assembleia Legislativa, na capital do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme a Lei Complementar Estadual nº 11.795/2002, a defensora pública**

**a) terá que se exonerar da Defensoria Pública, para exercer o mandato de deputada estadual, pois é vedado aos membros da Defensoria Pública exercerem atividade político-partidária.**

**b) perderá a sua classificação a partir da posse e somente será promovida por antiguidade.**

**c) ficará afastada do cargo a partir da diplomação e manterá a sua classificação quando retornar ao final do mandato.**

**d) perceberá as vantagens do seu cargo, mantendo a sua classificação, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horário, entre as funções de deputada estadual e de Defensora Pública.**

**e) será declarada em disponibilidade não remunerada, perdendo a sua classificação e provendo-se na forma da Lei a vaga que ocorrer, após o prazo superior a 6 meses de exercício do mandato.**

### **Comentários**

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata sobre afastamento do cargo de Defensor segundo a Lei Complementar do RS nº 11.795/2002.

A alternativa A está incorreta. A Defensora Pública terá que se afastar da DPE, não é obrigatória a exoneração, nos termos do art. 40, I da LCE 11.795/02.

A alternativa B está correta. É exatamente o que prevê o art. 40, §1º da LCE 11.795/02: O Defensor Público afastado do cargo, nos casos do inciso I, primeira parte, e II, perderá a sua classificação, e somente será promovido por antiguidade”.

A alternativa C está incorreta. Ela será afastada desde o pleito e perderá sua classificação nos termos do art. 40 e §1º da LCE 11.795/02.

A alternativa D está incorreta. Ela não perderá as vantagens do cargo, mas perderá sua classificação (art. 40, §1º da LCE 11.795/02).

A alternativa E está incorreta. Porque ela será afastada e não colocada em disponibilidade não remunerada, portanto não perderá o cargo de Defensora Pública (art. 40, §1º da LCE 11.795/02).

**QUESTÃO 99. Considerando que a Defensoria Pública é o mais relevante instrumento para a garantia da assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos ou que se enquadrarem nos conceitos de hipossuficiência ou vulnerabilidade organizacionais, as Resoluções CSDPE/RS nº 07/2018 e 01/2024 estabeleceram, respectivamente, critérios de atendimento e regras de padronização do atendimento. De acordo com tais regramentos,**

**a) o atendimento jurídico, que difere do atendimento de triagem ou encaminhamento, deverá ser prestado exclusivamente pelo Defensor Público responsável, de forma pessoal ou virtual, não podendo ser delegado para estagiários ou servidores.**

**b) o atendimento ao assistido é individual e pessoal, não sendo permitido que seja realizado por interposta pessoa, ainda que na posse de procuração ou instrumento legal equivalente.**

**c) as pessoas jurídicas, em razão da capacidade financeira a elas inerente e pelo fato de não se enquadrarem nos conceitos de hipossuficiência e vulnerabilidade organizacionais, não poderão ser atendidas pela Defensoria Pública, devendo, portanto, procurar auxílio de advogado particular.**

**d) o indivíduo inserido em grupo social vulnerável, dada a presunção de incapacidade financeira, poderá ser atendido pela Defensoria Pública em todo e qualquer tipo de demanda e independente dos critérios relativos a sua renda, sendo este denominado atendimento individual protetivo.**

**e) as pessoas físicas que não se enquadrarem nos conceitos de hipossuficiência ou vulnerabilidade organizacionais, para serem atendidas pela Defensoria Pública, deverão comprovar renda bruta mensal familiar de até 3 salários mínimos nacionais, bem como não ter patrimônio que ultrapasse 300 salários mínimos nacionais.**

### **Comentários**

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata sobre critérios de atendimento e regras de padronização do atendimento (Resoluções: CSDPE/RS nº 07/2018 e 01/2024).

A alternativa A está incorreta. O atendimento jurídico será prestado preferencialmente pelo Defensor Público responsável, mas pode ser delegado excepcionalmente para estagiários ou servidores nos termos do § 5º do art. 7º da Resolução CSDPE/RS nº 01/24.

A alternativa B está incorreta. O atendimento ao assistido poderá ser realizado por interposta pessoa, na posse de procuração ou instrumento legal equivalente (art. 5º, § 2º da Resolução CSDPE/RS nº 01/24).

A alternativa C está incorreta. Porque as pessoas jurídicas que se enquadrarem nos conceitos de hipossuficiência e vulnerabilidade organizacionais serão atendidas pela DPE-RS desde que comprovem sua hipossuficiência nos termos do art. 6º da Resolução CSDPE/RS nº 07/18. Podem ser atendidas pela DPE, conforme previsão do art. 4º da Resolução CSDPE/RS nº 01/24.

A alternativa D está incorreta. Para o atendimento individual protetivo a pretensão deve estar diretamente associada a esta situação de vulnerabilidade (Resolução CSDPE/RS nº 07/18, art. 2º I. Não é em todo e qualquer tipo de demanda.

A alternativa E está correta. É coerente com o art. 5º da Resolução CSDPE/RS nº 07/18: “Será considerada hipossuficiente financeira a pessoa física que comprovar renda familiar mensal, igual ou inferior, a 03 (três) salários mínimos nacionais, considerando-se os ganhos totais brutos da sua entidade familiar, bem como não ser proprietário, possuidor ou titular de direito sobre bens móveis, imóveis, créditos, recursos financeiros em aplicações ou investimentos ou quaisquer direitos economicamente mensuráveis, em montante que ultrapasse a quantia equivalente a 300 (trezentos) salários mínimos nacionais”.

**QUESTÃO 100. Para o fiel desempenho de suas atribuições, a Lei Complementar Federal nº 80 de 1994 e a Lei Complementar Estadual/RS n 11.795/2002 conferem aos Defensores Públicos direitos, garantias e prerrogativas, assim como impõem proibições, impedimentos e deveres. Considerando esses temas e regramentos, é**

a) garantido ao Defensor Público que eventualmente for alvo de investigação criminal ter o fato imediatamente comunicado ao Defensor Público-Geral e ter a apuração acompanhada por um outro membro da Instituição, devidamente designado pelo chefe institucional.

b) proibido ao Defensor Público atuar em processo ou procedimento em que for interessado cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, podendo, por outro lado, atuar quando algum destes funcionar apenas como Magistrado, membro do Ministério Público, Autoridade Policial, Escrivão de Polícia ou Auxiliar de Justiça, dada a relação de impessoalidade dessas autoridades com a parte.

c) prerrogativa do Defensor Público a comunicação pessoal e reservada presos, salvo quando se tratar de hipótese de incomunicabilidade. com seus assistidos, ainda que estes estiverem

d) prerrogativa do Defensor Público ser, na qualidade de testemunha, ouvido em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente, não sendo necessária tal formalidade, no entanto, se a solenidade for presidida pelo juízo em que o defensor exerce suas funções institucionais e em horário incluído em sua pauta ordinária.

e) dever do Defensor Público residir na localidade onde exerce suas funções, podendo, excepcionalmente, receber autorização em sentido contrário do Defensor Público-Geral, quando a distância entre a residência e o local de lotação for superior a 65 km, ou do Conselho Superior, quando for inferior.

## Comentários

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata sobre direitos, garantias e prerrogativas, e sobre proibições, impedimentos e deveres dos Defensores Públicos (Lei Complementar Federal nº 80 de 1994 e a Lei Complementar Estadual/RS nº. 11.795/2002)

A alternativa A está correta. Tal garantia é prevista no parágrafo único do art. 43 da LC nº 80/94: Quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de infração penal por membro da Defensoria Pública da União, a autoridade policial, civil ou militar, comunicará, imediatamente, o fato ao Defensor Público-Geral, que designará membro da Defensoria Pública para acompanhar a apuração”.

A alternativa B está incorreta. A vedação expressa no art. 92, III da LC Nº 80/02, aplica-se inclusive e principalmente quando um deles for membro do Ministério Público, Autoridade Policial, Escrivão de Polícia ou Auxiliar de Justiça.

A alternativa C está incorreta. A prerrogativa de comunicabilidade ao assistido ocorre inclusive em hipóteses de incomunicabilidade daquele, nos termos do art. 43, VII da LC Nº 80/02.

A alternativa D está incorreta. Na qualidade de testemunha, ele tem a garantia de ser ouvido em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente (LC Nº 80/02, art. 89, XIV). Inclusive em juízo que exerce suas funções institucionais.

A alternativa E está incorreta. O Defensor poderá residir fora da comarca de sua atuação desde que tenha autorização do Defensor Público-Geral após ouvir o Conselho Superior da Defensoria Pública (LC-RS nº. 11.795/02, art. 95, I), inclusive fora do raio estipulado pela alternativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: [yasmin.ushara@estrategia.com](mailto:yasmin.ushara@estrategia.com) / [thiago.carvalho@estrategia.com](mailto:thiago.carvalho@estrategia.com)



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)